



Departamento de Sociologia
Mestrado em Turismo
Especialização: Turismo e Desenvolvimento

**DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM
CABO VERDE A PARTIR DA ABERTURA
POLÍTICA (1990) À ACTUALIDADE**

SAMUEL VARELA SPÍNOLA
Dissertação apresentada como requisito
para obtenção do grau de Mestre em
Turismo, sob orientação do Professor
FRANCISCO MARTINS RAMOS

ÉVORA 2009



Departamento de Sociologia
Mestrado em Turismo
Especialização: Turismo e Desenvolvimento

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM CABO VERDE A PARTIR DA ABERTURA POLÍTICA (1990) À ACTUALIDADE

SAMUEL VARELA SPÍNOLA
Dissertação apresentada como requisito
para obtenção do grau de Mestre em
Turismo, sob orientação do Professor
FRANCISCO MARTINS RAMOS

ÉVORA 2009

À minha mãe, Angelina Furtado Varela

PREFÁCIO

Esta dissertação enquadra-se no âmbito do curso de Mestrado em Turismo, especialização Turismo e Desenvolvimento edição 2007/2009, curso do Departamento de Sociologia, na Universidade de Évora.

A presente dissertação foi elaborada pelo aluno Samuel Varela Spínola, n.º19859 (m19859@uevora.pt ; spinolasv@gmail.com) – licenciado em Turismo e Desenvolvimento, na citada Universidade.

Conta com a orientação do Prof. Francisco Martins Ramos, (framos@uevora.pt) Professor Jubilado.

O tema – “Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde a partir da abertura política (1990) à actualidade” – foi escolhido pelo aluno. O plano de trabalho detalhado, elaborado pelo candidato, sob as orientações do Prof. Francisco Martins Ramos, foi submetido à apreciação da Comissão de Curso que, por sua vez, deu a sua aprovação.

As acções a serem realizadas passam pelas seguintes fases:

- 1. Pesquisa, análise bibliográfica e esboço da metodologia;*
- 2. Inquérito por entrevista;*
- 3. Elaboração da tese.*

Samuel Spínola

Évora

INDICE

AGRADECIMENTOS	9
RESUMO	10
ABSTRACT	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
CAPITULO I.....	14
1. INTRODUÇÃO	14
1.1 HIPÓTESES E OBJECTIVOS	16
1.2 JUSTIFICATIVAS, MOTIVAÇÃO E FINALIDADE.....	17
1.3 OBJECTO DE ESTUDO.....	19
1.4 METODOLOGIA.....	20
1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	21
CAPITULO II.....	23
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	23
1.1 DEFINIÇÃO DE CONCEITOS	25
2. TURISMO/ O FENÓMENO TURÍSTICO.....	28
2.1 TURISMO E SUSTENTABILIDADE.....	31
2.1.1 Princípios de sustentabilidade	33
CAPITULO III	37
1. METODOLOGIA, DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	37
1.1. JUSTIFICAÇÃO DA ESCOLHA DAS INSTITUIÇÕES	37
2.1. CATEGORIZAÇÃO	38
2.2. ANÁLISE DOS DADOS DAS ENTREVISTAS	55
CAPITULO IV	72
1.1 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO	72
1.2 LOCALIZAÇÃO, EXTENSÃO E DIMENSÃO.....	73
1.3 O CLIMA.....	74
1.4 A FLORA E FAUNA	74
1.5 A POPULAÇÃO.....	75
1.6 GASTRONOMIA	75
1.7 ARTESANATO.....	76
1.8 MÚSICAS E DANÇAS TRADICIONAIS.....	76
2. INFRA-ESTRUTURAS E SITUAÇÃO ECONÓMICA DE CABO VERDE	77
2.1 ACESSIBILIDADES E CIRCULAÇÕES NO PAÍS	79
2.2 INFRA-ESTRUTURA GERAL.....	80
2.3 SAÚDE PÚBLICA	81
2.4 ENERGIA E ÁGUA	81

2.5 TELECOMUNICAÇÕES	82
2.6 SISTEMA FINANCEIRO	82
2.7 SEGURANÇA PÚBLICA	83
2.8 INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA - OFERTA DE HOSPEDAGEM	83
3. QUATRO FACTORES QUE CARACTERIZAM O DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE:.....	85
a) Cabo Verde, Parceria Especial com a União Europeia.....	85
b) Cabo Verde, país de Desenvolvimento Médio (PDM).....	86
c) Cabo Verde e a Organização Mundial do Comércio (OMC)	87
d) Cidade Velha, Património da Humanidade.....	88
CAPITULO V	90
1. CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO EM CABO VERDE	90
1.1 AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DE CABO VERDE.....	93
2. EVOLUÇÃO DO TURISMO EM CABO VERDE.....	100
3. EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E PROJECTOS.....	107
4. COMUNICADO DE IMPRENSA - INVENTÁRIO ANUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO 2006.....	112
5. MASTER PLAN DO TURISMO DE CABO VERDE.....	115
5.1 POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO (MP).....	118
6. O PAPEL DA UNOTUR-CTCV NO TURISMO DE CABO VERDE - III EITU UNOTUR.....	121
CAPITULO VI.....	123
1. CONCLUSÕES, CONTRIBUTOS, LIMITAÇÕES E INVESTIGAÇÕES FUTURAS	124
1.1. CONCLUSÕES	124
1.2. CONTRIBUTOS.....	130
1.3. LIMITAÇÕES.....	130
1.4. INVESTIGAÇÕES FUTURAS	131
REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIAS	132
ANEXOS.....	135
APÊNDICES	140

INDICE DE QUADROS

Quadro nº 1 Indicadores do turismo sustentável.....	35
Quadro nº2 Categorização das entrevistas.....	39
Quadro nº3 Indicadores Económicos Importantes	78
Quadro nº4 Evolução da Participação das Receitas do Turismo Receptivo no PIB.....	79
Quadro nº5 Oferta de Alojamento.....	84
Quadro n.º 6 O turismo contribuiu para o PIB.....	101
Quadro n.º 7 Evolução da entrada de turistas.....	102
Quadro n.º8 Evolução dos estabelecimentos, capacidade e pessoal ao serviço.....	103
Quadro n.º9 Percentagem do PIB gerado pelo sector turístico.....	104
Quadro nº10 proposta de regiões turísticas.....	119
Quadro nº 11 Produtos turísticos das ilhas de Cabo Verde.....	120

Agradecimentos

Nesta página quero dedicar os meus agradecimentos às pessoas que de uma forma ou outra contribuíram para este trabalho e o percurso académico desde Licenciatura até o momento.

Primeiro quero manifestar a meu apreço ao orientador Professor Doutor Francisco Martins Ramos, que incansavelmente acompanhou o desenrolar deste trabalho, que mesmo à distância manteve sempre ligado e pronto para quaisquer dúvidas, inquietações (...), não há palavras que cheguem para agradecer o trabalho feito.

Aos professores, tanto do Mestrado como da Licenciatura contribuíram para a minha formação e à Universidade de Évora que me acolheu como aluno desde 2003.

Ao amigo e colega Gabriel Galvoeira, que nos momentos mais difíceis constituiu o elo de ligação entre Cabo Verde e Portugal; à minha afilhada Elisabete Sanches que também representou a minha pessoa em Évora resolvendo os assuntos ligados à Universidade.

Num terceiro momento os agradecimentos vão para a minha mãe Angelina Varela, e ao meu pai Joaquim Spínola que incansavelmente desde os meus quatro anos apostaram nos meus estudos suportando os momentos de maiores adversidades; aos meus irmãos pela força fraternal sempre manifestada; aos primos e demais familiares que me apoiaram sempre.

Aos colegas do Mestrado deixo um obrigado pela companhia e trabalho em conjunto, destacando em especial António Ramalinho pela dupla formada no percurso do Mestrado.

À Flávia Santos e Maria dos Anjos pelo apoio nas correcções ortográficas muito obrigado.

Aos amigos e colegas Cabo-verdianos na Universidade de Évora que directa ou indirectamente me ajudaram, aos quais escuso de citar os nomes, deixo os meus sinceros agradecimentos.

Resumo

O turismo é um fenómeno que ganhou terreno nas últimas décadas. A sua transversalidade fez com que se alastrasse a diversas áreas, contribuindo para o desenvolvimento de muitos países.

Depois da Europa e América exploradas, voltou-se para Ásia e África, à descoberta do diferente.

No início dos anos 90 deu-se uma viragem na política, muitos países em África abriram-se às eleições partidárias, pondo o fim ao partido único. Cabo Verde, a partir de 1990, conjuntamente com a abertura política abriu-se às cooperações, às privatizações e aos investimentos estrangeiros, e oportunamente, o sector turístico. Foi ganhando importância, ao ponto dos governos assumirem o fenómeno como um dos motores do desenvolvimento e de combate à pobreza.

A presente dissertação pretende descrever o desenvolvimento do sector a partir de 1990 à actualidade, verificar a adequação das estratégias à realidade do país.

Percebe-se a necessidade de planear o turismo, envolver mais a comunidade, desenvolver um turismo competitivo e sustentável, apostando na formação dos profissionais e na segurança. Fica explícito que a articulação dos sectores públicos e privados constitui a chave para o sucesso do turismo no arquipélago.

Palavras-chave: Abertura Política, Cabo Verde, Comunidade Cabo-verdiana Turismo, Instituições Públicas e Privadas e Turismo e Desenvolvimento.

Abstract

“Tourism development in Cape Verde from Political opening (1990) to the present date”

Tourism is a phenomenon that won the ground in the last century. Its transversally makes it spread in several areas, helping to the development of many countries.

After explorations of Europe and America, it returns to Asia and Africa to discover the different.

In the beginning of years 90 gave a political change, many countries in Africa opened supporter elections, putting stop to unique party from 1990, Cape Verde, together with opening party opened to cooperation, privatizations and foreign investments and later on touristic sector. It won the importance that mode the government assume the phenomenon as one of the motor of development and fight against poverty.

The present dissertation pretends to describe the sector development from 1990 till now, check suitable strategies to the reality of the country.

We can see the need to plan tourism, develop our community, and develop a competitive and sustainable tourism by investing in staff training and safety. It is explicit that the articulation of public and private sectors is the key to the success of tourism in the archipelago.

Key-words: Cape Verde, Capeverdean Community, Party opening, Public Institution and Private, Tourism and Tourism and Development.

Lista de abreviaturas e siglas

A.C. - Antes de Cristo

ADEI - Agência para Desenvolvimento Empresarial e Inovação

AIP - Associação Industrial Portuguesa

ANP - Assembleia Nacional Popular

ASA - Aeroportos e Segurança Aérea

BAI - Banco Africano de Investimento

BCA - Banco Comercial do Atlântico, SA

BCN - Banco Cabo-verdiano de Negócios

BO - Boletim Oficial

BI - Banco Inter-Atlântico

CECV - Caixa Económica de Cabo Verde, SA

CGD - Caixa Geral de Depósitos

CILSS - Comité Interestadual de Luta Contra a Seca no Sahel

CTCV - Câmara de Turismo de Cabo Verde

CVE - Escudos Cabo-verdiano

DGDT- Direcção Geral de Desenvolvimento Turístico

EHTCV - Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde

EITU - Encontro Internacional do Turismo da UNOTUR

FMI - Fundo Monetário Internacional

GTI - Gestão Turística e Imobiliária

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INE - Instituto Nacional de Estatísticas

MCA - Millennium Challenge Account

MP- Master Plan

MPD - Movimento para Democracia

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONU - Organização das Nações Unidas

PAICV - Partido Africano para a Independência de Cabo Verde

PDM - Países de Desenvolvimento Médio

PED - País em desenvolvimento

PEI - Pequenos estados insulares

PIB - Produto Interno Bruto

PJ - Polícia Judiciária

PMA - Países Menos Avançados

PN - Polícia Nacional

PANA - Plano de Acção Nacional para o Ambiente

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP - Parcerias Público Privadas

TACV- Cabo Verde Airlines - Transportes aéreos de Cabo Verde

TIC - Tecnologias de Informações e Comunicações

UE- União Europeia

UH - Unidades Habitacionais

UNOTUR - União Nacional dos Operadores Turísticos

ZDTE - Zonas de Desenvolvimento Turísticas Especiais

ZDTI - Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral

ZRPT - Zonas de Reserva e Protecção Turística

CAPITULO I

1. INTRODUÇÃO

O turismo invade o mundo, nos tempos que decorrem, atingindo os cinco continentes em âmbitos mais diversos que este fenómeno abrange. Fenómeno sim, porque dificilmente é a tarefa de tentar definir o Turismo em si, de modo a abranger todas as áreas que ele atinge. É um fenómeno complexo.

O continente africano afigura-se como destino turístico por excelência. A partir da década 90 houve muitas alterações que fizeram com que no continente negro desse um pulo de desenvolvimento a nível económico, social, cultural e não obstante no sector turístico também.

O tema escolhido para a presente Dissertação é: **“O Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde a partir da Abertura Política (1990) até a Actualidade”**. Segundo o tema escolhido, verifica-se *a priori* a ligação do fenómeno turístico no país com a abertura política.

Existe uma razão de ser para esta ligação. O final da década 90 foi marcado por grandes transformações políticas que se traduziam em processos de transição política a concentrarem particularmente em países de Leste Europeu, da América Latina e da África (ÉVORA, 2001:1).

A autora supracitada deixa claro que, no que concerne ao continente africano a transição política ou seja os processos de transições não ocorreram de forma tão contínua como nos países do Leste Europeu, que sofreram um “efeito contágio” com a queda da URSS e precipitaram a reforma política.

Neste ambiente de mudanças de sistemas políticos em África aparece Cabo Verde, um caso um pouco à parte dentro do continente. Junto com a mudança política surgem outras alterações, no que toca ao desenvolvimento económico que Évora afirma que antecedeu a própria transição política, ou dito de outro modo, que impulsionou a abertura política.

Neste contexto da necessidade da abertura política, Correia e Silva (1997:3-7, *apud Évora, 2001:16*) “defende, na sua dissertação de mestrado, que seriam as razões económicas as determinantes para a abertura política em Cabo Verde. Ele sustenta que o

processo de liberação da economia, iniciada em meados de 80 pelo regime, forçou a uma mudança na própria estrutura do regime político.

A necessidade de tentar dar um maior dinamismo à economia cabo-verdiana obrigou o partido único no poder a mudar a linha de desenvolvimento: de uma economia planificada, estatizada e centralizada em todos os sectores, teve início, a partir de 1986, uma certa abertura económica, o que aumentou a possibilidade de haver investimentos privado e externo em sectores antes reservados à iniciativa do Estado. O regime também abriu mão de fazer o controle de preços dos bens básicos, permitindo a concorrência. O fraco desempenho da economia estatizada fez aumentar o desemprego e as desigualdades sociais, e o regime, para evitar contestação social, precisou dar início à abertura política”.

Dentro desta mudança afigura-se o Turismo. Um país insular, considerado por natureza como um destino turístico, revela as potencialidades a serem exploradas. Com a abertura política, também deu-se a abertura aos investimentos estrangeiros nas mais variadas áreas, entre elas o Turismo. Estes investimentos espalharam-se por praticamente todas as ilhas com fossos enormes que até a actualidade marcam as ofertas turísticas do país em cada ilha.

Neste processo em que o Turismo entra em voga em Cabo Verde, aposta-se nessa actividade como um dos motores de desenvolvimento. Um país, que no limiar do século XXI, a pobreza é o principal problema do desenvolvimento, afectando uma boa percentagem da população, pensa-se o turismo como um dos meios de combate a este flagelo.

Assim como Cabo Verde, muitos países do continente negro, possuindo a vocação turística e com nível de pobreza elevado, a partir de 1990 parece que nasce uma esperança. Segundo a OMT o Turismo é um dos sectores que mais cresceu na década 90 nos países menos avançados. O fluxo turístico chegou a ser maior que no resto do mundo (Cabral, 2005:12).

O arquipélago de Cabo Verde atingiu uma taxa média anual de 19,3% de crescimento de entrada de turistas entre 1990-2000 enquanto país em desenvolvimento (PED), ocupando a primeira posição entre os pequenos estados insulares (PEI), segundo a OMT.

Mantendo esta tendência de crescimento, os relatórios de contas do Banco de Cabo Verde (BCV) verificando que o sector atingia 2% em 1995, em 2003 já atingia 10,10%. A receita do Turismo aparece com um saldo positivo na balança de

pagamentos a partir de 1999 e a contribuição deste sector de actividades nos serviços foram evoluindo de forma positiva, abrangendo em 2003 cerca de 41,60% do crédito social dos serviços.¹

1.1 Hipóteses e Objectivos

Perante alguns dados já referidos com a finalidade de ilustrar um pouco a realidade que o fenómeno desenha em Cabo Verde surgem algumas inquietações: **i)** será que as construções de hotéis e outras instituições turísticas constituem em si sementes para o desenvolvimento do turismo do país? **ii)** a partir da abertura política houve uma viragem para adoptar o turismo como um dos meios de combate à pobreza. Até que ponto as estratégias adaptaram-se à realidade cabo-verdiana? **iii)** em que medida o relacionamento público-privado no sector turístico foi e está a ser benéfico para o desenvolvimento do turismo das ilhas?

O presente trabalho aborda o fenómeno turístico numa perspectiva de análise do lado da oferta turística de Cabo Verde.

São algumas perguntas que ao longo do trabalho almeja-se responder. Para melhores respostas é necessário desde muito cedo aceitar algumas hipóteses e conhecer os objectivos deste trabalho.

Deste modo apresentam-se as seguintes hipóteses:

H1. As estratégias adoptadas para o desenvolvimento do Turismo a partir da abertura política não foram as mais adequadas para o desenvolvimento de Cabo Verde;

H2. As instituições ligadas ao turismo consideram que a comunidade cabo-verdiana se encontra integrada no processo do desenvolvimento do turismo no arquipélago;

H3. O sucesso do desenvolvimento do turismo em Cabo Verde depende da cooperação público-privada.

Desenhado o quadro da importância do fenómeno turístico e especificamente para Cabo Verde, traçado as perguntas e tendo aceite as três hipóteses, esta dissertação tem como Objectivo Geral **Descrever o processo do desenvolvimento turístico em**

¹ Cabral, 2005:12

Cabo Verde a partir da abertura política, datada a 1990 até a actualidade. Este objectivo que constitui a síntese do que se pretende alcançar, é o “grande objectivo do trabalho, tendo em conta a perspectiva da oferta turística do país”.

Sendo um país considerado de vocação turística, primeiramente pela sua *location*, e ganhando um impulso enorme no que toca ao desenvolvimento, nomeadamente no sector turístico, pretende-se fazer uma descrição pormenorizada do desenvolvimento em cada ilha, levando em consideração os anos em que se realizaram as eleições legislativas, onde, possivelmente surgiram novos planos de cada partido político, deste modo ter em atenção a importância que cada força política atribuiu ou atribui ao sector em estudo.

Articulado ao objectivo geral, aparecem os objectivos específicos, que por sua vez explicitam os detalhes e constituem um desdobramento do objectivo geral. São como parcelas do geral, estão articulados de forma complementar, isto é, advém do geral. Nesta linha apresenta-se os seguintes objectivos específicos:

- a) Analisar as estratégias mais relevantes e que impactos tiveram no processo do desenvolvimento turístico de Cabo Verde;
- b) Conhecer os impactos do Turismo na comunidade Cabo-verdiana na perspectiva das instituições do Turismo;
- c) Conhecer e compreender o relacionamento Público-privado no âmbito do desenvolvimento turístico em Cabo Verde no período em estudo.

1.2 Justificativas, motivação e finalidade

Neste ponto, ainda dentro da introdução, pretende-se dar resposta ao **Porquê?** da investigação; as motivações que levaram a escolher o presente tema para a dissertação.

Primeiramente o assunto em geral (Turismo), sendo a minha área de formação e a realidade Cabo-verdiana voltada para o Turismo, despertou a ideia de explorar este campo. Pretende-se aprofundar este tema, perceber na realidade, (saindo dos pressupostos), como andou e anda o processo do desenvolvimento turístico neste arquipélago.

Depois de uma viragem na política cabo-verdiana, em 1990, em que o país foi aberto às economias e investimentos estrangeiros, tudo leva a crer que houve mudanças em todas as áreas e sendo o Turismo ligado a quaisquer outras áreas não ficou isento. Nesta linha motivou-me o estudo deste fenómeno, em si complexo e ainda mais ligado à abertura política, transição do sistema monopartidário para polipartidário.

Fala-se tanto do desenvolvimento do turismo, mas, muitas vezes só se tem em conta o lado positivo. “Como qualquer outro fenómeno socio-económico, o Turismo tem consequências positivas e/ou negativas na vida das populações, no processo do desenvolvimento económico e na continuidade sócio-cultural e é parte da mundialização da economia e da cultura”. (Ramos e Marujo, 2008:22). Posto isto, fica explícito, que o crescimento económico e o crescimento do Turismo apresentam duas faces, embora muitas vezes o que fica exposto é a parte positiva do Turismo.

No espaço em estudo, sendo um país com muitas fragilidades e com comunidades ainda tradicionais, onde a cultura tem um peso enorme, a actividade turística pode provocar sérias consequências fazendo perder a autenticidade. Por esses e outros motivos despertou-me o interesse de aprofundar estas questões, desvendar as modificações que o Turismo tem provocado em Cabo Verde desde a abertura política, verificar os impactos que provocou e advém desta actividade.

Considero estimulante o tema escolhido, uma vez que mexe com a questão do crescimento e desenvolvimento de um país que passou recentemente do grupo de Países em Desenvolvimento (PED), para o grupo de Países de Desenvolvimento Médio (PDM); um país que entrou na Organização Mundial do Comércio (OMC); um país com muitas fragilidades e oportunidades, estando no período da Globalização, o Turismo como elo de ligação, fazendo com que o país se integre na “Aldeia Global”, despertou-me a ideia de abordar o país no âmbito turístico.

Segundo Dias, “Há um expressivo volume de pessoas que estão se movendo ao redor de todo o planeta, os mais remotos lugares têm sido visitados, formando-se gradativamente uma cultura do Turismo, que o coloca como uma das mais importantes faces da globalização, contribuindo para estreitar as distâncias entre as diversas partes do globo. A globalização é um processo que remete tanto à compressão do mundo quanto à intensificação da consciência de que o mundo é um todo, processo que cresceu a partir de 1960, com a formulação expressa por Marshall MacLuhan de que o mundo estava tornando-se uma aldeia global”. (Ianni, 1996, citado por Dias, 2003:154).

A compressão do mundo, cuja melhor expressão é a ideia de aldeia global e a intensificação de uma consciência global também podem ser vistas como resultado do Turismo, visto que este fenómeno comprime o mundo aproximando e integrando os mais diversos cantos do planeta.

A necessidade de Cabo Verde desenvolver de modo sustentável o Turismo, de modo participativo acordou a minha preocupação para verificar desde os momentos em que o Turismo passou a ser marcante para o país até ao momento, como se processou e as perspectivas.

De facto, o Turismo constitui um meio de desenvolvimento de países e comunidades locais, mas também, o factor sustentabilidade acompanha ou deve acompanhar a cada passo, para que as consequências não venham a ser avassaladoras. Neste mesmo campo de sustentabilidade, aparece a questão do Turismo Rural. O Turismo sustentável no âmbito rural necessita de uma especial atenção e exploração dos recursos e dirigidos a Turistas cientes da necessidade de um controlo. *“El Turismo sostenible en un ámbito rural, irá dirigido a turistas que previamente informados, motivados y “formados” busquen principalmente, un conocimiento del medio visitado, para el maior disfrute del mismo, en armonia com el entorno y con el habitantes locales, (Mediano, 2004, citado por Calixto, 2008:28)².*

Nos países emergentes na área do Turismo e com vastas áreas a serem exploradas, é necessária especial atenção no que se refere ao futuro dos recursos existentes. O caso de Cabo Verde, com a “correria” dos investimentos no sector turístico, revela a necessidade de conhecer e compreender os planos que realçam a questão da sustentabilidade. As questões ambientais despertaram no homem a necessidade de um desenvolvimento linear e continuado, uma vez que os recursos naturais sofriam o uso intensivo, principalmente dos recursos provenientes das fontes não renováveis. Um exemplo foi as sucessivas crises do petróleo que atingiu o seu ponto culminante em 1973.

A finalidade desta investigação é perceber e descrever o processo do desenvolvimento do Turismo a partir da abertura política até ao momento. Neste propósito, espero que o trabalho venha a ter utilidade para o mundo turístico nacional e internacional.

Para a melhor compreensão deste ponto, os objectivos da investigação constituem complementos esclarecedores.

1.3 Objecto de estudo

Neste ponto importa definir o que se pretende investigar, ou seja qual será o tema da investigação.

² In Actas do Encontro Transfronteiriço, Turismo Rural/Cultural e Desenvolvimento Sustentável, Reguengos de Monsaraz, 2008.

Para escolher o objecto, baseou-se nalguns factores, que *a priori* delimita essa opção. O objecto deste estudo é: “**O Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde a partir da Abertura Política (1990) à actualidade**”.

No que toca a **delimitação temporal**, temos como período de tempo em que o fenómeno é estudado, Outubro de 2008 a Outubro de 2009, abrangendo um ano lectivo; e o tempo sobre o qual este estudo se incide é a partir de 1990 à actualidade, como o tema indica.

Quanto à **delimitação espacial** ou seja a definição geográfica do tema, apresenta-se o país natal, Cabo Verde. A pesquisa tem maior influência na ilha de Santiago, mas também alargando a todas as restantes ilhas.

A delimitação tipológica prende-se com os tipos de factos em estudo. Neste caso os factos favorecem ao estudo **exploratório**, visto que o tema em estudo se encontra pouco explorado, ou pelo menos neste âmbito, pois, o Turismo é uma área emergente e muito mais ainda em Cabo Verde que se está afirmando cada vez mais como destino turístico.

Também, ao estudo exploratório se junta a tipologia **Descritiva**, uma vez que pretendo descrever o processo do desenvolvimento do Turismo a partir da abertura política nas ilhas.

1.4 Metodologia

Neste ponto de extrema importância da investigação, descrevem-se e enunciam-se os procedimentos a ter, as técnicas a utilizar nas diferentes fases da investigação.

O método de abordagem utilizado é **indutivo**, em que a aproximação dos fenómenos caminha geralmente para os planos mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias. A tipologia como antes foi dita, é exploratória. Nesta sequência utilizo os métodos qualitativos e quantitativos para melhor abordar o fenómeno em causa e permitir uma maior compreensão. A investigação insere-se em dois paradigmas, qualitativo e quantitativo. Seguindo o aconselhamento de Reichardt e Cook (1986), *apud* Carmo e Ferreira 2008:194 afirmam que “um investigador para melhor resolver um problema de pesquisa não tem que aderir rigidamente a um dos dois paradigmas, podendo mesmo escolher uma combinação de atributos pertencentes a cada um deles”. Mais acrescentam que “o investigador também não é obrigado a optar pelo emprego exclusivo dos métodos quantitativos ou qualitativos e no caso de a

investigação assim o exigir, poderá mesmo combinar o emprego dos dois tipos de métodos”. Nesta linha, julgo ficar claro a preocupação de combinar os dois paradigmas e consequentemente os métodos correspondentes.

As técnicas de recolha de dados utilizada nesta investigação foram os **inquéritos por entrevistas**, a **observação não participante**³ e a **pesquisa documental**. As entrevistas são semi-estruturadas, embora possam existir questões novas dependendo das situações no momento em que foi aplicado.

“O objectivo de um inquérito é obter informações que possam ser analisadas, extrair modelos de análise e fazer comparações. Na maior parte um inquérito propõe-se obter informações a partir de uma selecção representativa da população e, a partir da amostra, tirar conclusões representativas da população como um todo”. (Bell, 2004: 26). A entrevista permite interacção directa. “Em termos globais o objectivo de qualquer entrevista é abrir a área livre dos dois interlocutores no que respeita à matéria da entrevista, reduzindo por consequência, a área secreta do entrevistado e a área cega do entrevistador” (Carmo e Ferreira, 1998: 126).

A entrevista encarregou-se das empresas ligadas ao desenvolvimento e ao turismo, pessoas que trabalham em instituições afins, conhecedoras da matéria e da realidade cabo-verdiana. Foi feita a entrevista em duas ilhas diferentes, Santiago onde se apresenta o maior desenvolvimento, mais de metade da população cabo-verdiana, onde concentram maiores investimentos e a sede do governo e Boa Vista uma das ilhas prósperas na área de turismo. Contudo, devido a algumas limitações não pude deslocar a outras ilhas, mas as informações acerca delas foram trabalhadas.

No que refere à análise dos dados é de cariz qualitativa, em relação às entrevistas realizadas, o que obriga a efectuar análises de conteúdo.

1.5 Organização da dissertação

PARTE PRÉ-TEXTUAL – inclui a capa, página de rosto, dedicatória, prefácio, agradecimentos, índices (gerais, ilustrações, tabelas), abreviaturas, resumo e *abstract*.

PARTE TEXTUAL – a estrutura fundamental da presente dissertação está organizada em 6 capítulos:

³ O observador não interage com o objecto de estudo no momento em que realiza a observação.

- CAPITULO I – INTRODUÇÃO – neste capítulo introduz-se o trabalho a desenvolver. Expõe-se a justificativa, a motivação, a finalidade, as Hipóteses e Objectivos, o objecto de estudo, a metodologia e a organização;

- CAPITULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL - Este capítulo apresenta a definição de conceitos, o Turismo/Fenómeno turístico, turismo e sustentabilidade e princípios de sustentabilidade;

- CAPITULO III – METODOLOGIA, DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS - Compreende a justificação da escolha das instituições, categorização das respostas e análise dos dados das entrevistas.

- CAPITULO IV – CARACTERIZAÇÃO DE CABO VERDE E SUA SITUAÇÃO ECONÓMICA - Encarrega este capítulo do Enquadramento histórico e geográfico, (localização, extensão e dimensão, o clima, a flora e a fauna, a população, a gastronomia, o artesanato, músicas e danças tradicionais); infra-estruturas e situação económica de Cabo Verde (acessibilidades e circulações no país, infra-estrutura geral, saúde pública, energia e água, telecomunicações, sistema financeiro, segurança pública, infra-estrutura Turística – oferta de hospedagem); Quatro factores que caracterizam o desenvolvimento de Cabo Verde (Cabo Verde, parceria especial com a UE, Cabo Verde PDM, Cabo Verde e a OMC e Cidade Velha como Património da Humanidade).

- CAPITULO V – CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO EM CABO VERDE - Engloba as potencialidades turísticas de Cabo Verde, a evolução do Turismo em Cabo Verde, empreendimentos turísticos e projectos, comunicado de imprensa, *Master Plan* do turismo de Cabo Verde, política nacional do turismo e o papel da UNOTUR-CTCV no turismo de Cabo Verde (III EITU UNOTUR);

- CAPITULO VI - CONCLUSÕES, CONTRIBUTOS, LIMITAÇÕES E INVESTIGAÇÃO FUTURA - O último capítulo empenha-se nas conclusões que foram tiradas, nos contributos do trabalho desenvolvido, nas limitações e nas investigações que podem ser feitas no futuro.

PARTE PÓS-TEXTUAL - Esta parte contém as Referências e bibliografias, os anexos e os apêndices.

CAPITULO II

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Para falar do fenómeno do turismo e da sua evolução convém referirmo-nos a uma breve análise das viagens. A viagem porque desde os tempos mais remotos o homem sempre viajou pelos motivos mais diversos que se estendem desde a procura de alimentos, motivos económicos, políticos sociais, culturais, desportivos, curiosidades, aventura, explorações de novas culturas, novas terras, novos caminhos, diversões. Isso em Inglaterra, França... por toda a Europa, América...

Nas civilizações mais antigas, como na Grécia por volta de 800 A.C. pode-se referir aos Jogos Olímpicos em que acorriam milhares de pessoas; os Romanos, a viagem dos Muçulmanos a Meca, os Cristãos a Santiago de Compostela ou a Jerusalém e por todo o mundo.

Com a Revolução Industrial o turismo ganha um campo mais amplo e novas características. É conhecido como acontecimento mais importante do séc. XVIII para as alterações das viagens. Mais tarde verifica-se melhoria nas condições de trabalho, diminuem as horas de trabalho, surge o direito às férias. As novas tecnologias, as máquinas, o aperfeiçoamento dos transportes deram um novo visual às viagens/turismo.

O congresso de Longhborough, a viagem organizada por Thomas Cook; em 1851 – a Grande Exposição de Londres, em 1872 – volta ao mundo de nove pessoas em 222 dias.

Vendo a época posterior à 2ª Guerra Mundial em que se fez a reorganização do espaço europeu; na segunda metade do séc. XX o turismo cresceu rapidamente. Com a relativa pacificação do mundo, o crescimento económico de muitas economias, a maior disponibilidade de tempo livre, a sua generalização, abrangendo todas as classes sociais, as férias pagas, o desenvolvimento dos transportes e o desenvolvimento tecnológico e também assistiu-se à geração de novos fenómenos de urbanização que contribuíram para a difusão do hábito de fazer turismo (Schulze, 1997:144, apud Sarmiento Ferreira, 2008: 100-101).

Houve maiores interesses pela valorização do património histórico-cultural e das paisagens naturais de modo geral; os monumentos que existem há séculos por toda a Itália...em 1967-ano mundial do turismo; em 1974 – a OMT em Madrid, para a promoção do desenvolvimento do turismo; em 1980 a conferência do Manila sobre o

Turismo Mundial; em 1985 a Assembleia da OMT adoptou a Carta do Turismo e o Código do Turista.

Assim, pode-se afirmar que o turismo já vem de muitos e longos séculos, embora com outra denominação ou praticado de maneira diferente, por outros motivos, embora muitas vezes como necessidade.

O momento que se vive hoje, onde a crise mundial é o domínio das conferências, seminários, entre outros, o Turismo continua como uma actividade crescente e reveladora de novas formas de lazer. A crise no mercado mundial afecta a todos. “Quando tudo vai bem nos mercados, também nós vamos bem. Se a crise os atinge, também nós somos atingidos por ela. O mercado é o nosso talismã e a nossa bússola, e por vezes igualmente a maldição que fere as nossas vidas” (Rifikin, 2000:15).

Pouco a pouco as viagens começaram a fazer parte dos bens e consumo das pessoas e o desejo de viajar mostra-se uma preocupação de classes sociais mais diversas. O modo e a velocidade que o Turismo foi evoluindo, demonstrou que as viagens turísticas se transformaram em bens de consumo correntes que as populações passaram a integrar no seu modo de vida não abdicando delas mesmo em situações de dificuldades; revelam ainda que o Turismo deixou de ser uma actividade localizada no eixo Atlântico Norte passando a ser universal (Sarmiento Ferreira, 2008:102).

Como foi afirmado de início, a África foi ganhando aos poucos maiores interesses juntamente com a Ásia/Pacífico e alguns países Europeus. Logo no início do século XXI verificou-se uma descontinuidade no crescimento da procura turística internacional causado pelos acontecimentos geopolíticos que geram insegurança, como o Terrorismo e a guerra.⁴

Vivendo este clima na Europa e América, outros continentes ganharam terrenos no que respeita à procura turística. A nível mundial no ano 2002 recuperou-se a procura turística em praticamente todos os países; assim como afirma Sarmiento Ferreira, baseando-se nas informações da OMT, provou-se a capacidade de resistência do Turismo às crises.

⁴ Idem.

1.1 Definição de conceitos

Torna-se necessário definir alguns conceitos que à medida que se desenrola o trabalho aparecem. Esses conceitos obrigam a necessidade de serem contextualizadas para melhor compreensão e ligação ao tema em estudo. Eis alguns conceitos:

a) **Turista**

Inicialmente a palavra turista era utilizada exclusivamente para designar aqueles que viajam por mero prazer, ou para aumentar os seus conhecimentos, com exclusão de todas as pessoas que se deslocavam por um motivo diferente: profissional, de saúde ou religioso. A própria natureza da viagem turística identificava-se com o desejo de conhecer as particularidades e a maneira de viver de outros povos, as suas tradições, o exotismo, mas também com a descoberta de novas paisagens, da natureza e do pitoresco ou do carácter histórico dos aglomerados urbanos: aldeias, vilas e cidades.

À medida, porém, que as viagens se foram tornando mais fáceis e a elas tiveram acesso camadas cada vez mais vastas da população foram-se alargando os motivos pelos quais as pessoas viajavam e, na actualidade, torna-se impossível separar as pessoas que viajam por puro prazer daquelas que o fazem por outras razões. Muitas vezes se confundem os conceitos de: **Turista, excursionista e visitante.**

O turista “é uma pessoa temporariamente em situação de lazer, que voluntariamente visita um local diferente do da sua residência, com o objectivo de experienciar uma mudança” (Smith, 1989: 1). Os seus motivos de viagem podem ser agrupados em lazer, repouso, férias, saúde, estudo, religião e desporto, negócios, família, missões, reuniões diversas.

Segundo Costa, *“o turista através do acto de observar, é um consumidor permanente. Desde a sua chegada ao destino até ao regresso à sua residência, o turista está a consumir sem interrupções. Pode-se inclusivamente, alargar consumo ao acto de dormir. Para além disso, a esmagadora maioria dos períodos de consumo ocorre em céu aberto, sem controlo de um agente económico específico.*

b) Excursionista, por sua vez é “todo o visitante temporário que permanece menos de 24 horas fora da sua residência habitual” Cunha, 1997:7 *apud* Sarmiento Ferreira, 2008:98, fazendo uma síntese da definição da Comissão Económica da Sociedade das Nações; e para:

- c) **Visitante**, é toda a pessoa que se desloca temporariamente para fora da sua residência habitual, quer seja no seu próprio país ou no estrangeiro, por uma razão que não seja a de aí exercer uma profissão remunerada;⁵
- d) **Comunidade**: um agrupamento social caracterizado por relações de parentesco ou de vizinhança (PITÉ, s/d).
- e) **Inquérito**: processo de recolha sistematizado no terreno de dados susceptíveis de serem comparados (Carmo e Ferreira, 1998).
- f) **Desenvolvimento**: conceito que aparece com a emergência do capitalismo e as críticas das sociedades feudais, uma vez que foi o sistema de produção capitalista que deu origem à noção de progresso material e de desenvolvimento económico. (MAIA 2002).
- g) **Abertura política**: no que refere à abertura política, para perceber este conceito apresenta considerações levadas em conta em Cabo Verde no momento da abertura ao regime monopartidarista. Assim: *A abertura política foi formalmente institucionalizada em Setembro de 1990, quando a Assembleia Nacional Popular (ANP), na convocação extraordinária, removeu o Artigo 4º que reconhecia o PAICV como única força política dirigente. Essa assembleia instituiu a lei do regime jurídico dos partidos políticos, a lei eleitoral para a ANP e para Presidente da República, a lei que reconhece o direito de antena e de resposta aos partidos, entre outras. Assim, constitucionalmente, formalizou-se o direito de existência dos partidos políticos e as condições legais para ter separação entre os poderes legislativos e executivo.* (PAICV, 1991:145 apud Évora, 2001:65).
- h) Para este conceito, através do que foi dito acima, deixa claro as condições para que se considere uma abertura política, que se concretize na mudança do regime para um sistema multipartidário. Aliás, como afirma Évora, *Em Fevereiro de 1990, o Conselho Nacional do PAICV declarou a intenção de fazer a mudança do regime para um sistema multipartidário. Para isso afirmou que aceitaria que outras associações políticas pudessem disputar as eleições legislativas e autárquicas, que deveriam ocorrer no final do referido ano (...)* em Março do mesmo ano surgiu o Movimento para Democracia (MPD), que fez uma declaração política e reivindicou eleições livres, liberdade sindical, o direito à greve, a separação entre os poderes, e outros (PAICV, 1991:145 apud Évora, 2001:65).

Resumindo, para que se considere uma abertura política, é necessário que haja transição do monopartidarismo para o multipartidarismo, eleições livres (disputar com

⁵ Idem.

outras forças políticas), criações de partidos políticos a concorrerem e criação de associações políticas, entre outros factores.

- i) Países de desenvolvimento médio, Países em desenvolvimento ou países emergente** são termos geralmente usados para descrever um país que possui um padrão de vida relativamente baixo, uma base industrial em desenvolvimento e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) variando entre médio e elevado. A classificação de países é difícil, visto que não existe uma única definição internacionalmente reconhecida de país desenvolvido e os níveis de desenvolvimento, económico e social, podem variar muito dentro do grupo dos *países em desenvolvimento*, sendo que alguns desses países possuem alto padrão de vida médio.⁶
- j) Estratégias:** para definir este conceito baseou-se em três definições, ambas citadas pela Isabel Nicolau (2001):

- Para Ansoff (1965) Estratégia é um conjunto de regras de tomada de decisão em condições de desconhecimento parcial. As decisões estratégicas dizem respeito à relação entre a empresa e o seu ecossistema; para Hax e Majluf (1988) Estratégia é o conjunto de decisões coerentes, unificadoras e integradoras que determina e revela a vontade da organização em termos de objectivos de longo prazo, programa de acções e prioridade na afectação de recursos; por sua vez Thietart (1984) Estratégia é o conjunto de decisões e acções relativas à escolha dos meios e à articulação de recursos com vista a atingir um objectivo.

Estes três pontos de vista convergem no que toca as regras, as organizações, os recursos e objectivos face a uma tomada de decisão.

k) Impactos

Ao definir este conceito põe-se em evidência a contextualização social e cultural, aconselhado por Santana (1997:92). Assim temos:

l) Impactos socioculturais

As sociedades (locais, regionais, nacionais, comunidades, grupos étnicos e/ou determinada cultura) estão a ser atingidas por uma força externa, poderosa, que é o turismo.

Não descartando os efeitos do turismo nas sociedades emissoras, é nas sociedades receptoras que há uma predominância de impactos socioculturais, provocados por este fenómeno social que é a actividade turística.

⁶ http://pt.wikipedia.org/wiki/Pa%C3%ADs_em_desenvolvimento

Assim, podemos referir que impactos socioculturais são os resultados das relações sociais que ocorrem entre turistas e residentes (ou anfitriões), no estabelecimento de contactos que provocam mudanças sociais e culturais na sociedade visitada – no sistema de valores, comportamento individual, estrutura familiar, estilos de vida, manifestações artísticas, festividades e organização social.

De acordo com Santana 1997:92, podemos estabelecer três categorias diferentes relacionadas com este tipo de impacto:

- a) o turista, que procura serviços turísticos para concretizar as suas motivações, atitudes e expectativas;
- b) o residente, que enfatiza o papel de anfitrião, de “organizador” local do sistema que oferece o serviço ao turista.
- c) a interação turista-residente, no que diz respeito à natureza do contacto entre os envolvidos e as suas consequências.

2. TURISMO/ O FENÓMENO TURÍSTICO

Para falar do turismo, prefiro dar destaque a este conceito. **Turismo** ou melhor **fenómeno turístico**, como já foi focado anteriormente, é difícil encontrar uma definição que satisfaça todas as dimensões. A sua interdisciplinaridade e multidisciplinaridade fazem com que a sua definição e explicação, que envolvem matérias desde sociologia, economia, psicologia, história, antropologia, geografia e outras ciências fundamentais ao seu estudo, sejam complexas. Como nos diz Moesch “ a interdisciplinaridade, fundamental à análise do turismo como fenómeno social, cultural, comunicacional, económico e subjectivo, ultrapassa as fronteiras de uma única disciplina ou de um único campo do saber” (Marujo, 2005: 22).

O Turismo é classificado segundo as várias visões dos autores em diversos critérios: pelos impactos que causa; pela sua natureza emissiva ou receptiva; pela nacionalidade dos turistas, pelo volume dos turistas (minoria ou de massa); pelo seu objectivo ou motivação; pelo tipo de alojamento e de transporte, entre outros. Ou seja, o Turismo abrange componentes sociais, culturais, políticos, ecológicos, psicológicos, tecnológicos, económicos, sociólogos e por isso pressupõe um tratamento não-parcial. (Marujo 2008: 20).

Tal como o conceito de turista, também o conceito de turismo sofreu alterações significativas ao longo dos tempos tendo surgido, de acordo com Fuster, pela primeira

vez em 1929 com Glucksmann (Cunha, 2003). Foram os professores Walter Hunziker e Kurt Krapf que estabeleceram a definição mais elaborada ao considerarem, em 1942, o turismo como “o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa principal” (Cunha, 2003:29).

Para além da definição de Hunziker e Krapf parece mais esclarecedora a definição apresentada em 1982 por Mathieson e Wall que consideram o turismo como “o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as actividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades”.⁷

Do ponto de vista técnico temos a definição da Organização Mundial de Turismo que considera o turismo como “o conjunto das actividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros”.⁸

O turismo, como actividade moderna, nasceu nos meados do século XIX. A própria palavra surgiu em 1811 pela primeira vez no dicionário inglês “The Shorter Oxford English Dictionary”, que a definia como a “*teoria e a prática de viajar, viajando por prazer* (Dias, 2003:27).

Encontramos também uma definição de turismo como “uma busca de viajar para se conhecer um país ou uma região e a organização dos meios que permitem e facilitam essas viagens para a recreação, passeio, conhecimento e diversão”.⁹

O Fenómeno Turístico é um campo de estudo muito abrangente e de grande complexidade, como salienta Beni, “a actividade do Turismo surge em razão da existência prévia do fenómeno turístico, que é um processo cuja coerência exige a interacção simultânea de vários sistemas com actuações que se somam para levar ao efeito final.” (Beni 2001). Partindo da Teoria Geral dos Sistemas, Beni, construiu o Sistema de Turismo (SISTUR), como um Modelo Referencial para o estudo do fenómeno turístico, sendo o seu objectivo fulcral a compreensão da estrutura dessa actividade que envolve diversos e complexos componentes de causas e efeitos que

⁷ Ibidem, pp. 30

⁸ Idem.

⁹ Idem.

devem ser considerados sob pena de comprometer a coerência analítica global. Ele deixa claro que o Turismo não está isolado, mas sim, constitui um sistema, e como tal, possui ligações a vários sectores e disciplina.

O Turismo é um fenómeno social. Envolve componentes que deixam bem claro esta afirmação. O Turismo como fenómeno social surgiu “como consequência do grau de desenvolvimento que a humanidade foi adquirindo ao longo do tempo. A sua origem está na progressiva industrialização, nas aglomerações humanas e na psicologia da vida quotidiana, e sua ampliação tem sido amplamente favorecida pelo desenvolvimento das comunicações e transporte, pelo aumento do nível de vida da sociedade pela disponibilidade de tempo livre e pela conquista paulatina das férias pagas” (Acerenza 2002:96, *apud* Marujo, 2005:22.)¹⁰

No caso do Turismo, especificamente, imagina-se como ponto de partida que o objectivo, quer dos organismos públicos, quer das empresas privadas, é puramente o lucro. No entanto quando se analisam as partes do sistema, constata-se que a medida do seu rendimento global está ligado directamente à capacidade de controlo dos seus componentes e actividades, e nem sempre esse rendimento está relacionado ao lucro. Deve-se pois, quando se analisa uma medida de rendimento, descobrir o máximo de consequências importantes do sistema. Em Cabo Verde, o Turismo tornou-se a conversa mais comum nas comunidades, nas empresas, nos planos governamentais, mas contudo, o sistema turístico é muito vasto e pode ser que uma parte do sistema beneficie enquanto outra parte perde pontos. Neste caso, no que toca ao desenvolvimento, constitui uma barreira, pois, que enquanto as grandes empresas ligadas ao turismo continuam a crescer e os prejuízos assentam nas comunidades locais.

O Turismo é uma actividade multidimensional e multifacetada, que tem contacto com muitas actividades económicas diferentes. (Leiper 1990), a partir de um modelo de análise, demonstra-nos que o turismo pode ser pensado como uma gama de indivíduos, empresas, organizações e lugares, que se combinam de uma alguma forma para proporcionar uma experiência de viagem.

Para Sarmiento Ferreira, 2008:95 a natureza peculiar do turismo impõe que se esclareça alguns aspectos de cariz conceptual. Chama atenção ao próprio conceito de Turismo, afirmando que apesar das inúmeras definições que podem ser discutidas *ad infinitum*, ir-se-á seleccionar as que são mais significativas para um determinado contexto.

¹⁰ *in* Sociologia em Diálogo 2.

O autor supracitado deixa claro que alguns autores, quando definem o turismo, associam directamente o lazer e a viagem, destacando o Boyer (1972:88) e Nash (1981:426) que encaravam o turismo como uma actividade de lazer que origina uma mudança de lugar, sendo os passeios os elementos que caracterizam o Turista.

Ainda, tendo em conta (Amirou 1995:36 *apud* Sarmiento Ferreira, 2008:97), aparece uma definição simples e curta como: “...o turismo é um lazer consagrado à viagem”.

Apercebe-se consensos nas várias definições supra-citadas, mesmo assim recorre-se à proposta de uma definição numa perspectiva mais antropológica, que ilustra ser mais abrangente. Consiste na deslocação das pessoas de forma provisória e limitada no tempo, tendo como causa fundamental motivações diversas (podendo abranger o simples lazer aos aspectos de ordem profissional) e que tem subjacente ao aproveitamento desta deslocação, um misto de evasão do ser humano no próprio etno-ecossistema em que está inserido, por um lado e, por outro, a resultante da descoberta de elementos novos de outros meios e culturas que terão impactes mais ou menos vincados em termos de efeitos de aculturação relativamente aos costumes e às ideias (Pinheiro, 1989:7 *apud* Sarmiento Ferreira, 2008: 97).

Na abordagem do conceito, conforme se ilustra na perspectiva antropológica, fica bem nítida a ideia de um turismo cultural, em que “o homem perante um outro homem” (diferente nos costumes e culturas), entra em choque com diferenças de práticas e uma procura do exótico e diferente no outro.

2.1 Turismo e Sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade surgiu quando o homem tomou a consciência das limitações dos recursos do planeta, e que esses recursos, até um certo ponto não conseguiam suportar o crescimento da população e industrial. O homem verificou que esse desenvolvimento não estava funcionando em função da redução da pobreza.

No início, o desenvolvimento sustentável era direccionado para o desenvolvimento sustentável das indústrias manufactureiras e extractiva, que eram consideradas como maior fonte de poluição. Hoje, o turismo passou a ser um dos pontos mais focados para esse desenvolvimento, devido às preocupações com as suas consequências negativas para a comunidade e ambientes.

Deixou de se centrar sobre as cidades e surgiu uma nova preocupação relacionada com o turismo: o crescimento e a sustentabilidade. Esses, demarcam os temas tratados como o futuro do turismo na sua estrutura económica, social, cultural e ambiental das comunidades países e regiões do mundo. De certo que a indústria turística está em expansão e tem um desenvolvimento extraordinário, de modo que é preciso ter cuidado com as consequências que se não se prevenir e antecipar serão drásticas. As motivações para viagens estão aumentando e cada vez mais se procura conhecer novos lugares, explorar o ainda inexplorado.

É preciso ter em alerta que o turismo, além de proporcionar mais empregos e receitas para ajudar a sustentar a economia local de uma comunidade, por outro lado pode contribuir para transformações aceleradas do ambiente cultural e natural dessa comunidade.

É conveniente ter em conta as questões da qualidade da qual depende o futuro do turismo e essa qualidade está no centro das atenções do desenvolvimento do turismo, para que se considere que o sucesso e avanço são positivos e não o elevado número de turistas anual. Na sustentabilidade do turismo tem que se ter uma visão a longo prazo de modo a conseguir ver os impactos que poderá ocorrer e solucionar o problema. Como afirma Karl Marx, num texto não identificado, **“o turismo fora de controle contém, em si, as sementes da sua própria destruição.**

O turismo sustentável evita esses problemas quando reorienta as prioridades do sector rumo a um equilíbrio aceitável, que se situa entre o crescimento viável e a sustentabilidade ambiental ao longo prazo. A opção por essa perspectiva é fundamental para a sobrevivência de muitos destinos turísticos famosos, que atravessaram por um declínio na qualidade dos seus produtos ou por perda dos visitantes para outros pontos mais novos.

A sustentabilidade põe em causa os benefícios do turismo, questionando o seu destino. A sustentabilidade replete nos valores e essa importância dos valores aumenta no momento em que o turismo avança para uma nova Era.

Para que se verifique a Sustentabilidade, os benefícios devem ser distribuídos de uma forma justa. Os investimentos devem recair sobre as comunidades locais e os cidadãos e nunca somente sobre novos investimentos das instalações turísticas.

O crescimento turístico aparece carregado de promessas de empregos para a comunidade local, mas muitas vezes, as indústrias fazem importação de mão-de-obra estrangeira, enquanto muitos residentes locais carecem de emprego; nesse âmbito é que

a sustentabilidade apela ao governo uma formação dos profissionais nos locais, não só para conseguir empregos, mas também para ser mais receptivo e saber lidar com situações confusas que possam surgir. Nessa mesma linha a sustentabilidade declara a sua preocupação número 1 com os recursos humanos.

A sustentabilidade é necessária, não importa que o crescimento dos benefícios económicos seja atraente. Não se pode continuar numa corrida ao crescimento sem ter em conta a sustentabilidade, o futuro, os recursos humanos e ambientais. A sustentabilidade já não é um ideal, mas sim uma necessidade real que “silenciosamente grita”.

O desenvolvimento e o crescimento da população colocaram a Terra numa posição delicada e vulnerável, ferem as espécies e muitos já desaparecerem. A expansão urbana pressiona a diversidade biológica e cultural, embora o homem tem-se preocupado com essas questões há algum tempo. O Turismo pode constituir, também, ameaça quando não for levado em conta a monitorização dos elementos negativos que dele advém, principalmente nos países em desenvolvimento ou de desenvolvimento médio, como é o caso de Cabo Verde.

2.1.1 Princípios de sustentabilidade

Solá e Gee, na obra intitulada “*Turismo Internacional, Uma Perspectiva Global*”, indicam alguns princípios considerados importantes para que a sustentabilidade deixe de estar somente no ideal e ir à prática, o dia-a-dia do mundo do Turismo.

“Levando em conta os padrões como a comunidade pensa sobre os seus padrões de vida, a igualdade social e a manutenção dos recursos naturais, temos como princípios principais da sustentabilidade:

- A sustentabilidade ecológica que garante que o desenvolvimento seja compatível com a manutenção dos processos ecológicos principais da diversidade e recursos biológicos.*
- A sustentabilidade social e cultural garante que o desenvolvimento aumente o controle das pessoas sobre as suas próprias vidas e modos de viver sejam equilibrados com a cultura e os valores da sociedade em geral que afecta mantenha e fortaleça a identidade da comunidade.*
- A sustentabilidade económica assegura que o desenvolvimento seja economicamente eficiente com vista a sustentar as gerações futuras.”*

Ainda baseado na obra supracitada, ao falar do turismo sustentável, surgem questões como: qual o fim do turismo sustentável? Qual é a meta? Quais são as características dele?

Dando respostas às questões, temos como meta do turismo sustentável a de melhorar a qualidade de vida das comunidades anfitriãs, preservarem a igualdade inter e intrageracional, proteger a qualidade do meio ambiente, levando em conta a manutenção da diversidade das espécies, da diversidade biológica e dos sistemas ecológicos; garantirem a integridade cultural e a coesão social das comunidades, proporcionarem uma experiência de alta qualidade aos visitantes.

Para responder à questão relacionada com as características do turismo sustentável, Solá e Gee destacam a preocupação com a qualidade das experiências. O turismo sustentável é dotado de igualdade social e envolvimento comunitário, tendo em destaque a necessidade da comunidade local. Proporciona emprego à população local e conta com a sua participação no planeamento das actividades turísticas e tomada de decisões. Desenvolve dentro dos limites do recurso, dessa forma minimiza os impactos e a utilização da energia e o uso das técnicas eficazes de gerir e reciclar os dejectos. Mantém um amplo leque de oportunidades recreativas, educacionais e culturais para cada geração, tendo em conta as vindouras.

Tem como bases os projectos ou actividades que reflectam e respeitam as características da região, como as singulares e as comuns com outras regiões. Permite que os hóspedes conheçam e compreendem as práticas das regiões visitadas e estimula-os a proteger a comunidade e o ambiente local dos anfitriões. Tem uma integração nos planos locais, regionais e nacionais.

Para a questão da sustentabilidade, tornou-se necessárias várias propostas de tipos de indicadores cuja dimensão concerne a económica, social e ambiental. A OMT identificou onze indicadores básicos, tais como: a protecção do local, a pressão, a intensidade do uso, o impacto social, o controlo do desenvolvimento, a gestão de esgotos, o processo de planeamento, o ecossistema, a satisfação do turista, a satisfação da população local e a contribuição do turismo para a economia local (WTO, 1997, *apud* Sarmiento Ferreira, 2008:140).

Quadro 1: indicadores do turismo sustentável**INDICADORES****MEDIDAS ESPECÍFICAS**

Atitude da comunidade para com o turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de um plano turístico da comunidade - % da arquitectura preservada - Nível de satisfação dos residentes (baseado em inquéritos)
Benefícios sociais	<ul style="list-style-type: none"> - N° de serviços sociais disponíveis para a comunidade (% que é atribuível ao turismo) - % de pessoas que acreditam que o turismo ajudou a criar novas infra-estrutura
Nível de satisfação da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Nível local de satisfação relativamente ao turismo
Problemas de insatisfação; impacto geral na comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - N° de queixas de autóctones pelos residentes locais - N° total de turistas por dia (semana, etc.): N° de turistas por Km2 - Rácio de turistas relativamente à população local - N° de bares (cafés, discotecas) relativamente à população local - % de mão-de-obra feminina na força de trabalho - Taxas de desemprego nas épocas baixas - Rácio de turistas relativamente às cerimónias locais - % de população que acredita que a sua cultura, integridade e autenticidade está a ser preservada - Danos nos artefactos culturais (vandalismo)
Demografia	<ul style="list-style-type: none"> - N° de imigrantes (temporário ou novos) que arranjam emprego no turismo no último ano - % de residentes que mudaram de emprego tendo-se dirigido para actividades turísticas nos últimos anos
Benefícios económicos	<ul style="list-style-type: none"> - N° de empregos relacionados com o turismo - N° de guias turísticos - Rendimentos gerados a partir da venda de recordações - Rendimentos anuais no alojamento - % de mão-de-obra da comunidade local no emprego - Salário médio no turismo - % de visitantes que utilizam guias turísticos - % de madeiras e alimentos consumidos na ilha que são produzidos localmente (se possível separar entre o uso local / turístico) - % terra / linha de costa detida por não residentes

INDICADORES	MEDIDAS ESPECÍFICAS (continuação)
Atitude da comunidade para com o turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de um plano turístico da comunidade - % da arquitectura preservada - Nível de satisfação dos residentes (baseado em inquéritos)
Benefícios sociais	<ul style="list-style-type: none"> - N° de serviços sociais disponíveis para a comunidade (% que é atribuível ao turismo) - % de pessoas que acreditam que o turismo ajudou a criar novas infra-estrutura
Nível de satisfação da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Nível local de satisfação relativamente ao turismo
Problemas de insatisfação; impacto geral na comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - N° de queixas de autóctones pelos residentes locais - N° total de turistas por dia (semana, etc.): N° de turistas por Km2 - Rácio de turistas relativamente à população local - N° de bares (cafés, discotecas) relativamente à população local - % de mão-de-obra feminina na força de trabalho - Taxas de desemprego nas épocas baixas - Rácio de turistas relativamente às cerimónias locais - % de população que acredita que a sua cultura, integridade e autenticidade está a ser preservada - Danos nos artefactos culturais (vandalismo)
Demografia	<ul style="list-style-type: none"> - N° de imigrantes (temporário ou novos) que arranjam emprego no turismo no último ano - % de residentes que mudaram de emprego tendo-se dirigido para actividades turísticas nos últimos anos
Benefícios económicos	<ul style="list-style-type: none"> - N° de empregos relacionados com o turismo - N° de guias turísticos - Rendimentos gerados a partir da venda de recordações - Rendimentos anuais no alojamento - % de mão-de-obra da comunidade local no emprego - Salário médio no turismo - % de visitantes que utilizam guias turísticos - % de madeiras e alimentos consumidos na ilha que são produzidos localmente (se possível separar entre o uso local / turístico) - % terra / linha de costa detida por não residentes - % infra-estrutura turística detida / gerida pelos residentes autóctones

Fonte: WTO, 1997, *apud* Sarmiento Ferreira, 2008:140

CAPITULO III

1. METODOLOGIA, DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

1.1. Justificação da escolha das instituições

Ao chegar a este ponto, convém afirmar que foram feitas entrevistas às instituições ligadas ao turismo. Para além dos dados que foram aparecendo ao longo dos outros capítulos, justificam-se a necessidade de aplicação de entrevistas a pessoas possivelmente conhecedoras da matéria e que estiveram ou estão inteiramente ligadas a essa realidade em Cabo Verde.

Posto isto, a amostra para a entrevista é não probabilística e intencional, o que deixa claro que foram escolhidas instituições/pessoas propositadamente ligadas ao sector de desenvolvimento e de turismo.

A entrevista permite uma interacção directa entre o entrevistador e o entrevistado. Ela tem como objectivo abrir a área livre dos interlocutores no que respeita à matéria da entrevista, reduzindo, por consequência, a área secreta do entrevistado e a área cega do entrevistado (Carmo e Ferreira, 2008:142). No caso em questão pretendeu-se que a entrevista constitua o meio de obter opiniões e visões de pessoas que trabalham na área em causa a fim de penetrar no cerne da questão e perceber o desenrolar do fenómeno do turismo no arquipélago de Cabo Verde.

As instituições/pessoas que constituíram a amostra para as entrevistas são: Lux development para a EHTCV; presidente de APTCV; Director de Desenvolvimento de Cabo Verde Investimentos (CI); Funcionária da DGDT, desde 1988; Directora Comercial e de Eventos - Hotel Praiamar; Presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago – Cidade Velha Património da Humanidade; Director geral da DGDT;¹¹ Proprietária e Gerente do Aldeamento “Spinguera” na ilha de Boa Vista e sub-Gerente do mesmo.

As instituições escolhidas são na sua maioria da ilha de Santiago embora, somente uma é que centralizou sobre a ilha de Santiago. As restantes instituições referem-se a totalidade do arquipélago e as pessoas trabalham em prol de todas as ilhas, daí a possibilidade de generalizar os dados, mesmo não podendo deslocar a todas as ilhas.

¹¹ Entrevista feita pelo jornal “A Nação” ao Director da DGDT.

Foram solicitadas outras instituições que não responderam aos pedidos de marcação de entrevistas. A questão da insularidade e distanciamento das ilhas não permitiu que se aplicasse entrevistas a todas as instituições desejadas das diversas ilhas. (Assunto que irá ser focado nas limitações da investigação).

2. CATEGORIZAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS¹²

2.1. Categorização

Para a análise das entrevistas foi necessário criar categorias consoante as perguntas do inquérito.¹³ Assim, apresenta-se o quadro com as categorias efectuadas consoante as instituições/pessoas entrevistadas. Decidiu-se fazer separadamente as entrevistas para uma melhor análise comparativa e para, de uma melhor forma, se poder tirar ilações.

Nos quadros que se seguem pode-se ver os resultados, seguido de análises no seu todo:¹⁴

¹² Para garantir o anonimato dos entrevistados optou-se por identificá-los com informantes.

¹³ ver anexo 1

¹⁴ Todos os quadros da categorização aparecem como quadro nº 2, embora separados por entrevistas feitas. A categorização, para além de ser feita a partir das entrevistas, verifica-se também alguns ajustes, conforme as respostas e os lugares seleccionados para a amostra.

Quadro nº2 categorização das entrevistas

Nº	Categorias	MECC – informante 1
1	Desenvolvimento do turismo- Factores/impactes positivos e negativos	<p>- “Início do Turismo”. 1988 abertura de Cabo Verde à economia mundial. Começa por referir que somente existia o hotel Praia-Mar na capital, do hotel Porto Grande em S. Vicente, do hotel Atlântico, no Sal e o hotel Morabeza em Santa Maria (Sal).</p> <p>- O hotel Atlântico foi transformado pelas entidades oficiais, era o hotel do Aeroporto em Espargos que serviam as tripulações que paravam no país para abastecer.</p> <p>- O Governo de Cabo Verde pede à França um empréstimo para construção dum hotel turístico – Hotel Belorizonte, para as Companhias de aviação que chegavam todos os dias aquando da guerra em Angola e mais.</p> <p>- O hotel Morabeza foi transformado para albergar as tripulações. Daí o Embrião do Turismo em Cabo Verde.</p> <p>- Os tripulantes começam a trazer os familiares, vendo Cabo Verde (ilha do Sal) como lugar de descanso turístico e de praia e sol.</p> <p>- Um campeão mundial de WindSurf de França, veio a Cabo Verde e trabalhou no Sal. - Criação do primeiro centro de desportos náuticos (1987/88) hospeda-se no hotel Belorizonte. Chegada de mais turistas franceses para windsurf.</p> <p>- 1990 - Política de privatizações, onde se privatizou o hotel Praia-Mar, o hotel Belorizonte, o Porto Grande e o Hotel Xaguete no Fogo.</p> <p>- Criação de lei de incentivos e de utilidade turística para investidores em Turismo.</p> <p>- Participação de Cabo Verde em feiras como a BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), a FITUR de Espanha, a Red... de França destinado, a desportos náuticos.</p> <p>- “Descoberta” de Cabo Verde pelos italianos e participação na feira de Itália e Workshops.</p> <p>- Crescimento da economia e participação do turismo para o PIB; investimentos e criação de infraestruturas; restaurantes; táxis; novos negócios.</p> <p>- Consciencialização dos cabo-verdianos da importância do Turismo para o país.</p> <p>- Negativos - A prostituição, a droga e outras consequências que vêm com a Globalização.</p>
2	Participação/envolvimento da Comunid/benefícios	<p>Desconfiança por parte dos Cabo-verdianos; inicialmente pouco se acreditava no turismo.</p> <p>- Pouco envolvimento;</p>
3	Estratégia de governos/realidade do país	<p>- Há tentativa, mas não se atingiu o ideal;</p> <p>- Infra-estruturas dificultam o bom envolvimento dos governos.</p>
3 ^a	Preocupação com Integração. Impacto	<p>- Existe preocupação dos governos com a comunidade.</p> <p>- Desconhecimento por parte da comunidade</p>
4	Sustentabilidade	<p>- Há preocupações;</p> <p>- Deve-se planear e respeitar a cultura, o ambiente e a população;</p>

		- Criar código de turismo sustentável
5	Promoção e Marketing	- Há mais investimentos e abertura nesta área. É insuficiente.
6	Relacionamento Público-Privado no Turismo	- É perfeito para o sucesso do turismo. - Não há muita riqueza, por isso é necessário cooperação público-privado e com o estrangeiro.
7	OMC, Parceria Especial EU, PDM, PH-Cidade Velha	- Contribuem para levar o nome e a imagem de Cabo Verde mais longe; - São desafios, concorrências e oportunidades. - Novo tipo e visão de turismo
8	Turismo e Segurança	- Já se criou Plano Estratégico de Segurança - A segurança é um problema mundial. Enquanto houver drogas, prostituições, desemprego e pobreza a segurança está ameaçada. - A insegurança afecta muito o turismo.
9	Formação profissional dos funcionários	- Necessidade a formação a todos os níveis.
10	Hospitalidade dos Cabo-verdianos	- Cabo-verdiano é simpático e acolhedor e gosta de receber turistas; - Mas, há um complexo em servir. - Simpatia na rua, mas não na profissão
11	Sugestões e outros	- Familiarizar e integrar todos os cabo-verdianos no processo do turismo; - apostar na educação cívica para o turismo - utilizar as TIC's para chegar às pessoas - oferecer um turismo de qualidade e diferenciado

Nº	Categorias	CMRGS – Cidade Velha informante 2
1	Desenvolvimento do turismo- Factores/impactes positivos e negativos	<ul style="list-style-type: none"> - Antes da abertura política - economia fechada - Abertura política e abertura aos investimentos estrangeiros - Muitos investimentos em todas as áreas - Dinâmica na construção de infra-estruturas - Desenvolvimento de transportes - Ganha-se um “<i>Boom turístico</i>” - Aumento de receitas e emprego - negativos – choque de culturas; turismo de massa - Sistema de “<i>All Inclusive</i>” - Prostituição, drogas, insegurança - Polarização: turista com alto nível de vida e população com baixo nível de vida.
2	Participação/envolvimento Comunidade/benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Muito fraco. - Gera algum emprego e alguns benefícios para a comunidade
3	Estratégia de governos/realidade do país	Deficiências a nível de estratégia.
3 ^a	Preocupação com Integração. Impacto	<ul style="list-style-type: none"> - É necessário acompanhamento pela parte do governo à comunidade. - Evitar choque de cultura - Impacto no emprego, enriquecimento da cultura, intercâmbios internacionais
4	Sustentabilidade	- O turismo no país é sustentável
5	Promoção e Marketing	<ul style="list-style-type: none"> - Falta mais eficácia. - Foram feitas algumas acções - Deve-se promover mais o que temos e o que os “outros” procuram
6	Relacionamento Público-Privado no Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Sintonia e cooperação - Apoio do sector público ao privado
7	OMC, Parceria Especial UE, PDM, PH-Cidade Velha	<ul style="list-style-type: none"> - Transmitem confiança aos investidores estrangeiros no país - Constituem vantagens
8	Turismo e Segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Evitar os erros já cometidos - Acabar com os pequenos focos de criminalidade
9	Formação profissional dos funcionários	<ul style="list-style-type: none"> - É necessário apostar na formação. - Dar um tratamento de luxo aos turistas
10	Hospitalidade dos Cabo-verdianos	- É boa. É o forte do país.
11	Sugestões e outros	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar todos os pontos negativos - Apostar na formação profissional - Não copiar estratégias dos outros países e vir a cair no mesmo erro - Competir com outros países

Nº	Categorias	Hotel Praiamar – Praia informante 3
1	Desenvolvimento do turismo- Factores/impactes positivos e negativos	<ul style="list-style-type: none"> - Inicialmente não havia noção do turismo em Cabo Verde - Nos finais dos anos 80 os operadores turísticos começaram a participar em feiras - Hotel Praiamar - Surgido em Janeiro de 1982 foi destinado à recepção da Cimeira da CILSS - privatizações de hotéis - surgimento de novas unidades hoteleiras, nos anos 1990, e nos finais, na ilha do Sal, grandes unidades hoteleiras - Incremento dos postos de trabalho, formação, empregabilidade, receitas para o país. <p>Negativos- ilha de Santiago Turismo muito seleccionado para eventos e negócios</p> <ul style="list-style-type: none"> - poluição do meio ambiente, “All inclusive” no Sal. turismo de massa presença de muitas crianças a pedirem.
2	Participação/envolvimento da Comunidade/benefícios	- A comunidade beneficia indirectamente, mas é muito insuficiente.
3	Estratégia de governos/realidade do país	- O turismo foi surgindo aos poucos e forçaram ao surgimento de estratégias sem pensar na adaptação da realidade.
3 ^a	Preocupação com Integração. Impacto	<ul style="list-style-type: none"> - Não. É preciso (in)formação às pessoas/comunidades - Sem conhecimentos de estudos ligados ao impacto e não tem noção deste impacto
4	Sustentabilidade	- É necessário trabalhar na formação para a sustentabilidade
5	Promoção e Marketing	- São insuficientes e ineficazes
6	Relacionamento Público-Privado no Turismo	- É obrigatório
7	OMC, Parceria Especial EU, PDM, PH-Cidade Velha	<ul style="list-style-type: none"> - É necessário tirar mais partido desses privilégios - Aproveitar e promover com qualidade - Definir o produto e lançar no mercado
8	Turismo e Segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Há tranquilidade - Desenvolvimento e globalização trouxeram alguns factores que tem-se estado a combater.
9	Formação profissional dos funcionários	<ul style="list-style-type: none"> - Há muitas lacunas. - É preciso uma formação contínua - Apostar nas línguas
10	Hospitalidade dos Cabo-verdianos	<ul style="list-style-type: none"> - A Hotelaria é igual à hospitalidade. - É obrigatório ser acolhedor, simpático e satisfazer as necessidades dos visitantes.
11	Sugestões e outros	- Não. Já foi tudo dito.

Nº	categorias	CI – Cabo Verde Investimentos – Informante 8
1	Desenvolvimento do turismo- Factores/impactes positivos e negativos	<ul style="list-style-type: none"> - Desde a independência o turismo tem sido visto como sector estratégico do desenvolvimento - aposta no turismo como o motor de desenvolvimento - 1993/94 foi criado um conjunto de leis que permitem um desenvolvimento estrutural sustentável de turismo. Leis de ZDTI - inicialmente a aposta prevalecia nos hotéis para o turismo de negócios e não de lazer, mas agora há maior apostas em residenciais. - grandes projectos aprovados que constam da lista, não arrancaram sequer.
2	Participação/envolvimento da Comunidade/benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Não. - benefícios para os estrangeiros - Sem políticas ou estratégias no sentido de envolver as comunidades - é necessário espaços para a comunidade investir e envolver no processo do turismo no país.
3	Estratégia de governos/realidade do país	<p>A Estratégia é boa, porque com a criação de ZDTIs permite desenvolvimento sustentado de turismo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - elaborar um plano estratégico de marketing para poder saber que produtos a vender e para que mercado.
3 ^a	Preocupação com Integração. Impacto	<ul style="list-style-type: none"> - Existe preocupação, como se vê no plano nacional de desenvolvimento - falta estratégia para pôr em prática as preocupações - impactos- focos de prostituição, criminalidade, droga. É necessário estratégia para monitorizar estes males. - boa integração e interacção que caracterizam o povo cabo-verdiano. - Criação de alguns empregos, embora sendo precários os salários, mas cria alternativas ao emprego
4	Sustentabilidade	Há preocupação ambiental, social e económico.
5	Promoção e Marketing	É preciso apostar em mais meios. Somente as feiras são ineficazes.
6	Relacionamento Público-Privado no Turismo	- Tem que haver. O Estado deve criar ambiente de segurança e de qualidade. Garantia e protecção.
7	OMC, Parceria Especial UE, PDM,	- OMC – clareza e harmonização no comércio, no que toca à transacção de bens

	PH-Cidade Velha	<ul style="list-style-type: none"> - UE - circulação de pessoas e mobilidade. PDM - papel importante na imagem do país. - Acompanhar o crescimento económico, ao desenvolvimento económico PH-CV- um dos maiores ganhos no que toca ao turismo; - necessário que Cidade Velha tenha um plano estratégico de modo a fidelizar os visitantes
8	Turismo e Segurança	<ul style="list-style-type: none"> - muitas fragilidades. Segurança do turista e mesmo da população
9	Formação profissional dos funcionários	<ul style="list-style-type: none"> - grande défice em relação à formação profissional e no turismo principalmente.
10	Hospitalidade dos Cabo-verdianos	<ul style="list-style-type: none"> - É o forte do povo da ilhas.
11	Sugestões e outros	<ul style="list-style-type: none"> - Planeamento. Se não se pensar nisso, pode-se esquecer o turismo em Cabo Verde.

Nº	categorias	APTCV- Presidente – Informante 4
1	Desenvolvimento do turismo- Factores/impactes positivos e negativos	<ul style="list-style-type: none"> - Chegou-se à consciência que o Turismo constitui um vector de desenvolvimento do país - Não se tem espírito empreendedor - um país rico em culturas, histórias e a posição geográfica bem localizada e gastronomicamente interessante necessita de planos para o Turismo - caiu-se no sistema de “<i>All Inclusive</i>” - aprendeu-se fazer contactos com o exterior e a incentivar a investimentos Negativos - falta de empreendedorismo Cabo-verdiano - falta de abertura do publico em relação ao privado e a falta de planeamento.
2	Participação/envolvimento da Comunidade/benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - á pouco envolvimento - há benefícios mas, de uma pequena fatia. - Pensar na inovação e na diferenciação do Turismo no país, olhando os diversos produtos como complementos um dos outros e não da concorrência. - falta de visão e estratégia neste domínio.
3	Estratégia de governos/realidade do país	- Poderia ter-se feito muito mais, sobretudo no que refere ao planeamento
3 ^a	Preocupação com Integração. Impacto	<ul style="list-style-type: none"> - Não. Não muito. - As contrapartidas que se tira do Turismo em beneficio à comunidade são menores. Importação de praticamente tudo pela parte dos investidores - somente ficam os salários que são precários - Há que fazer gestão para que os impactos negativos sejam o mínimo possível. Cometeu-se erros gravíssimos com Sal - evitar que aconteça o mesmo com a ilha de Boa Vista
4	Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Novidade para Cabo Verde. Não se sabe o que é a Sustentabilidade, nem quais são os seus pilares. - fala-se da sustentabilidade chamam somente os economistas
5	Promoção e Marketing	<ul style="list-style-type: none"> - Deve-se criar uma célula que pense e promova Cabo Verde como um destino Turístico - alguns serviços como a TACV e a CI fazem, mas promovendo os seus próprios serviços - MECC e a DGDT - parar e pensar juntamente e não se fazerem como concorrentes, mas sim como complementos e pensar num bem comum.
6	Relacionamento Público-Privado no Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - eliminar as burocracias para com nacionais e estrangeiros - é necessário esta relação sem burocracias

7	OMC, Parceria Especial UE, PDM, PH-Cidade Velha	<ul style="list-style-type: none"> - Alertam a tipologia de Turismo para Cabo Verde - Pensar o que fazer para manter ou aumentar os índices referentes a estes factores - pensar num Cabo Verde melhor para nós. - Pensar a prática e distanciar da teoria - não esperar que estes factores façam milagres
8	Turismo e Segurança	<ul style="list-style-type: none"> - já afectou muito o turismo, mas agora está melhorando - houve assaltos a turistas e às unidades hoteleiras
9	Formação profissional dos funcionários	<ul style="list-style-type: none"> - Para um serviço de qualidade tem que ter uma mão de obra qualificada. - Tem que haver envolvimento dos técnicos da área, quer dos empreendedores e estes facilitarem as formações - Espera-se que a criação da EHTCV venha a colmatar as lacunas existentes
10	Hospitalidade dos Cabo-verdianos	<ul style="list-style-type: none"> - “Morabeza” é saber receber e com simpatia, com profissionalismo - a “Morabeza morreu”, caiu muito
11	Sugestões e outros	<ul style="list-style-type: none"> - Sugere planeamentos; fóruns, - Pensar espaços onde os técnicos da área possam pensar e apresentar soluções - É urgente pensar o Sal e a Boa Vista

Nº	categorias	Lux Development – EHTCV – Informante 6
1	Desenvolvimento do turismo- Factores/impactes positivos e negativos	<ul style="list-style-type: none"> - Turismo em Cabo Verde resulta de uma opção do Turismo Sol&praia - aproveita-se os recursos, primeiramente a ilha do Sal e ultimamente a ilha da Boa Vista e Maio - implementação de MegaResorts pertencentes aos organismos internacionais - Evolução sem planeamento, é um desenvolvimento de oportunidades em função do aparecimento de investidores - Turismo com pouca preocupação ambiental - Negativos- o não planeamento e ordenamento do território e o planeamento turístico.
2	Participação/envolvimento da Comunidade/benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - a população beneficia da componente macroeconómica; beneficia indirectamente. - benefícios directos para pequenos comerciantes, os taxistas e outros através de empregos. - a tipologia do Turismo que se pratica em Cabo Verde não está voltado para a participação da comunidade local; não permite muita inserção.
3	Estratégia de governos/realidade do país	<ul style="list-style-type: none"> - Enquadram na realidade do país.
3 ^a	Preocupação com Integração. Impacto	<ul style="list-style-type: none"> - Este factor não foi minimamente atendido - Não foi pensado a inserção das unidades turísticas em relação à população local o que provoca a mobilidade doutros trabalhadores - Em relação a impactos, decerto verificam-se impactos em algumas ilhas, - Há alteração no seu quotidiano de vida, da sua realidade, ainda que se abrem janelas de oportunidades. - Deve haver impactos que abrangem todas as áreas, baseando na prestação de serviços por exemplo dos agricultores
4	Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - No sentido da preservação ambiental, turismo ecológico, não tem existido sustentabilidade
5	Promoção e Marketing	<ul style="list-style-type: none"> - Não existe. - as grandes companhias e os sectores privados fazem indirectamente
6	Relacionamento Público-Privado no Turismo	<ul style="list-style-type: none"> É necessário sem dúvida e por todo o lado
7	OMC, Parceria Especial UE, PDM, PH-Cidade Velha	<ul style="list-style-type: none"> - OMC- para o turismo é pouco significativo. Toca ao prestígio do país, as regras que a globalização vai impondo.

		<ul style="list-style-type: none"> - UE – pode ser interessante na problemática da mobilidade das pessoas. - PDM – é importante na óptica da macroeconomia. Ao turismo não acrescenta directamente nada. PMH – pode a Cidade Velha ser um contributo para alternativas para outro tipo de turismo. A identificação e prestígio; o produto se for efectivamente criado. É um grande desafio.
8	Turismo e Segurança	<ul style="list-style-type: none"> - As consequências da prostituição, da droga, do roubo e outras de crimes são palcos que precisam, neste tipo de serviços serem vistas com muito cuidado. - É a questão cultural que tem a ver com os artesanatos da Costa africana, a maneira como abordam as pessoas, os preços que praticam, os serviços piratas que tentam vender. - Há pessoas que entram nos hotéis e não saem, portanto não querem ser incomodadas e querem segurança que está um pouco ameaçada.
9	Formação profissional dos funcionários	<ul style="list-style-type: none"> - Efectivamente que é necessário. - Em relação à situação actual não existem formação, não existe integração, existe de forma muito embrionária feito pelas empresas. - precisa-se de pessoal qualificado.
10	Hospitalidade dos Cabo-verdianos	<ul style="list-style-type: none"> - A hospitalidade é considerado o potencial de Cabo Verde - Pensar o Turismo Étnico, ou seja são os cabo-verdianos que vivem na diáspora e que vem a CV fazer o seu turismo étnico, ver família, os amigos.
11	Sugestões e outros	<ul style="list-style-type: none"> - Ordenar o território, é a peça fundamental. - Criação do produto turístico sobre a Cidade Velha, sobre o montanhismo. - Pensar o turismo de negócios na cidade da Praia, espaços para festivais e outras actividades culturais

Nº	categorias	Directora e Proprietária do Hotel “Spinguera” Boa Vista – Informante 5
1	Desenvolvimento do turismo - positivos e negativos	<ul style="list-style-type: none"> - teve um começo lentamente. - Ao longo da década 90 começou-se a descobrir as belezas das ilhas. - Com a temperatura ideal, com clima política favorável e de uma população aberta e abertura ao mundo Cabo Verde possuía os ingredientes para o Turismo. - trouxe infra-estruturas como hospitais, aeroportos internacionais, vias de comunicação, entre outras NEGATIVO – investimento em Turismo de massa não voltada para a população local. - Os investidores ganham com o Turismo. A população ainda não tirou vantagens.
2	Participação/envolvimento da Comunidade/benefícios	<ul style="list-style-type: none"> - Muito pouco benéfico - O desenvolvimento ganhou um contorno rápido e a população não está preparada ainda para adaptar. - impacto muito violento e sem preparação cultural e técnica; Devia-se preparar a população para isso.
3	Estratégia de governos/realidade do país	<ul style="list-style-type: none"> - Enquadra-se até certo ponto. - Tomou-se decisões de que é necessário investir, mas não se perguntou à comunidade local o que querem e o que precisam.
3ª	Preocupação com Integração; Impacto	<ul style="list-style-type: none"> - Não muito. Já se vê os impactos, como criminalidades, criação de “barracas”
4	Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - É a aposta que devia ser feita. Neste ponto ainda não se fez nada. - Deve-se aproveitar a mão-de-obra local, é necessário ajudar primeiro a comunidade.
5	Promoção e Marketing	<ul style="list-style-type: none"> - É eficaz. Do nada Cabo Verde passou a ser um destino muito procurado.
6	Relacionamento Público-Privado no Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Tem que manter esta relação. Devia-se aproveitar mais em benefício da comunidade. Ex: criar uma pequena taxa na obtenção do visto em que reverte directamente para a comunidade, em prol de infra-estruturas (escolas, hospitais)...
7	OMC, Parceria Especial UE, PDM, PH-Cidade Velha	<ul style="list-style-type: none"> - Beneficiam ao turismo do país a 100%.
8	Turismo e Segurança	<ul style="list-style-type: none"> - É um problema grave. - Houve um caso marcante que afectou o turismo directamente. - Ainda está a tempo de controlar. - Faz com que os turistas transportam má imagem

		para outros.
9	Formação profissional dos funcionários	<ul style="list-style-type: none"> - Aposta-se na formação no estrangeiro. - Ainda em Cabo Verde é muito deficitário, embora o esforço que se tem feito.
10	Hospitalidade dos Cabo-verdianos	<ul style="list-style-type: none"> - É um dos países onde se tem mais abertura em relação aos turistas. - Mas quando um turista vem com ideia de superioridade, o cabo-verdiano “fecha a porta”.
11	Sugestões e outros	<ul style="list-style-type: none"> - Apostar num turismo mais de qualidade, de natureza e maior apoio a comunidade. - Integrar a comunidade. - No caso de Boa Vista, caminha-se para o turismo de massa. - Devia-se pensar em parques naturais e escolher lugares particulares para as grandes construções. <p>- Spinguera - reconstrução de uma aldeia abandonada onde haja envolvimento da população. Os funcionários são todos filhos dos ex-habitantes da localidade.</p> <p>Baseia-se na política de mostrar o que pode ser feito sem grandes investimentos e fazer com que a população local se sinta em sintonia com o empreendimento.</p>

Nº	categorias	Subdirector do Hotel “Spinguera” Boa Vista – Informante 7
1	Desenvolvimento do turismo-positivos e negativos	- 1990 - turismo como um dos pilares do desenvolvimento. - Desenvolvimento de Turismo sem nenhum plano. - Os sectores do Turismo independentes e desligados. Tudo fez-se a uma velocidade “luz” sem planeamento.
2	Participação/envolvimento da Comunidade/benefícios	- A população devia participar nas decisões e envolver-se. - as pessoas beneficiam da mão-de-obra e pouco mais. Há pouca valorização de quadros nas diversas instituições, principalmente as privadas.
3	Estratégia de governos/realidade do país	- Falhanço das estratégias devido à ausência de política de Turismo. - Comparar a situação das ilhas de Boa Vista e Sal: Uma ilha não pode desenvolver para que a outra caia em desuso.
3 ^a	Preocupação com Integração. Impacto	- Se houve preocupação na prática não se tem notado muito.
4	Sustentabilidade	- Só em teoria. Na prática não se verifica esta sustentabilidade. - Não se entende o real significado do conceito sustentabilidade. Refere-se a sustentabilidade, pensa-se somente nos impactos ambientais. - A sustentabilidade é utópica em Cabo Verde.
5	Promoção e Marketing	- Tem-se feito alguma coisa, como exemplo as feiras. - O país tem-se promovido principalmente pela diáspora, pelos emigrantes. - Tem sido feito muito pouco. As estratégias de marketing são pouco agressivos
6	Relacionamento Público-Privado no Turismo	- É fundamental. É preciso trabalhar em conjunto e envolver a população local.
7	OMC, Parceria Especial UE, PDM, PH-Cidade Velha	- Constituem aspectos importantes sobretudo na Era da globalização. Não há fronteiras entre países. Estes aspectos devem ser bem aproveitados. São

		oportunidades que podem tornar ameaças.
8	Turismo e Segurança	-Dá-se pouca ou insuficiente importância a segurança - verificam-se alguns ataques a turistas, roubos.
9	Formação profissional dos funcionários	- Os profissionais tem que saber fazer. - É necessário obrigar os hotéis a darem formação aos profissionais. - A EHTCV já devia ter existido desde os anos noventa (90).
10	Hospitalidade dos Cabo-verdianos	- É um “prato forte” do turismo. A hospitalidade tem-se perdido um pouco.
11	Sugestões e outros	- Cabo Verde tem que ver os bons exemplos e os maus para não cometer os mesmos erros que outros destinos. - É necessário planear e criar um plano estratégico

Na impossibilidade de entrevistar o director geral da DGGT¹⁵ baseamo-nos numa entrevista feita pelo jornal “A Nação”, semanário, nº 96, datada de 02 a 08 de Julho de 2009. Ele acabara de ser empossado como Director Geral de Desenvolvimento Turístico. Fia-se que o conteúdo da entrevista vai ao encontro das perguntas elaboradas no guião de entrevista.¹⁶

Tomam-se as perguntas feitas directamente pelo referido jornal: (informante 8)
“A Nação” – Quais as linhas estratégicas da nova DGGT?

Carlos Ferreira – Os desafios são inúmeros; o turismo é um sector de inegável importância estratégica para o país. Não é fácil devido à sua transversalidade e ligações estratégicas com outros sectores da economia. O governo está a concluir o processo de revisão das leis relativamente ao turismo de modo a dotar o país de um quadro jurídico e regulamentar claro, forte e moderno, sem pôr em causa a competitividade do país, nem a qualidade dos produtos e serviços que são prestados aos turistas.

Destaca-se as leis que regulamentam as agências de viagens e turismo e a revisão das leis sobre o estatuto da indústria hoteleira e similar, regulação do decreto referente aos prestadores de serviços e o diploma que regula o Turismo em Espaço Rural (TER).

A política nacional prioriza através do MECC a criação da Política Nacional do Turismo para actuar no sector. Tem-se também o Master Plan do Turismo e o Código de Conduta do Turismo que também são prioridades do plano de governo. É necessário criar uma imagem de marca de Cabo Verde enquanto destino turístico de Qualidade e Diferenciado evitando que cada um “comercialize” o destino Cabo Verde conforme quiser.

Pensa-se um plano nacional de Marketing para o país e ressaltando a oferta e as riquezas em cada uma das ilhas. É necessária a oferta de produtos e inovação.

A Nação – E como diversificar?

C.F. – O governo pretende dinamizar o Turismo Doméstico; consolidar os mercados emissores do Turismo para o país. Apela-se à criatividade para que não se ofereça somente a praia e o sol aos turistas, mas sim aproveitando também o Turismo em Espaço Rural, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Cruzeiro, Desportivo, de Saúde, MICE (Meetings, Incentives, Congresses and Events), Turismo Doméstico e

¹⁵ Tomado como Informante 9

¹⁶ Ver anexo 2

VFR (Visiting Friends and Relatives)- vendo esses factores como meios de combate à pobreza no país.

“A Nação” – Fala das questões sociais e dá exemplo do surgimento do Bairro da “Barraca” na ilha de Boa Vista, que foram construídos pelos trabalhadores dos hotéis. Uma vez que está a ser construído uma nova unidade hoteleira grande lança-se a questão referente à possível construção de uma nova “Barraca.”

CF- Não é desejável a construção de Barracas, pois deixa má imagem para os turistas. O Governo pretende neste momento que não se multiplique as Barracas e depois buscar soluções em conjunto com empresas privadas.

A Nação - Fala-se muito do Turismo Sustentável e integrado para Cabo Verde, mas na prática ainda se está longe de concretizar esse objectivo. Qual a posição do director neste sentido?

CF- O desenvolvimento sustentável leva o seu tempo, num país onde os recursos são limitados e as prioridades inúmeras. O MECC está a trabalhar para pôr em prática a sustentabilidade. E para isso deve apostar nos produtos que todas as ilhas possuem, voltado para o Turismo Rural fazendo com que as populações mais desfavorecidas beneficiem dos efeitos positivos do turismo.

A Nação – Como se pretende integrar as populações locais no desenvolvimento do turismo, principalmente nas ilhas de Boa Vista e Maio, afim de evitarem os erros cometidos no Sal?

CF- A articulação com todos os actores do sistema é fundamental para maximizar os efeitos positivos do Turismo por um lado e se minimizem os efeitos negativos por outro. É necessário criar infra-estruturas de turismo de modo que os turistas possam usufruir de lazer nos centros urbanos. É necessário cuidar da segurança e das acessibilidades, prestação de cuidados de saúde e melhor fornecimento de energia e água.

A população deve estar preparada para receber os turistas, mas também para oferecer um serviço de qualidade e diferenciado. A população deve sentir como parte integrante do desenvolvimento turístico. O governo pretende criar parcerias com as associações locais e fomentar actividades de criatividade da comunidade local.

A Nação – Há planos para combater ou minimizar a crise turística que assola a ilha do Sal?

CF- Há um conjunto de medidas e prioridades elaboradas com as partes interessadas que logo que possível serão implementadas. Este problema toca mais a nível de segurança, saneamento, saúde. Iluminação pública e acesso aos hotéis.

É preciso trabalhar na sensibilização e inovação, pró-actividade, melhoria das infra-estruturas, aumento da qualidade dos serviços prestados.

Questionado sobre a parceria com a Cabo Verde Investimentos (CI), o Director Geral afirma que é fundamental e umbilical a relação entre as duas instituições desde a apresentação de projectos até à sua aprovação.

Em relação à questão referente à relação/cooperação com as entidades da área como a UNOTUR, a APTCV e a PROMITUR, o Director Geral afirma que para implementar o programa do governo em matéria do turismo, aquele pretende estabelecer fortes parcerias com várias instituições públicas ou privadas e público-privadas.

A DGDT visa estabelecer contactos com a CI, SDTIBM, Instituto Marítimo e Portuário, Associação da Agências de Viagens e Turismo de Cabo Verde, INE, Banco de Cabo Verde, Serviço de Emigração e Fronteiras, Rádio e Televisão Cabo-verdiana, Transportadoras Aéreas, Associações Nacionais dos Municípios e Pelouros das Câmaras Municipais, Universidades Públicas e Privadas, Plataforma das ONG's, Ministério de Ambiente, entre outras instituições. O sucesso do Turismo não depende somente do governo, mas da articulação de todos os sectores da sociedade civil dado ao carácter transversal do sector.

2.2. Análise dos dados das entrevistas

Depois de aplicar as entrevistas e categorizando as respostas, convém tomar o todo e fazer uma análise e de seguida chegar às conclusões.

A análise das respostas dos entrevistados segue ao critério da sequência das perguntas. Para além do destaque de algumas respostas individuais, prioriza-se as conclusões de todos os respondentes verificando as tendências das respostas.

Em relação à primeira questão que se prende com um apanhado geral sobre o desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde desde a abertura política (1990) à actualidade, verifica-se algumas divergências nas respostas, divergências no que se refere às datas do início, ou no que se refere ao modo como se iniciou o turismo.

Para o informante 9 de CI, desde a independência o turismo tem sido visto como um sector estratégico do desenvolvimento. Primeiro porque os recursos naturais não são abundantes, viu-se potencialidades turísticas a serem desenvolvidas e aproveitadas. Sendo um sector transversal, pode permitir desenvolver outros sectores (indústria, agrícola, pecuária etc). Embora com este pensamento, tudo permaneceu parado e o tempo foi ilustrando a necessidade da aposta no turismo. A atracção turística fez

aumentar a carga humana sobre os pólos turísticos, o que fez procurar outras actividades a nível das infraestruturas básicas como água e energia, telecomunicações, saneamento básico, entre outros que foram surgindo paulatinamente.

Tendo em conta o cenário que se vivia antes de 1990, o informante 2 salienta que antes da abertura política Cabo Verde tinha uma economia fechada; depois dessa abertura abriu-se também aos investimentos externos, que trouxeram muitas infraestruturas ao país. Assim, ganha-se a dinâmica de construções de infra-estruturas, que é o caso de hotéis e outras infra-estruturas ligadas ao turismo e não só. Pois, que antes, pouco se falava do Turismo no seu real sentido.

Numa das instituições começa por falar que praticamente não existia a noção de turismo em Cabo Verde; as “coisas” foram acontecendo. Contudo, já desde 1982, começaram a surgir algumas unidades hoteleiras, embora, não com o intuito de ser hotel, mas sim para alguns assuntos pontuais. Refere a directora comercial do hotel Praiamar que, foi construído para receber as pessoas que vinham para a Cimeira da CILSS (Comité Interestadual de Luta Contra a Seca no Sahel). Os hotéis eram propriedades do Estado, uma vez que todas as entrevistas falam da posterior privatização das unidades hoteleiras.

No decorrer e final dos anos oitenta, alguns operadores turísticos começaram a participar em feiras expondo os seus “produtos a oferecer”, onde se começou a descobrir “Cabo Verde no mapa”, pois muitos nem sequer sabiam da existência das ilhas de Cabo Verde, uma vez que muitos mapas não trazem o grupo das ilhas no meio do Oceano Atlântico.

Para perceber a realidade recorre-se às palavras da informante 3, pessoa conhecedora da matéria. Ela pretendeu falar não só a partir de 1990, mas sim de um “início do Turismo”. Desde 1988 entrou para a Direcção do Turismo. Começa por referir que somente existiam o Hotel Praia-Mar na capital, o Hotel Porto Grande em S. Vicente, Hotel Atlântico no Sal e o Hotel Morabeza em Santa Maria (Sal).

Devido às necessidades que se fazia sentir, o Governo de Cabo Verde pede à França um empréstimo para construir um hotel turístico – Hotel Belorizonte uma vez que o hotel Atlântico foi transformado pelas entidades oficiais, era hotel do Aeroporto em Espargos.

Com a presença das tripulações em Cabo Verde, lugar onde paravam para abastecer, com as presenças das companhias de aviação que chegavam todos os dias aquando da guerra em Angola, relata a entrevistada que o hotel Morabeza, foi

transformado para estes fins e acrescenta que tinha aspecto de um casarão mais do que um hotel e foi-se alargando.

Assim, a informante assegura que dali surgiu o embrião do Turismo em Cabo Verde; as tripulações vinham passar dias com os familiares na ilha do Sal. Cabo Verde foi tornando-se conhecido, nesta época, a ilha Sal como lugar de descanso turístico e lugar de praia e sol.

Um dos pontos focado como forte passo para o turismo das ilhas foi a vinda de um campeão mundial de WindSurf da França, que chegou a trabalhar na ilha do Sal, onde criou o primeiro centro de desportos náuticos (1987/88) e ficou no hotel Belorizonte, daí começaram a chegar turistas franceses para windsurf. “Não se falava de Turismo, havia tanta falta de infraestruturas, falta de água potável no Sal principalmente, energia, falta de telecomunicações (era difícil telefonar), fazer câmbios... o turista vinha à aventura”.

Praticamente todos os entrevistados afirmaram que à partida o turismo começou lentamente. Depois ao longo da década de 90 começou-se a descobrir quais eram as belezas das ilhas, com a temperatura ideal, com clima político favorável e de uma população aberta aos estrangeiros. Foi fácil e rápida a fase do desenvolvimento do turismo depois da abertura política.

Com praias lindas na ilha do Sal, com paz, com o sossego e o clima podia-se vir a qualquer momento do ano, o preço era bastante barato, embora não houvesse serviços, muitas pessoas queriam descobrir o novo destino que prometia, lançavam-se à aventura. Era necessário vir via Lisboa, uma vez que não havia voos de outros países para Cabo Verde e nem sequer havia voos diários. Não havia competitividade nenhuma. Mesmo assim Cabo Verde foi ganhando terreno atraindo investimentos, e hoje o turismo já contribui grandemente para o PIB, asseguram alguns entrevistados.

Mais acrescenta a informante 4, da APTCV, sublinhando que o país sendo rico em culturas, histórias, a posição geográfica bem localizada e gastronOMICAMENTE interessante; belezas naturais e a diferenciação entre as ilhas sentiram a necessidade de agarrar o turismo como um dos vectores do desenvolvimento.

Com a política de privatizações a partir de 1990, onde se privatizou o hotel Praia-Mar, o hotel Belorizonte e o Porto Grande e o Hotel Xaguate (que surgira na ilha do Fogo). Começou-se a criar incentivos através da contribuição dos impostos, redução das taxas alfandegárias, depois criou-se a lei de incentivos, ou seja de utilidade turística em

que os investidores investiam com alguns privilégios. Houve praticamente uma política de “Pesca a Investidores”.

Para o informante 8 de “Spinguera”, a partir da data em questão o turismo passou a ser considerado como um dos pilares do desenvolvimento. Começou a ganhar novos contornos, embora sem nenhum plano e acrescenta que se verificou e ainda se verifica um desligar dos vários sectores que o turismo foca. Tudo se fez à velocidade “luz” sem planeamento. Os mercados do turismo estão mal planeados.

A certa altura, depois das movimentações da entrada do novo partido no poder sentiu-se a necessidade de criar regras que regulamentem os investimentos no sector em questão de modo a ter um controlo sobre as diversas actividades que advinham. Como sublinha o informante 9, “em 1993/94 foi criado um conjunto de leis que permitem um desenvolvimento estrutural sustentável de turismo. Leis de ZDTI, o que facilita a concessão dos terrenos para o desenvolvimento de projectos turísticos. O tempo do investidor não é compatível nas negociações com proprietários dos terrenos, assim a ZDTI facilita as negociações e faz com que o turismo seja desenvolvido numa óptica organizada e planeada, tendo em conta todos os factores de sustentabilidade, quer ambiental, social, económico, cultural...”

Embora fossem criadas ZDTIs em Santiago, S. Vicente, Boa Vista e Maio, somente uma ilha desenvolveu a nível de turismo: Sal, maior destino turístico precisamente por causa das infraestruturas. – Aeroporto internacional, hotel com capacidade - Morabeza. Agora a Boa Vista tem sido um concorrente directo com a ilha do Sal, com características idênticas, e vai obedecer a um plano mais rigoroso, o que não aconteceu na ilha do Sal fazendo aparecer a actual situação que se vive na ilha (que não constitui objecto de análise neste estudo).

Desde a criação de ZDTIs até 2000 os terrenos foram mais para a construção de hotelarias. Nas ZDTIs de Santa Maria (Sal) foram construídas hotéis, mas a tendência até 2004 é voltar para o turismo residencial, onde se procuram grandes áreas para a construção de residenciais. De salientar que muitos grandes projectos foram aprovados, mas poucos arrancaram.

Embalado no desenvolvimento do turismo, caiu-se no sistema do “All Inclusive” tendo como exemplo que se um Turista ir para um país e este não lhe oferecer tudo que pretende, o turista acaba exigir do próprio Hotel. Nisto, agarrando nas palavras da informante 4, nos anos noventa, não se tinha espírito empreendedor que hoje já possui. No processo do empreendedorismo as coisas não têm que ser feitas grandiosas, mas sim

pouco a pouco. Tem que se apostar na qualidade e só depois no serviço, senão do que vale a Morabeza e os encantos naturais? Aí o Cabo-verdiano tem que prestar bem atenção, para tirar mais-valia do Turismo, planear o Turismo que se pode fazer e investir de modo a contribuir para o abastecimento das unidades hoteleiras, fazendo com que não se vá à procura de produtos que podem ser produzidos no país.

Para o informante 6, (Lux-Development), o Turismo em Cabo Verde resulta de uma opção do Turismo Sol&praia, onde se aproveita os recursos, primeiramente na ilha do Sal e ultimamente a ilha da Boa Vista e Maio com implementação de MegaResorts pertencentes aos organismos internacionais, que a partir dos anos 90 começaram a proliferar. Todavia, todos os entrevistados afirmam que a evolução do turismo em Cabo Verde foi uma evolução sem planeamento e que foi um desenvolvimento de oportunidades em função do aparecimento de investidores.

No quadro geral, vendo os pontos positivos levantados pelos entrevistados, todos relatam as infra-estruturas como hospital, aeroportos internacionais, vias de comunicação e outros. Desenvolveu-se os contactos com o exterior e eles vieram ver os objectivos que já foram cumpridos, fazer cooperações; houve aumento de receitas e de empregos, incremento dos postos de trabalho, formação, empregabilidade, receitas para o país, entre outros visíveis.

Para contrapor destacam-se os aspectos negativos que a maioria destaca os investimentos em Turismo de massa (embora uma entrevistada afirma que o turismo de massa é relativo, acrescentando que o momento que Cabo Verde vive deve apostar no turismo de massa); que não ajuda a população local, fazendo com que somente os investidores ganhem com o Turismo. A população ainda não tirou vantagens como devia.

A falta do empreendedorismo Cabo-verdiano, falta de abertura do público em relação ao privado e a falta de planeamento são também queixas. Lamenta-se a falta de técnicos da área, mas, pelo contrário, (informante 4), “Cabo Verde possui muitos recursos humanos formados na área, é questão de saber direccioná-los e tirar mais-valia de cada um”.

Levanta-se a questão de choque de culturas e turismo de massa, o turismo de “All Inclusive”, prostituição, droga, insegurança como pontos negativos.

Como pontos negativos ainda há algumas deficiências em relação ao turismo, mas gradualmente está-se a desenvolver. Desde a data houve melhoramento no

transporte, embora ainda com muitas dificuldades nos transportes marítimos inter ilhas. Cabo Verde ganhou um *Boom* no turismo que até que agora se está num ponto auge que se deve tentar manter e melhorar.

O turista muitas vezes traz um nível de vida elevado, enquanto a comunidade com nível muito baixo se transforma em choque e muitas pessoas tentam igualar o turista.

A situação de desenvolvimento de algumas ilhas mais do que outras constitui pontos negativos. Por exemplo ilha de Santiago tem um turismo muito seleccionado para eventos e negócios; Turismo com pouca preocupação ambiental, poluição do meio ambiente, “All inclusive” no Sal, enquanto outras ilhas se encontram praticamente subdesenvolvidas neste sector.

No referente à 2ª questão acerca do envolvimento da comunidade e dos benefícios em prol deste, praticamente todos os entrevistados afirmam que a comunidade beneficia indirectamente e na parte da componente macroeconómica; os inquiridos confirmam que o tipo de Turismo que se pratica em Cabo Verde não está voltado para a participação da comunidade local, não permitindo muita inserção.

Contudo este benefício é insuficiente e pouco significativo para as necessidades da população, embora tem gerado muitos empregos.

Afirmam ainda que os empreendimentos turísticos beneficiam mais aos estrangeiros e que não tem havido políticas ou estratégias no sentido de envolver as comunidades. Alguns empresários nacionais foram concedidos terrenos para construir, mas até agora não arrancaram, excepto a *paradise beach*, que agora pertence a estrangeiros, daí a pouca revertência para a comunidade

Aos investidores nacionais torna-se difícil investir devido ao acesso a créditos que é muito dificultado, o que constituía uma valia a fim da criação de pequenas e médias empresas ligadas ao turismo. É necessário começar a introduzir *inputs* para que se possa ganhar com o turismo em virtude da comunidade. Numa situação em que mais de 90% dos materiais usados nos empreendimentos provém do exterior, somente se ganha o mínimo que liga aos serviços prestados pelos nacionais e fornecimentos de energia e água. Deste modo acaba-se por ficar só com edificadros.

Perante este cenário, a comunidade fica de fora, também por não investir, de fora na prestação de serviços, se não se prever lugares onde a comunidade pode fazer exemplo restaurantes típicos, artesanatos, agência de viagens, *rent-a-car*. Se esses

produtos complementares são fornecidos por estrangeiros, a comunidade fica só por fazer camas, conduzir e recepção, afiançam alguns entrevistados.

É obrigatório pensar na inovação e na diferenciação do turismo no país, olhando os diversos produtos como complementos uns dos outros e não como concorrência. Há outro tipo de Turismo que Cabo Verde poderá vir a desenvolver: Cultural, Rural, de Montanha de modo que as populações locais se integram de melhor maneira.

Ainda acrescenta-se que tudo é um processo. O cabo-verdiano é um pouco desconfiado e que inicialmente pouco acreditava no turismo, assim os nacionais não quiseram envolver-se nem através de criação de pequenos negócios que podiam lucrar nem sequer a aproximação aos visitantes. Percebeu-se a importância e os benefícios do turismo. A ilha do Sal aderiu ao turismo e actualmente as restantes também. Está-se a investir.

Ficou claro que o desenvolvimento ganhou um contorno rápido e a população não estava preparada ainda para adaptar. Constitui um impacto muito violento e sem preparação cultural e técnica. Devia-se preparar a população para as inovações. A população devia participar nas decisões e envolver-se. Tomam-se decisões sem consultar a população e isso levanta sérias consequências.

Com a criação de ADEI pode contribuir para as pessoas desenvolverem seus projectos de empreendedorismo. Consequentemente um entrevistado levantou a seguinte questão: Mas desenvolver onde? Se os terrenos estão todos afectados a grandes investimentos no turismo!

A ADEI (Agência para Desenvolvimento Empresarial e Inovação) tem um grande papel de incentivar os cabo-verdianos a investirem e orientá-los a verem oportunidades, de modo a ter maior envolvimento e retirar benefícios directamente para a própria comunidade.

No que tange às estratégias adaptarem à realidade cabo-verdiana há divergências, embora, a maioria tenda para o negativo. Salientam que o turismo foi surgindo aos poucos e forçou o surgimento de estratégias sem pensar na adaptação da realidade. Todavia acrescenta-se que não existe o ideal, o óptimo não existe em nenhuma sociedade.

As estratégias tomadas têm algumas deficiências do ponto de vista estratégico, é necessário aprender muito, por exemplo no que refere a estratégias para o choque de cultura de modo a haver um casamento e não uma sobrevalorização.

As falhas das estratégias foram apontadas devido à ausência de política de turismo. Neste âmbito um dos entrevistados faz a comparação entre a ilha de Boa Vista e Sal afirmando que uma ilha não pode desenvolver-se para que a outra caia em desuso. Pelo que tudo indica neste momento o turismo está a voltar “costas” à ilha do Sal. Aumentou o desemprego, trazendo consigo fuga de pessoas em massa para a ilha de Boa Vista que apresenta necessidade de mão-de-obra.

Outra questão que levanta querela em relação às estratégias é a aposta no turismo de massa. Na visão de alguns entrevistados, às vezes é necessário, no início do turismo apostar nalguma massividade para dar a conhecer o destino, o que traz consequências nefastas, caso não sejam previstas e monitorizadas.

Algumas estratégias enquadram-se até certo ponto. Defende um outro grupo dos entrevistados, a minoria. Realçam que o problema é que se tomam decisões de que é necessário investir no sector, mas não se pergunta à comunidade local o que querem, o que precisam e de que modo pretendem integrar no processo.

Como exemplo há construções de grandes Resorts e ao lado temos a comunidade a viver em “Favelas”. É necessário fazer um acompanhamento pela parte do governo de todo o processo de desenvolvimento do turismo no país para que não surjam alguns impactos menos desejados.

Por outro lado, os que defendem ser boas as estratégias justificam pela criação de ZDTI's que permite desenvolvimento sustentado de turismo; facilita acesso em termos de capitais em tempos recordes.

A preocupação dos governos foi e é notável com estas questões, contudo é de salientar que com o desenrolar do tempo ganhou-se mais experiência com outros países e fez-se cada vez melhor, embora ainda seja insuficiente.

Referindo-se à sustentabilidade, os entrevistados deixaram bem claro uma enorme lacuna e desconhecimento do conceito pelos que estão ligados ao sector turístico. É novidade para o país. Está-se a começar a pensar no assunto. As pessoas não sabem o que é a Sustentabilidade, nem quais são os pilares da sustentabilidade.

A informante 4 ilustra que é preciso fazer conhecer o conceito e depois pôr em prática, visto que muitas vezes quando se fala da sustentabilidade do Turismo, comete-se o erro de só serem chamados os Economistas. Alerta para o não esquecimento da transversalidade do Turismo. Outros, que também não perceberam o real significado da palavra sustentabilidade, ligando somente aos impactos ambientais. Não se refere a

parte cultural e outras. Para afincar a resposta, um dos entrevistados afirma: “A sustentabilidade é utópica em Cabo Verde”.

Evidencia-se que é necessário trabalhar na formação, nos produtos que Cabo Verde oferece, na qualidade dos serviços, no artesanato, na gastronomia, entre outros para que o conceito sustentabilidade seja levado à prática tangendo as mais diversas vertentes da sustentabilidade.

Afirmam que é necessário planificar, respeitar a cultura, o ambiente e as populações de modo integrado para que se atinja a sustentabilidade do turismo nas ilhas. Com o PANA (Plano de Acção Nacional para o Ambiente), que contempla o turismo e pede a elaboração do código do turismo sustentável em que os aderentes terão que respeitar o ambiente, a cultura, pode-se chegar a um turismo sustentável. Dão como exemplo de uma má sustentabilidade o facto da apanha de areia descontrolada nas praias para a sobrevivência. Neste caso os entrevistados levantam questões de que é necessário dar alternativas e tentar conservar as praias.

No plano, que muitas vezes não são postos em prática, destaca-se a sustentabilidade ambiental. A preocupação de ZDTI ilustra que somente 20% é autorizado para construções em 400m. Nenhum projecto é aprovado sem ter um estudo prévio do impacto ambiental; Daí a preocupação com o lado ambiental da sustentabilidade.

No que toca à sustentabilidade económica explicita-se que internamente não há capacidade. Tanto para a população como para o investidor nacional.

Na vertente social da sustentabilidade é preciso algum cuidado. Tangendo à população residente, já verificam-se movimentações de turistas em que a densidade populacional destes é mais elevada do que a população. Se for levado em conta os turistas por habitantes ou por km², verifica-se que temos algumas ilhas com problemas. Pode descaracterizar cultural ou socialmente, embora pode, por outro lado, não ser tão relevante, porque Cabo Verde sempre lidou com estas questões, salienta a CI.

Para encerrar esta parte, utiliza-se as palavras de uma entrevistada que diz: “a sustentabilidade também é utilizar a mão-de-obra local”.

Um destino turístico para que se torne conhecido e se fidelize como tal é necessária estratégia de marketing e de promoção. Na pergunta que tange estes dois pontos praticamente todos os entrevistados partilham da mesma opinião dizendo que são insuficientes e ineficazes. Há mais preocupações nos operadores em vender produtos próprios. É necessário e urgente promover o país apostando mais em feiras

como a BTL, FITUR, feira de Milão, Alemanha, Paris, Holanda... É preciso mais envolvimento e melhores apostas em feiras.

Todos concordam que falta ainda muito para a eficiência. Que é preciso um plano estratégico de promoção e marketing para poder conhecer que produtos a vender e para que mercado de modo a afirmar-se como um país competitivo. Deve-se apostar na qualidade poder competir uma vez que a promoção não se confina em ir somente às Feiras.

Mais acrescentam que até este momento, quem tem feito a promoção de Cabo Verde, mal ou bem tem sido a TACV, mas que eles publicitam os seus serviços - as viagens; por sua vez a CI (Cabo Verde Investimentos) refere-se mais aos investimentos. É categórico criar uma célula que pense e promova Cabo Verde como um destino Turístico.

Um país de emigrantes, a promoção tem sido feito principalmente pela diáspora, pelos emigrantes, mesmo sem intenção de o fazer. O governo em si, em relação às estratégias de marketing, tem feito muito pouco.

Findo esta parte salienta-se que houve alguma eficácia uma vez que do nada Cabo Verde passou a ser um destino muito procurado.

Uma questão que todos os entrevistados concordam é a obrigatoriedade de uma relação entre o público e os privados para um turismo de qualidade e em benefício para os cabo-verdianos. Não só em turismo, como também em outras áreas é necessário tal acasalamento. Justifica-se por Cabo Verde, não dispor de muitas riquezas é necessário a união das forças individuais para que se torne um só e mais forte incorporando com o estrangeiro.

Os entrevistados suscitaram que o sector público deve apoiar o privado, sobretudo no desbloqueamento dos processos, no dinamismo, fazer com que o sector privado não desempenhe papel selvagem nas explorações dos recursos turísticos. É necessária cooperação. O Estado deve criar ambiente de segurança e de qualidade, garantia e protecção; eliminar as burocracias que se verificam neste momento, quer se trate de nacionais ou estrangeiros.

Numa perspectiva de um turismo participativo fundamenta-se que é preciso trabalhar em conjunto e envolver a população local fazendo com que este beneficie dos dividendos do turismo.

Pondo ponto final nesta questão, deu-se exemplo de uma prática em que poderia criar uma pequena taxa já na obtenção do visto que reverte directamente para a comunidade, em prol de infra-estruturas básicas (escolas, hospitais) ...

Um ponto que ganhou ênfase nos últimos anos em Cabo Verde devido a algumas vagas de crime que surgiram e assaltos, não podia deixar de ser salientado neste grupo de perguntas.

Todos os entrevistados mostram a importância que este factor tem para o turismo num país. Do mesmo modo todos ressaltam os contornos negativos que fizeram à vida turística.

Opinam que se tem trabalhado para resolver alguns problemas que veio com o desenvolvimento e a globalização. A questão da insegurança foi novidade para o país o surgimento de alguns focos. Em Cabo Verde há uma estabilidade política, falta de conflitos sociais, guerra civil, o que mostra um bom nível de segurança, assim qualquer problema que surja tem um forte impacto.

Verifica-se a preocupação das autoridades. É prova disso, um conselho nacional do turismo que se reúne de três em três meses, em Abril de 2009 fez-se uma reunião em que o tema era o Turismo e a Segurança, onde participaram a Polícia Nacional (PN), Polícia Judiciária (PJ) para apresentarem o plano estratégico. Há aumento de efectivos na rua, formação, educação cívica em prol dos benefícios para o sector do turismo.

Outros afirmam que enquanto houver pobreza, desemprego, droga, estes factores a segurança estão ameaçados, por isso é preciso ver o turismo como fonte de emprego em virtude da comunidade de modo que estes não procurem beneficiar através de crimes, embora os actos nefastos não justifiquem.

É preciso pegar dos pequenos focos e resolver antes que alastre. Concorda-se que tem-se muitas fragilidades em relação à segurança do turista e mesmo da população, mas os entrevistados deixam claro que não é por causa do turismo. Os principais focos de criminalidade não estão virados para o turismo.

Acredita-se que a criminalidade já afectou mais o turismo dando o exemplo de um hotel que uma entrevistada geriu em que aconteciam em média 3 a 4 assaltos por semana e ataques a turistas estrangeiros. Os turistas saem de Cabo Verde com um diploma negativo no que toca à segurança. É uma imagem desagradável para um profissional da área.

Ligadas à (in) segurança estão a prostituição, a droga, o roubo e os crimes são temas que precisam, neste tipo de serviços serem vistas com muito cuidado. A questão

cultural que tem a ver com os artesanatos da Costa africana, a maneira como são abordados os turistas, os preços que praticam, os serviços piratas que tentam vender. Há pessoas que entram nos hotéis e não saem, portanto não querem ser incomodadas.

Para se perceber o impacto do factor insegurança no país torna-se necessário que a INE ou outras entidades façam estudos sobre a satisfação dos clientes. Este inquérito será importante para saber se as pessoas voltam ou não e se recomendam este destino.

Para ver a importância que a insegurança traz para um destino turístico, uma entrevistada exemplifica um caso marcante de homicídio que obrigou a paragem de entrada de italianos em Cabo Verde. Mais acrescenta que em Boa Vista, acontecem semanalmente episódios de violências e assaltos a turistas. Torna-se necessário recomendar sempre aos turistas onde não se deve ir. Contudo, ainda está a tempo de controlar.

Concluem que o governo tem feito alguma coisa, tem-se preocupado, mas é preciso novas estratégias para dar respostas a novos problemas de (in) segurança.

A pergunta referente à entrada de Cabo Verde no grupo de PDM, a Parceria Especial com a UE, a entrada para a OMC e a Cidade Velha como Património da Humanidade, os entrevistados vêem como benefícios, oportunidades a serem aproveitados. Para melhor analisar os pontos detalha-se as opiniões dos entrevistados.

É necessário que Cabo Verde tire mais partido desses privilégios. Aproveitar e promover com qualidades e dar a conhecer o país. É preciso definir o produto e lançar ao mercado internacional através desses “privilégios”.

Sem dúvida que contribuem para levar mais longe o nome de Cabo Verde, transporta imagens, mas também constituem desafios para o país. É necessário estarem preparados para entrar em concorrência directa com o estrangeiro e empresários de “fora”. É necessário apostar na formação. Os quatro factores constituem desafios e oportunidades.

Todos estes factores dão alguma confiança a outros países no investimento no arquipélago, vêem os destaques que Cabo Verde possui no contexto africano. São vantagens para o país, em que este tem que saber segurar e bem para justificar a imagem que já criou no estrangeiro.

A OMC – permite que haja clareza e harmonização no comércio, no que toca à transacção de bens. Na redução de taxas alfandegárias, conseqüentemente a baixa de preços e isso repercute na descida do preço do turismo. A OMC tem algumas leis que se

devem cumprir, Cabo Verde tem que aderir, todavia, para alguns, a entrada na OMC para o turismo é pouco significativo, podendo tocar ao prestígio do país, as regras que a globalização vai impondo, mas não deixam de referir que indirectamente atinge o turismo.

A parceria especial com a UE ainda não está definido concretamente quais são os sectores que esta parceria há-de abranger. À primeira vista sublinha-se importante a circulação e a mobilidade de pessoas, a não necessidade de obtenção de vistos faz com que se possa circular com mais facilidade.

Assim, os Cabo-verdianos podem ser chamados em áreas de cozinha, de mesa, e poderem ter vistos da UE em períodos de curto tempo, o que faz com que se ganhem nomes, experiência etc., seria uma vantagem directa, especificam alguns dos entrevistados.

Por sua vez, a entrada no grupo dos PDM, para o turismo deve ter um papel importante na imagem do país. O país deve ter condições de um país de desenvolvimento médio, no que toca a infra-estruturas, formação de pessoas, não só por causa do PIB, porque pode haver crescimento económico, este pode não acompanhar o desenvolvimento económico.

Em termos sociais já se atingiu alguns indicadores que atingem os objectivos do Millenium. Saúde, educação, indicadores de conforto...o problema de Cabo Verde é mais estrutural. Houve aumentos de habitações, mas a qualidade deixa muito a desejar. Houve um aumento do índice do conforto, mas ainda está aquém do que se quer e como um PDM.

Nomeadamente, o caso de Cidade Velha, como Património da Humanidade vai trazer um turismo diferente (cultural). Há turistas que andam atrás das rotas do património mundial, daí uma mais-valia para o país, desde que este aspecto seja bem tratado.

Ainda no que toca ao turismo é um dos maiores ganhos dos últimos tempos. Cidade Velha é único e maior património edificado que Cabo Verde possui. Ancorado ao património está ligado uma história (povoamento de Cabo Verde, sociedade escravocrata e o papel do desenvolvimento de Cabo Verde na rota dos escravos), entre outros que podem ser levados em considerações na construção de um produto turístico. Contudo há ainda muito para se fazer e ver esta Cidade Velha como alternativa aos outros tipos de turismo.

Há que preservar o edifício e conservar, é necessário colmatar as deficiências existentes nesta zona, é necessário formar pessoas que possam explicar turistas a história de um lugar considerado Património da Humanidade. É necessário que Cidade Velha tenha um plano estratégico de modo a fidelizar os visitantes e fazer com que se recomendem a outros. É preciso resgatar a história da Cidade Velha e pô-la em situação que possa ser “vendida” aos visitantes.

De um modo geral, estes quatro pontos são aspectos importantes sobretudo agora na Era da globalização em que não há fronteiras entre países, estes aspectos devem ser bem aproveitados como oportunidades que podem tornar ameaças caso não sejam trabalhadas com idoneidade.

Todos estes factores, estes conjuntos de mais valias alertam para pensar e levantar algumas questões na perspectiva dos inquiridos: Que tipo de Turismo para Cabo Verde? O que fazer para manter ou aumentar os índices referentes a estes quatro factores, ou fica-se à espera de milagres?

Neste ponto qualquer um dos inquiridos converge as ideias na esperança que a EHTCV venha a colmatar as lacunas existentes no âmbito da formação dos trabalhadores da área do turismo. Alguns chegam até a afirmar que esta escola já devia existir desde os anos 90.

É preciso uma formação contínua, urgente reciclagem e apostar nas línguas. Alguns vão mais longe afirmando necessidade de abranger a formação a todos que directa ou indirectamente envolvam com o Turista. Formação a todos os níveis (Administração pública, empresários, taxistas, polícias, pessoas vendedores de artesanatos)...

Para um serviço de qualidade tem que ter uma mão-de-obra qualificada. Tem que haver envolvimento dos técnicos da área, e dos empreendedores. Às vezes o proprietário dificulta a possibilidade do técnico formar, nomeadamente dispensar algumas horas. Quando acontecem esses casos devia-se solicitar a intervenção do Governo.

A formação profissional é a solução para a área do Turismo num país jovem e possui um recurso humano incrível. Há uma taxa considerável do desemprego e deve-se apostar em jovens, para capacitá-los para o mercado. Em relação à situação actual não existem formações e integração. Algumas formações são feitas de forma muito embrionária pelas empresas.

O turista é cada vez mais exigente. Os profissionais têm que saber fazer. É necessário obrigar os hotéis a darem formação aos profissionais, embora na sua maioria as pessoas vão formando no exterior, visto que em Cabo Verde ainda é muito deficitária neste âmbito.

Verificam-se grandes défices em relação à formação profissional e no turismo principalmente. O Turismo devia estar com maior número de pessoas formadas e não os hotéis a formarem a sua mão-de-obra, segundo a alerta dum informante. É necessário passar para uma fase de sensibilização de formação geral, onde se pode começar nas embaixadas onde se requer vistos, no atendimento no aeroporto, nos transportes, na chegada, nos *transfers*...

Pondo ponto final nesta questão de formação profissional, usa-se as palavras de um dos inquiridos: “Deve-se enamorar os turistas profissionalmente de modo a fidelizá-los. O turista deve ter sempre um tratamento de luxo e ainda não chegamos a este ponto”.

Na hospitalidade, praticamente todos afirmam ser o “prato forte” de Cabo Verde, embora está-se a perder a tal “Morabeza”. Detalhando sobre as respostas, é obrigatório ser acolhedor, simpático, satisfazer as necessidades dos visitantes. É necessário vender esta hospitalidade e “Morabeza” no dia-a-dia dos turistas e em qualquer serviço que se preste.

Mais acrescenta uma entrevistada que Cabo Verde é um dos países onde se tem mais abertura em relação aos turistas. Mas quando um turista vem com ideia de superioridade, o cabo-verdiano “fecha a porta”.

Vai mais além outra entrevistada, tocando na parte negativa da hospitalidade dizendo que o cabo-verdiano tem um certo complexo em servir. Ele é simpático, acolhedor gosta de receber turistas, mas não gosta de sentir na pele “o servir”. Custa dar um sorriso ao turista enquanto serve, mas já se for na rua fala com toda a simpatia, brinca... Explica, justificando que a razão de ser, tem a ver com certa incapacidade e com as nossas raízes: escravatura, serviços prestados aos outros...

A Esperança está na EHTCV onde pode-se ganhar maior profissionalismo e servir com honra agarrando-se à profissão.

Para terminar afirma uma entrevistada que a Morabeza morreu ou pelo menos já não é o que era Morabeza. É saber receber, com simpatia e profissionalismo.

Nas últimas perguntas referentes a sugestões e outros assuntos que o entrevistado quisesse relatar, fez-se análise das respostas conjuntamente.

Primeiro dão primazia à necessidade de apostar na formação e qualidade de serviços de atendimento, transportes, infraestruturas, comunicação, energia, água, saneamento e preservação do meio ambiente para que se garanta um turismo de qualidade e competitivo.

Numa instância seguinte destacou-se a familiarização de todos os Caboverdianos no processo do turismo, integrando toda a comunidade desde o mais simples gesto na rua, dar indicações e informações. Ver os critérios para um bom turismo como tarefa de cada cidadão, critérios que vão desde saneamento, prestar apoios aos turistas, isto é, apostar na educação cívica para o turismo.

A generalidade dos entrevistados sugere vivamente o planeamento e o ordenamento do território, que constituem peças fundamentais; num segundo plano deve-se apostar na criação do produto turístico sobre a Cidade Velha, sobre o montanhismo e outras possibilidades que o país oferece.

Conforme os respondentes, tudo isso tem que ser feito consultando os empresários, os técnicos de turismo, as entidades públicas e muito importante a população; fazer fóruns, organizar seminários, onde esses técnicos da área possam pensar, apresentar soluções e perguntar à população o que pretende.

É conveniente convencer da importância do turismo de negócios na cidade da Praia e começar a dar respostas à procura que se tem verificado. Investir em salas de conferências em número suficientes, espaços para festas e para outras actividades culturais. Deve-se explorar este produto que está a aparecer que de certeza se colherá frutos.

Ligado às experiências dos outros países os entrevistados alertam que Cabo Verde tem que ver os bons exemplos e os maus para não cometer os mesmos erros que outros destinos. É necessário planear e criar um plano estratégico e consciente da seriedade dos casos de Sal, afirmam que é urgente pensar o Sal e a Boa Vista que se está emergindo a fim de monitorizar os problemas previsíveis.

No caso desta última ilha, afirma uma proprietária que não se encontra satisfeita com o que está a acontecer e que devia-se pensar em parques naturais e escolher lugares particulares para as grandes construções e zonas verdes. Falando do exemplo do hotel “Spinguera”, acrescenta a proprietária que os governantes entre outras entidades, dizem

que “Spinguera” deve ser o modelo de turismo a ser implantado em todo país, mas só fica na conversa.

Dando a conhecer a política do “Spinguera”, inicialmente foi a reconstrução de uma aldeia abandonada pelos pescadores da zona de Espinguera, onde apostou-se no envolvimento da população da zona de Bofareira. Os funcionários do empreendimento são todos filhos dos ex-habitantes da localidade. Conclui a proprietária que a política é mostrar o que pode ser feito sem grandes investimentos e fazer com que a população local se sinta em sintonia com o empreendimento e tire benefícios a partir do emprego.

Por outro lado afirmam que deve-se aproveitar das novas tecnologias e promover o país. Houve mudanças e o terreno é mais fértil e com as TIC’s é mais fácil chegar às pessoas, deste modo fazer divulgação.

Concluindo, Cabo Verde deve apostar num turismo mais de qualidade, de natureza, maior apoio à comunidade e integrá-lo no processo do desenvolvimento turístico em geral, começando nas tomadas de decisões.

Pensar no Planeamento, caso contrário, afirmam, pode-se esquecer o turismo no país da “Morabeza”.

CAPITULO IV

1. CARACTERIZAÇÃO DE CABO VERDE E SUA SITUAÇÃO ECONÓMICA

1.1 Enquadramento Histórico e Geográfico

O Arquipélago de Cabo Verde estava deserto aquando de sua descoberta em 1460. É comumente aceite que foi o navegador genovês, ao serviço da Coroa Portuguesa, António di Noli e o português Diogo Gomes a encontrarem em 1460 as cinco primeiras ilhas do Arquipélago. Em 1462 o navegador Diogo Afonso viria a descobrir as restantes ilhas e nesse ano iniciou-se o povoamento do Arquipélago, com europeus e nativos da Costa Africana. A primeira ilha a ser povoada foi a de Santiago, com a povoação a ser mais tarde elevada ao estatuto de Vila da Ribeira Grande Cidade Velha (Torres e Pires, 1997: 17).

Os poucos recursos naturais e as condições climáticas pouco favoráveis dificultaram, inicialmente, o povoamento das ilhas. Apesar disso registou-se o enriquecimento das pessoas que se empenharam em actividades agrícolas nas ilhas, o que é demonstrado com o cultivo, na ilha do Fogo, do algodão que foi durante muitos anos a moeda de resgate de escravos na costa da Guiné e também com a pecuária, sendo o couro uma das mercadorias que fazia parte da lista de produtos exportados para Portugal.¹⁷

A população aumenta a partir do momento em que Cabo Verde, por possuir uma situação geográfica privilegiada entre a Europa, África e América, passa a servir de entreposto importante no Tráfico Negreiro, negócio cada vez mais rentável devido ao alargamento das rotas comerciais. A partir desse momento e até meados do séc. XVI a Vila da Ribeira Grande ganha um grande prestígio.¹⁸

O declínio da economia das ilhas começa a partir do momento em que a Coroa permite que os escravos sejam resgatados directamente da costa da Guiné sem que haja necessidade de paragem no Arquipélago. Sem o lucrativo comércio de escravos, e com as ilhas debilitadas por sucessivos ataques de piratas e a serem fustigadas por secas prolongadas, o cabo-verdiano começa a procurar outros meios que permitissem a sua sobrevivência.

Esta busca por uma vida melhor faz com que a emigração se tenha tornado no principal recurso para a população. Hoje em dia a população emigrada (estima-se mais

¹⁷ Idem.

¹⁸ Ibidem, pp.19

de 600 mil) é muito superior à residente, mas mantém uma relação estreita com Cabo Verde, não só nos aspectos culturais, mas também pelas remessas de dinheiro que constituem uma importante fonte de divisas para o país.¹⁹

A nação cabo-verdiana formou-se, assim, pela mistura de raças e de culturas advindo dessas diferenças uma nação nova de tradições e cultura próprias. Essa mistura entre europeus e africanos é patente também na língua, o "Crioulo", que apesar de diferir na pronúncia de ilha para ilha, é a língua falada em todas elas e por todos independentemente da classe social.²⁰

A afirmação da nação cabo-verdiana tem seu ponto alto no momento da Independência Nacional, a 5 de Julho de 1975, após uma longa luta de libertação nacional. A 13 de Janeiro de 1991 é instalado o regime multipartidário, e o país rege-se, desde então, por uma democracia parlamentar com eleições livres e com todas as instituições de uma democracia moderna. O país destaca-se também pela estabilidade e ausência de qualquer tipo de conflito.²¹

1.2 Localização, extensão e dimensão

O Arquipélago de Cabo Verde situa-se no Oceano Atlântico, entre três continentes (África, América e Europa), a cerca de 450 km da costa ocidental africana, ao largo de Senegal e com uma área total de 4.033 km², composto por 10 ilhas e 8 ilhéus de origem vulcânica, distribuídas em dois grupos, Barlavento (a norte, 2230km²), com Boavista, Sal, São Nicolau, Santa Luzia (desabitada) e São Vicente, enquanto Sotavento (a sul, 1803.37 km²), composta pelas ilhas de Brava, Fogo, Santiago e Maio.

Está situada na zona tropical do Atlântico, entre a latitude de 14° e 23` e 17° e 12`N e as longitudes de 22° e 40` e 25° e 22° com uma área total de terras emersas de 4033,37 km². Das ilhas, Santiago com 991km², é a maior de todas as ilhas e a ilha de Santa Luzia, com 35km² é a menor. O espaço marítimo exclusivo ultrapassa os 600.000Km².

A sua origem é vulcânica e a falta de vegetação contribuiu para uma grande erosão do solo, o que origina o aspecto actual do país. O Arquipélago é montanhoso, com um relevo muito acidentado com excepção feita às ilhas do Sal, Maio e Boavista que são planas e com extensão de areais. A hidrografia não tem expressão.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Ibidem, pp. 22.

Às diferenças de relevo, junta-se o contraste decorrente dos ventos Alísios que chegam do continente e que dividem o país em dois grupos, Barlavento que é constituído pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista e o segundo grupo, de Sotavento, mais a Sul, composto pelas ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava. Cabo Verde tem altitudes que ultrapassam os mil metros e o cume do vulcão da ilha do Fogo atinge os 2.829 metros.

1.3 O clima

O clima do arquipélago é tropical seco, com temperaturas a rondar os 25° e as amplitudes térmicas a não ultrapassarem os 10° devido à influência do oceano.

As estações do ano dividem-se em duas, a das chuvas de Agosto a Outubro, e estação seca, ou dos ventos que vai de Dezembro a Junho. Novembro e Julho são considerados os meses de transição. A pluviosidade é incerta em todo o País, com variações de local para local. A falta de chuva e os ventos secos e quentes provocam a falta de vegetação no país. Cabo Verde desfruta de condições climáticas melhores que as dos países vizinhos devido à influência dos ventos do noroeste que predominam até o mês de Julho.²²

1.4 A flora e fauna

Os campos de cultivo determinaram a eliminação da maior parte da vegetação natural, já de si rara. Uma das árvores que fazia parte da vegetação natural da época da descoberta das ilhas e que ainda persiste é o Dragoeiro (*Dracaena draco lin*), da família das liláceas, com maior concentração em S. Nicolau e Brava, e que se tornou um dos símbolos nacionais. Tem havido esforço para a protecção das espécies endémicas e há um programa nacional de arborização, que por ter tido maior incidência na ilha do Maio, fez com que esta ilha possua, actualmente, o maior perímetro florestal do país.

A fauna selvagem não é abundante e é caracterizada principalmente por aves do tipo migratórias e endémicas, sendo cerca de 75 as espécies existentes.

Apesar de pouco expressiva, há ainda uma pequena comunidade de símios no interior da ilha de Santiago.

²² www.guiade caboverde.cv

1.5 A população

Segundo INE (Instituto Nacional de Estatística), a população residente em Cabo Verde em 2005 é de 475.947 habitantes. É uma população jovem e a média etária geral dos habitantes é de 17,3 anos. A densidade populacional é de 109 habitantes por quilómetros quadrados e cada 100 Cabo- verdianos, 53% vivem no meio urbano.²³

1.6 Gastronomia

A mistura de várias culturas faz com que a gastronomia Cabo-Verdiana seja original e muito apreciada. O milho foi desde sempre a base da maior parte dos pratos nacionais. Entre os mais variados pratos confeccionados, destaca-se a "cachupa", considerada o prato nacional, o xérem, cuscuz, pastéis de milho, entre muitos outros.

No que se diz respeito a peixes, existe uma enorme variedade sendo o atum fresco um dos mais consumidos, de caldeirada ou a cebolada em pratos mais condimentados ou simplesmente grelhados com saladas. A lagosta, o polvo, percebes, lapa, búzio fazem as delícias dos apreciadores de mariscos.

Os doces tradicionais como o de papaia, coco, batata-doce e leite, assim como os bolos que têm um espaço importante, o queijo branco de cabras, merecem destaque. Existe uma grande variedade de chás de plantas aromáticas muitas vezes são utilizados para fins medicinais.

Os pratos típicos estão muito bem representados nas festas regionais. Além da comida tradicional, a cozinha tradicional, a cozinha internacional também faz parte do menu dos restaurantes do país.

O já conhecido grogue, aguardente nacional à base de cana- de- açúcar, os variados tipos de "pontches", licores e os sumos de calabaceira e tambarindo, ajudam a melhorar o menu cabo-verdiano.²⁴

A gastronomia constitui uma das atracções do país. A presença de cabo-verdianos por todos os quatros cantos do mundo dá a conhecer a dieta do país através de produtos alimentícios e bebidas, uma vez que há sempre tentativa de viajar com os ingredientes que confeccionam os pratos das ilhas.

Através de feiras gastronómicas que se realizam no estrangeiro o país é promovido como destino turístico. Em muitos países onde a presença de estudantes

²³ Idem.

²⁴ Idem.

cabo-verdianos é notório, realizam-se festas e sempre com refeições mostrando os pratos típicos das nove ilhas habitadas.

1.7 Artesanato

O fabrico de objectos que tem utilidade no dia-a-dia fez com que o artesanato Cabo-verdiano reflectisse sempre as dificuldades resultantes da seca e dos poucos recursos naturais existentes. A cestaria em caniço sempre teve um espaço grande no artesanato local, o sisal é também muito utilizado como decoração e a casca de coco transformou-se, pelas mãos dos artesãos, em vários tipos de produtos.

Bijutarias com conchas, bonecas de trapo e batiks tingidos de forma tradicional, também fazem parte do artesanato das ilhas. O barro vermelho merece destaque, principalmente pelas figuras que retratam o povo cabo-verdiano e o seu quotidiano. Finalmente, a tecelagem de algodão e a tapeçaria têm merecido destaque principalmente na ilha de S. Vicente.

A pintura é, sem dúvida, muito apreciada, normalmente, com cores fortes e retratam com força as alegrias e vicissitudes da população.

O artesanato por sua vez constitui um dos meios da promoção uma vez que praticamente todos os turistas e visitantes querem levar uma recordação do país, um objecto que traduzisse o quotidiano do povo, onde se materializam a cultura.

Como afirma Ramos 2005:43, “o artesanato enriquece a oferta turística, mediatiza o contacto de culturas, cria postos de trabalho, gera riqueza e alimenta a dinâmica da mudança. Colocando em saudável confronto o passado e o presente”.²⁵

Todavia é de referir que muitos objectos que são comercializados como produtos de Cabo Verde são meramente para fins lucrativos e enganadores. Como exemplo disso são os emigrantes do interior do continente africano que reproduzem objectos dos seus países e vendem como se fossem representações das ilhas. Reproduzem objectos que representam animais selvagens como elefantes rinocerontes entre outros, ao passo que Cabo Verde não possui nenhum desses animais.

1.8 Músicas e danças tradicionais

Cesária Évora, a famosa "rainha dos pés descalços" levou a música de Cabo Verde ao mundo, sendo por isso chamada por muitos de embaixatriz da música cabo-

²⁵ *in* Sociologia em Diálogo 2

verdiana. Existem muitos artistas, cantores e músicos de várias gerações que têm lugar de destaque no mundo da música cabo-verdiana. Além de cantarem o ritmo mais tradicional e já conhecido, há bastante tempo, vão introduzindo novos sons e fazendo com que a música seja cada vez mais dinâmica.

A mistura de raças reflecte-se na conjugação de sons e instrumentos Europeus e Africanos e faz com que seja a própria expressão do povo Cabo-verdiano. O som nativo de África mistura-se aos instrumentos europeus e posteriormente aos instrumentos marcadamente latinos para assim formar a música "crioula".

Um passaporte do povo das ilhas é nitidamente a música. Hoje em dia, a música cabo-verdiana é conhecida em todos os continentes através do ritmo quente do Funaná, da melodia suave da morna, da coladeira, das danças sensuais do batuque...entre outros sons que fazem parte do elenco musical do arquipélago.

2. INFRA-ESTRUTURAS E SITUAÇÃO ECONÓMICA DE CABO VERDE

O turismo faz alterar o panorama do país, contribuindo para a melhoria da economia, embora, nunca se deve levar em conta somente os benefícios económicos. Contudo, neste ponto, através dos dados fornecidos pelo Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade passa-se a explanar sobre a situação económica do país.

A instituição começa por salientar que a estabilidade económica conquistada com a implementação de políticas macro-económicas prudentes e reformas estruturais; o desempenho da economia de Cabo Verde nos últimos anos tem sido bastante satisfatório. Os principais indicadores constituem o espelho desta satisfação, daí baseando nos dados de alguns indicadores desenha-se o seguinte cenário:

Nos últimos sete anos, a economia tem crescido em média, acima de 6% ao ano, melhorando o nível de renda *per capita* da população, que passou de US\$1.234,32, em 2000, para US\$2.424,54, em 2006, ou seja, um crescimento de 96,4%.

Um dos aspectos positivos deste crescimento, é que durante este período, a inflação manteve-se sob controle, o que tem estimulado o ambiente de negócios e aumentado o nível de investimento.

Embora o tema para a dissertação refere ao período de 1990 à actualidade, nesta caracterização radica-se na sua maioria no novo milénio, pois este ponto não constitui o objectivo fundamental do trabalho, mas para melhor esclarecer o cenário do turismo no

país é obrigatório conhecer o mínimo da sua economia. Posto isso, o quadro seguinte traz informações de indicadores económicos importantes, mostrando o desenvolvimento a partir de 2000 a 2006.

Quadro 3: Indicadores Económicos Importantes

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
PIB (Var. %)	7,27	6,14	5,28	4,68	4,38	5,65	10,80
PIB (US\$ Bilhões)	0.539	0.563	0.621	0.814	0.925	0.999	1.176
População	437.000	442.000	450.000	459.000	467.000	476.000	485.000
PIB per capita (US\$)	1.234,32	1.272,51	1.378,45	1.774,32	1.978,99	2.098,90	2.424,54
Déficit na Conta Corrente (% do PIB)	-10.861	-10.616	-11.140	-11.149	-14.322	-3.405	-5.093

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

Estes resultados tiveram efeitos positivos sobre os indicadores sociais do país, tendo levado Cabo Verde à terceira posição no continente africano, no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, M.E.C.C., 2009).

A atracção de investimentos estrangeiros, têm aumentado favorecendo o ambiente de negócios. Segundo o M.E.C.C., 2009, a *Freedom House* classificou Cabo Verde na primeira e segunda posição em África, no que refere à Liberdade da População e dos Direitos Políticos, respectivamente, através de uma avaliação feita sobre a liberdade dos países segundo o desenvolvimento, em sete subcategorias.

A estrutura da economia nacional, segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o sector de serviços, actualmente representa mais de 60% do total da economia, com destaque para as actividades ligadas ao turismo representam aproximadamente 20% do total do valor agregado.

O sector de serviços tem apresentado, actualmente, maior viço e dinamismo nas economias de diversos países, como é o caso de Cabo Verde. Nesse contexto, o turismo vem ganhando importância crescente em todo o mundo, em virtude de seu relevante papel no desenvolvimento tanto económico (gerador de renda e empregos directos e indirectos), como social (M.E.C.C 2009).

Se utilizar a receita da conta viagens do balanço de pagamentos como variável *próxi* que quantifica o desempenho do turismo receptivo de Cabo Verde, pode-se

concluir que em 2006, a participação do turismo no Produto Interno Bruto foi de aproximadamente 18%.²⁶

Conforme a mesma fonte nas estatísticas do BCV (Banco de Cabo Verde) o sector do Turismo, que atrai 90% dos investimentos externos realizados no País, gerou receitas de 26,8 milhões de contos cabo-verdianos em 2007, 23% do PIB de Cabo Verde, representando 54% no conjunto dos Serviços.

Quadro 4: Evolução da Participação das Receitas do Turismo Receptivo no PIB

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receita Turística Internacional (US\$) (A)	41.000.000	54.000.000	65.000.000	85.000.000	99.000.000	122.000.000	215.000.000
PIB (US\$) (B)	539.000.000	563.000.000	621.000.000	814.000.000	925.000.000	999.000.000	1.176.000.000
A/B	7,6%	9,6%	10,5%	10,4%	10,7%	12,2%	18,3%

Fonte: FMI e OMT, adaptado do MECC 2009

Os dados do quadro 2 mostram um crescimento significativo da participação das receitas turísticas no PIB, derivado principalmente do desempenho excepcional do turismo receptivo internacional de 2000 a 2006.

2.1 Acessibilidades e Circulações no país

Os transportes aéreos e marítimos inter-ilhas apresentam fragilidades no panorama das estruturas de apoio ao movimento de turistas, nomeadamente, nas épocas altas (Páscoa, meses de Julho/Agosto/Setembro, Natal e Fim do Ano, em oposição aos meses de Maio/Junho/Novembro) o que tem constituído obstáculos severos à boa circulação de turistas e visitantes, acabando, muitas vezes por limitar os turistas a visitar somente algumas ilhas. No ano 2008 verificou-se o afundamento de dois barcos, que seguravam a circulação inter-ilhas, o que agravou mais ainda a circulação.

Várias são ainda as carências ao nível do transporte interno, especialmente pela falta de alternativas aos aviões. Para eliminar os constrangimentos nesse domínio, surgiram projectos nas áreas de transporte aéreo com a entrada em operação de uma

²⁶ Idem.

nova companhia aérea e nos transportes marítimos aguarda-se a chegada para finais de 2009 de novas unidades rápidas *Ferry's*.

A Companhia Área de bandeira nacional, os TACV-Cabo Verde Airlines assegura as ligações internacionais de longo curso com dois aviões Boing 757 e a nível nacional e regional opera com 3 modernos aviões ATR-72/500 de 68 lugares. Voa para todas as ilhas, com excepção das Ilhas de Santo Antão e Brava. Completam o quadro mais duas empresas privadas, a Cabo Verde Express e a *Halcyon Air*.

A provável privatização da transportadora aérea nacional e a abertura do novo Aeroporto Internacional em São Vicente (2º trimestre de 2009 e já em teste) são perspectivas que podem trazer maior racionalidade e eficiência no transporte de passageiros, na visão do MECC. E para o transporte marítimo, o Programa do Governo aposta na modernização e expansão do sector marítimo e portuário, já em curso.

Os investimentos nas infra-estruturas ligadas directas e indirectamente ao Turismo constituem preocupações actuais do governo. Assim temos a modernização do Porto Grande de São Vicente e a sua transformação num *hub* de transporte marítimo; a modernização e expansão do Porto da Praia, expansão do porto em Porto Novo, entre outros.²⁷

O transporte rodoviário também vigora como potenciais preocupações do governo. Neste ponto o Governo definiu como objectivos: “a conservação do património rodoviário existente, através de obras de reabilitação e da implementação da gestão e manutenção de estradas; modernização e expansão da rede de estradas do país; e o melhoramento do sistema de planeamento e gestão da relação entre o Instituto de Estradas e do Fundo de Manutenção Rodoviária”.²⁸

2.2 Infra-estrutura geral

Quanto às infra-estruturas locais que servem de suporte à actividade turística, o panorama é diferenciado de acordo com o sector. O programa do governo define as directrizes voltadas para a melhoria na infra-estrutura do país, com o objectivo de aumentar a competitividade da economia nacional e, conseqüentemente, gerar maior crescimento económico, com geração de emprego e redução da pobreza. Assim no que toca às infra-estruturas gerais, tendo em conta o panorama actual, destaca-se:

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

2.3 Saúde Pública

Neste sector o país dispõe de Hospitais nas ilhas de Santiago, S. Vicente, Santo Antão e Fogo. A ilha do Sal, de maior vocação turística, está equipada com um Centro de Saúde, o mesmo tipo de unidade hospitalar a funcionar na Boa Vista, Maio e Brava.

Segundo as directrizes definidas no Programa do Governo – 2006-2011, a modernização e a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde é uma das prioridades da política do governo. A saúde constitui um factor primordial para que haja movimentações e circulações de turistas. No caso de Cabo Verde, em 1995 houve um surto de cólera que fez com que diminuísse a procura do país para as férias ou excursões dos turistas, assim, mostrou-se claramente a necessidade de uma aposta fulminante no melhoramento da saúde, para um país que pretende adoptar o turismo como um dos motores de desenvolvimento e combate à pobreza.

Destaca-se as necessidades de reforço da capacidade institucional mediante a afectação de quadros competentes e empenhados para os postos de decisão; definição de cada nível do Serviço Nacional de Saúde, da sua operacionalidade e a criação de Regiões Sanitárias, quando necessárias e possíveis.

O governo definiu igualmente como prioridade a ampliação da infra-estrutura hospitalar, através da construção do novo Hospital Regional de Santa Catarina e da policlínica do Sal; a construção dos Centros de Saúde de Calheta, Mosteiros, Tarrafal de Santiago, Maio e Boa Vista; dos novos centros de saúde da Praia e da Maternidade e Central de Consultas do Hospital Agostinho Neto (M.E.C.C. 2009).

2.4 Energia e Água

O fornecimento de energia e água é muito deficiente. A empresa estatal tem dificuldades em abastecer as populações com um serviço de qualidade. As falhas de abastecimento de energia e água são constantes, o que denota fragilidades acentuadas neste segmento.

No programa do governo definido para o período de 2006-2011, estabelece-se como objectivo central da política energética a dotação do país de um Sistema Energético Moderno e Eficiente, capaz de garantir a provisão dos serviços necessários ao processo de desenvolvimento, crescimento e competitividade da economia Cabo-Verdiana e melhoria do conforto e da qualidade de vida da sociedade.

Ainda, o programa acrescenta que o Governo, agirá no sentido de aumentar a utilização de energias renováveis e de novas tecnologias, na melhoria e expansão de

infra-estruturas, garantindo um maior e melhor acesso das populações ao serviço de energia e água. O Governo definiu o aumento para 25% da participação da energia eléctrica gerada por parques eólicos e a meta de 2% de energia solar no balanço energético.

Em relação ao fornecimento de água, para sustentar o ritmo de crescimento da economia, haverá necessidade de duplicação da capacidade actual de produção de água dessalinizada no horizonte até 2010, principalmente nas ilhas da Boavista onde a capacidade de produção está muito inferior da necessária, na ilha do Sal, no Maio e na Cidade da Praia.

A visão do Governo, para estimular o investimento nesses sectores essenciais no processo de desenvolvimento do País, será a aposta nas Parcerias Público Privado (PPPs) (MECC 2009).

2.5 Telecomunicações

Para contrapor os sectores anteriores, Cabo Verde dispõe de uma rede de comunicações bem estruturada, suportado em tecnologia moderna e cobrindo o país inteiro. Tirando o facto das facilidades nas telecomunicações, os preços são considerados elevados para o nível de vida da população. Por ser um país insular, carece de apostas no sector, uma vez que seria muito custoso. Contudo, com a liberalização total do mercado e a entrada de novos operadores perspectivam-se melhorias substanciais a este nível.

Entre os objectivos definidos no Programa do Governo, destacam-se a ampliação da liberalização do sector nos termos definidos pela “Declaração de Política de Telecomunicações”, e a busca por maior eficiência na regulação técnica e económica do sector.²⁹

2.6 Sistema Financeiro

O sistema financeiro cabo-verdiano comporta, além do Banco Central, 5 bancos comerciais /investimento: o Banco Comercial do Atlântico, SA (BCA) com uma rede de agências que cobre todas as ilhas do arquipélago, implantado em quase todos os concelhos do país; a Caixa Económica de Cabo Verde, SA (CECV), com rede de balcões próprios e que também exerce a sua actividade aproveitando a rede dos serviços de Correios e Telecomunicações; o Banco Cabo-verdiano de Negócios BCN, em fase de

²⁹ Idem.

expansão pelas principais cidades do país, o Banco Inter-Atlântico que pertence ao grupo da Caixa Geral de Depósitos e o Banco Africano de Investimento (BAI) recentemente aberto.

Em Cabo Verde, existe apenas uma Sociedade de Capital de Risco com a denominação de A PROMOTORA - Sociedade de Capital de Risco, SA.

Na actividade seguradora, existem três (3) correctoras de seguro e um quadro de mediadores de seguro.

O mercado de valores mobiliários em Cabo Verde, regido pelo Código do Mercado dos Valores Mobiliários, tem na Bolsa de Valores de Cabo Verde a entidade que realiza as operações sobre valores mobiliários. Ao Banco de Cabo Verde estão atribuídas as tarefas de supervisão das instituições financeiras (MECC 2009).

2.7 Segurança Pública

A segurança pública tem sido um tema recorrente, muito debatido a nível nacional. Efectivamente, com o desenvolvimento do país, os problemas sociais agudizaram-se e os índices de criminalidade aumentaram em certa medida, que aliada à mediatização tem causado impactos negativos na imagem que se vende no mercado internacional. Medidas estão sendo tomadas pelas entidades competentes, Governo e Polícia Nacional com o intuito de serem aumentados os níveis de segurança.

A questão de segurança afecta negativamente o turismo. Uma das potencialidades que os turistas apresentam para a escolha de Cabo Verde como destino turístico é a segurança e a estabilidade. De facto, nestes últimos anos Cabo Verde tem sofrido com questões de segurança que tem manchado a imagem do país, gerando certo nível de insegurança na própria comunidade cabo-verdiana.

2.8 Infra-estrutura Turística - Oferta de Hospedagem

Entre os principais determinantes do crescimento e desenvolvimento turístico em Cabo Verde destaca-se a capacidade dos meios de hospedagem de atender o fluxo turístico para o país.

Tendo em conta o senso realizado pelo Instituto Nacional Estatística, em 2006 existia em Cabo Verde 142 estabelecimentos hoteleiros, ofertando 4.836 quartos, com 8.828 camas disponíveis.

Quadro 5: Oferta de Alojamento

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Estabelecimentos	79	88	88	93	105	108	132	142	150
Nº de Quartos	1.825	2.391	2.489	2.820	3.146	3.150	4.406	4.836	5.368
Nº de Camas	3.165	4.475	4.628	5.159	5.715	5.804	8.278	8.828	9.767
Capacidade de Alojamento	3.874	5.249	5.450	6.062	6.682	6.749	10.342	10.450	11.544
Pessoal ao Serviço	1.561	1.845	2.046	2.043	2.281	2.165	3.199	3.290	3.450

Fonte: INE adaptado a MECC 2009

Analisando os dados do quadro acima, pode-se constatar o crescimento em todos os pormenores. Já nos estabelecimentos de 1999 para 2007, verifica-se um aumento de quase 100%. No que se refere ao número de quartos e de camas também o crescimento é notório a cada ano. Quando se chega à capacidade de alojamento verifica-se um aumento de cerca de 7500 o que mostra a aposta no investimento no sector em causa; para o número do pessoal em serviço há praticamente um aumento de aproximadamente 100%. Contudo é importante salientar que muitas pessoas prestam serviços indirectamente às instituições de carácter turístico.

Se o fluxo turístico internacional atingir a meta estabelecida para 2009 que é de 362.937, a oferta de alojamento não será suficiente para atender a procura do turismo. É necessário criar estratégias que respondam às preocupações dos turistas e tentar dar respostas a nível quantitativo, ou seja aumentar a capacidade de alojamento.

Entre 1997 e 2001 mais de 80% dos investimentos públicos foram financiados pela ajuda pública ao desenvolvimento. Um relatório do Banco de Cabo Verde publicado este ano indica que em 2006 as exportações líquidas de serviços, principalmente as provenientes do Turismo, ultrapassaram pela primeira vez na história da economia do país as remessas dos emigrantes. Ou seja, as exportações líquidas de serviços contribuíram em 20% para o Produto Interno Bruto (PIB), gerando mais receitas do que as Remessas de Emigrantes.

Com uma inflação que pode chegar aos 5% em 2007, um crescimento do PIB situado nos dois dígitos, Cabo Verde é também o país que atrai mais investimento em África, de acordo com o ministro da Economia, José Brito.

Os recursos económicos são escassos, dependendo principalmente da pesca e da agricultura, sendo que os efeitos da seca levam com frequência a maus anos agrícolas.

Dando maior relevância ao Turismo, batendo recorde, uma vez que Cabo Verde depende em larga percentagem das remessas dos emigrantes (relembrando que os emigrantes cabo-verdianos são em maior número do que os residentes), mas conforme foi dito o Turismo conseguiu quebrar esta tradição, mostrando a sua importância na economia do país. (LUSA, 24 Outubro 2007).³⁰

3. QUATRO FACTORES QUE CARACTERIZAM O DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE:

- a) Cabo Verde, Parceria Especial, com a União Europeia**
- b) Cabo Verde, país de Desenvolvimento Médio (PDM)**
- c) Cabo Verde e a Organização Mundial do Comércio (OMC)**
- d) Cidade Velha, Património da Humanidade**

a) Cabo Verde, Parceria Especial com a União Europeia

Destacando um dos assuntos que se considere importante e promissor para a economia de Cabo Verde é parceria especial com a União Europeia (UE). No momento que vigorava a presidência portuguesa, sobre o comando do 1º Ministro José Sócrates, depois das negociações com o governo de Cabo anunciou-se a aprovação do estatuto.

Foi considerado pelos Primeiros Ministros de ambos países como “momento histórico”. A 20 de Novembro de 2007, o estatuto ficou definitivamente aprovado depois da sua ratificação, em Bruxelas.

Conforme os objectivos de Cabo Verde, o estatuto permite estreitar as relações com a Europa, partilhando mesmos valores no que se refere à boa governação, direitos humanos, direitos de liberdades e garantias dos cidadãos. Também almeja-se que Cabo Verde ultrapasse a “Lógica da ajuda pública de Desenvolvimento” passando a discussões sobre “áreas comuns de interesses”.

Com o estatuto também vigora na agenda as questões de segurança, de estabilidade económica, ambiente, inovação, tecnologias, desenvolvimento e educação.

³⁰ in (<http://www.google.com/search?hl=pt-PT&q=parceria+cabo+verde-uniao+europeia&lr=&aq=o&oq>).

Cabo Verde pretende beneficiar das políticas e instrumentos da UE, beneficiar dos fundos destinados às regiões ultra-periféricas da UE e aproveitar para transformar as ajudas em investimentos que abarcam todas as áreas, de modo a combater a pobreza existente.

b) Cabo Verde, país de Desenvolvimento Médio (PDM)

Mais um dos pontos que caracterize a economia de Cabo Verde é a passagem para o grupo de Países de Desenvolvimento Médio. Segundo o Jornal “Africanidade”: *“Cabo Verde deixa, a partir desta terça-feira, de fazer parte do grupo dos Países Menos Avançados (PMA), grupo que integrava desde 1977. O arquipélago africano passa a ser classificado como País de Desenvolvimento Médio”*.

A “promoção” foi definida pelas Nações Unidas em Dezembro de 2004. Com aumentos no Índice de Desenvolvimento Humano e no rendimento *per capita*, Cabo Verde preencheu dois dos três critérios exigidos para um País de Desenvolvimento Médio.

Por isso, foi a própria ONU, através da resolução da Assembleia Geral 59/209, a recomendar que a passagem de Cabo Verde ao grupo dos PDM, só se tornaria efectiva após um período de três anos, durante o qual o país deveria preparar, em estreita colaboração com os seus parceiros internacionais, uma saída por etapas e criar condições para que a “promoção” não constitua um obstáculo ao desenvolvimento do arquipélago.

No quadro da economia a ONU salienta que apesar de ter um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de cerca de 0,717%, acima da média do grupo de 86 países do mundo com um nível médio de desenvolvimento (0,695%), o arquipélago tem vulnerabilidades como a baixa capacidade produtiva interna e a forte dependência da sua economia de factores externos. E segundo o então ministro das Relações Exteriores, Victor Borges: *“A vulnerabilidade económica é um critério com um peso maior que os outros porque é a economia que deve gerar índices de desenvolvimento humano e rendimento per capita”*. Deste modo fica a chamada de atenção da necessidade de superar esta vulnerabilidade para manter neste grupo de países.

Esta transição para o grupo de PDM não significa um benefício em si e nem deve ser vista como perdas e ganhos, mas sim como desafios diferentes. Para o Executivo do arquipélago, durante esta fase de transição a comunidade internacional

deverá continuar apoiando o país com empréstimos, um dos benefícios que Cabo Verde pode perder quando sair dos PMA, para que possa preparar e sustentar esta categoria.³¹

Os parceiros como o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, principais financiadores de projectos de desenvolvimento de Cabo Verde, já garantiram a sua disponibilidade para que o arquipélago continue a beneficiar dos empréstimos concessionais, com taxas de juro mais baixas. De igual modo, o país continuará a beneficiar das ajudas orçamentais de diversos países europeus, como a Espanha, Luxemburgo, Portugal, assim como do programa norte-americano Millenium Challenge Account (MCA).

Sobre a mesma matéria, o jornal inforpress sublinha que “32 anos depois de se ter tornado independente, Cabo Verde integra o grupo dos País de Desenvolvimento Médio”. Para um país que na altura em que obteve a sua autonomia política em relação à potência colonizadora (Portugal), era considerado inviável por instituições internacionais como o Banco Mundial, o percurso feito por Cabo Verde a partir de 5 de Julho de 1975 é considerado “notável” pela generalidade dos observadores.

O mesmo jornal acrescenta que embora seja um país praticamente desprovido de recursos naturais, os sucessivos governos cabo-verdianos sempre souberam fazer uma boa aplicação das ajudas internacionais. Este facto, aliado à estabilidade social, económica e política, contribuiu de forma decisiva para os níveis de desenvolvimento alcançado pelo arquipélago desde da independência. Foi com base na circunstância de Cabo Verde já preencher dois dos três critérios exigidos para um PDM, nomeadamente Índice de Desenvolvimento Humano e o rendimento *per capita* (cerca de 3,7 mil dólares) que as Nações Unidas decidiram, em Dezembro de 2004, pela saída do arquipélago do grupo de PMA.³²

c) **Cabo Verde e a Organização Mundial do Comércio (OMC)**

Segundo o sítio das alfândegas, datada a 17 de Setembro de 2008, pela Resolução nº 73/VII/2008, de 19 de Junho, publicada no B.O. nº 22/08 da I série, a Assembleia Nacional aprovou para ratificação o Protocolo de adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio (OMC), que passou a reconhecer Cabo Verde como o seu 153º Membro de direito.

³¹ Jornal africanidade.com

³² Jornal Inforpress

Evidencia-se que a OMC é um órgão internacional de finalidade política económico-social, de carácter intergovernamental independente e de cooperação entre os seus Membros, criado em 15 de Julho de 1994, com o final da chamada Uruguai Round, do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade). Tem como objectivos: i) administrar a implementação de acordos comerciais multilaterais na área do comércio internacional; ii) servir de sede para essas negociações; iii) administrar um sistema de regras e procedimentos relativos à solução de controvérsias comerciais que não está limitada aos países Membros e iv) administrar o mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais dos países Membros.

O protocolo de adesão com 270 números, 2 Anexos e uma lista de compromissos em matéria de bens e serviços, constitui o culminar de complexas e prolongadas negociações levadas a cabo pelo Grupo de Trabalho estabelecido pelo Conselho Geral da OMC em Julho de 2000, para examinar o pedido de adesão de Cabo Verde a essa organização internacional.

Essas negociações cobriram várias áreas da política económica de Cabo Verde, nomeadamente a estrutura para a formulação e execução das mesmas, as políticas que afectam o comércio de bens, o regime de propriedade intelectual relacionada com o comércio, as políticas que afectam o comércio de serviços, a transparência e os acordos comerciais

De realçar a lista de compromissos em matéria de bens que implica que Cabo Verde iniciasse a partir de Janeiro de 2009, o processo de redução das várias taxas negociadas tanto a nível multilateral como a nível bilateral com especial relevância para os Acordos Civil Aircraft (CA) e Technology Information (ITA). As negociações prevêem três datas limites para se atingirem as taxas "0": Janeiro de 2013 para as taxas de 10%, Janeiro de 2016 para as taxas de 20% e Janeiro de 2018 para as taxas de 30%.

d) Cidade Velha, Património da Humanidade

Para o Turismo esta notícia constitui motivos de comemoração, provendo a promoção do país como destino turístico. **A Unesco declara Cidade Velha, em Cabo Verde, Património Mundial da Humanidade – 26/06/09** a decisão foi anunciada em Sevilha, na Espanha.

Segundo a Inforpress, o processo de candidatura da Cidade Velha a Património da Humanidade, entregue em Março último, envolveu Cabo Verde inteiro, e o próprio

presidente, Pedro Pires, fez questão de se empenhar, pessoalmente, e dar empurrão à decisão, até pelo investimento feito na sua recuperação, com a cooperação Espanhola e Portuguesa. Esta preocupação culmina na tentativa de fazer conhecer Cabo Verde e sua história ao mundo, assim tentando captar turistas e contribuindo para a economia do país.

Situada a 12 km de Praia, a Cidade Velha é tida como o berço da cabo-verdianidade e o poeta Jorge Barbosa a ela se referia ao escrever sobre "*praias abertas, onde naufragaram, onde aportaram caravelas, onde saltaram marinheiros queimados, corsários, escravos, aventureiros, condenados, fidalgos, negreiros, donatários das ilhas, capitães-mores...*". O ministro da Cultura, Manuel Veiga, entende a zona como "laboratório da miscigenação e da emergência de um mundo novo, ligando África, Europa, América e Oriente" e onde "a aventura dos descobrimentos se transformou na aventura da criouldade e da diversidade cultural". Nisso o Turismo pode constituir este meio de reaproximação conhecendo a história e vendo vestígios que marcaram séculos de histórias e conseqüentemente o país tira dividendo.

Naquele primeiro ponto da descoberta das "*ilhas perdidas no meio do mar, esquecidas num canto do mundo, que as ondas embalam, maltratam, abraçam*", em palavras, ainda, de Jorge Barbosa, desembarcaram navegadores (Vasco da Gama, Colombo, Pedro Álvares Cabral), e piratas (Francis Drake e Jacques Cassard e outros), estes devastando a terra e forçando a fuga para ponto mais seguro, a 12 km de distância a agora cidade, Praia, tornada capital de Cabo Verde.

Este facto de Cidade Velha ser património da humanidade, sem dúvidas deixa caminho aberto para o turismo no país. Contudo é de salientar que o lugar em epígrafe é considerado muito pobre, de modo que é necessário planear o turismo com vista aos benefícios da própria comunidade local.

CAPITULO V

1. CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO EM CABO VERDE

“A procura de Cabo Verde como destino turístico tem sofrido um crescimento assinalável a partir de 1993” (Associação Industrial Portuguesa, 1997: 37), mas convém salientar que os movimentos advinham de tempos mais remotos e a partir de 1990 Cabo Verde deu sinal de abertura aos visitantes através de cooperações e protocolos.

Conforme a Associação Industrial Portuguesa(...)”. A exploração do sector baseou-se até há pouco tempo, apenas na aposta do dualismo turístico sol/praias, apresentando uma reduzida diversidade e qualidade de serviços, com custos nada competitivos com a concorrência internacional. Só muito recentemente se tem registado um processo de desenvolvimento do sector no sentido do aumento da oferta e melhoria da sua qualidade. Os recentes e importantes investimentos na indústria hoteleira, realizados um pouco por todo o país, com maior concentração nas ilhas do Sal, Santiago e S. Vicente, assim como as melhorias registadas nos transportes aéreo e rodoviário e nas telecomunicações, começaram já a produzir efeitos significativos no posicionamento do turismo na economia cabo-verdiana” (Associação Industrial Portuguesa, 1997: 37).

Como exemplo refere-se, segundo os dados recolhidos, o turismo contribuiu para o PIB de 1,4% em 1991 para 2,2% em 1995 e 1996 e 3,4% em 1998. “Com as receitas representando 3,6 do PIB em 1999, o sector contribuía em 1997, de acordo com recenseamento empresarial do INE, em 2,7% nas exportações dos serviços e empregava cerca de 8769 pessoas nas mais diversas áreas”.³³

Hoje, a aposta no turismo em Cabo Verde é uma exigência do próprio sector. Como exemplo prático figura-se a construção da Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV) na cidade da Praia, sobre o qual tem-se grandes expectativas.

A procura turística é “originária sobretudo dos principais mercados europeus, a procura tem sido marcada sobretudo por visitantes de origem portuguesa e italiana,³⁴ graças à promoção de Cabo Verde levada a cabo nesses países emissores que, originou um forte investimento de promotores desses países, no sector do turismo” (Promex, 2002: 6). Para além da promoção do país para estrangeiro, as cooperações nas diversas

³³ (www.Promex.org/investimento/cabo_verde/Economia:2)

³⁴ (ver quadro 4)

áreas, principalmente no turismo constitui um meio de sobrevalorização de Cabo Verde como destino Turístico.

A evolução da procura turística tem sido positiva, tendo no ano de 2000 uma média de 100000 visitantes, contra um total de 21695 em 1990 o que ilustra a evolução a partir da abertura política e uma forte fatia que o turismo foi ganhando desde o período da democratização.

Segundo o INE, no ano de 1999, entraram 67047 turistas no país, sendo a maioria portugueses (41,6%), seguido de Italianos (23,1%), franceses (14,4%), alemães (13,2%), África do Sul (0,9%) e outros (5,3%).

“Um dos sectores chave da estratégia de desenvolvimento económico do país é, sem dúvida, o turismo. Para o efeito, o governo está fortemente apostado no aumento e na melhoria da qualidade da oferta turística e posicionamento de Cabo Verde como destino turístico internacional”.³⁵ A adopção de um turismo de qualidade é uma das preocupações fundamentais do sector, onde pretende-se a preservação do meio ambiente, das zonas de reserva natural e dos espaços paisagísticos. Neste ponto levanta-se a questão da sustentabilidade do turismo, onde a preocupação radica sobre a cultura e o meio ambiente.

O turismo figura-se como aposta certa para Cabo Verde, contudo, é necessário desde muito cedo levar em conta que um país ou uma região não deve depender unicamente da actividade turística. “A aposta numa oferta de qualidade manifesta-se não só a nível de infra-estruturas físicas como aeroportos, portos, transportes, telecomunicações, energia e saneamento, mas também, na formação profissional e promoção turística interna e externa”.³⁶

A análise realizada em 1997 pela Associação Industrial Portuguesa, diz-nos que há “uma concentração de infra-estruturas turísticas nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal, o incremento de um novo tipo de turismo, menos tradicional nas ilhas; de Santo Antão, mais orientado para a observação da natureza pura e para o forte contraste entre o clima desértico e o tropical húmido; da Boavista e do Maio, com reduzidas infra-estruturas e com populações que rondam os 3 e os 5 mil habitantes, respectivamente, oferecendo em contrapartida extensas praias quase virgens; do Fogo, a ilha do Vulcão que reúne uma superfície de 477 km², um conjunto raro e apreciável de micro-climas e

³⁵ www.Promex.org/investimento/caboverde/Economia:2

³⁶ Idem.

de paisagens onde os fenómenos de vulcanismo são muito presentes” (Associação Industrial Portuguesa, 1997: 38).

A concentração das infra-estruturas de turismo em Santiago, em termos de estabelecimentos, representa “19% do total e, em terceiro São Vicente com 12, constituindo 15% do total de estabelecimentos. Essas Unidades Habitacionais (UH) oferecem cerca de 2244 quartos, 4135 camas”.³⁷ Em 2002 o número das camas subiu para 4628 e 2489 para o número de quartos. A taxa de ocupação em 2000 é de “41% a 61%, sendo que a ilha do Sal apresenta ocupação variando entre 51% e 82%. Em Agosto de 1997, a oferta de alojamento em Cabo Verde era de 1461 quartos e 2678 camas.

Em 1995, havia somente 889 empresas potencialmente dirigidas para servir o Turismo, que na altura se apresentava com fraco desenvolvimento estrutural. “Actualmente o tecido empresarial do sector é constituído por 3511 empresas, distribuído em 89 unidades de alojamento, 3352 restaurantes, 28 agências de viagem, 25 empresas de aluguer de automóveis e 17 lojas souvenir”.³⁸

Com o passar dos anos novos investimentos de dimensão apreciável foram surgindo no turismo em Cabo Verde. Contudo, qualquer projecto no sector terá necessariamente que ter em conta os interesses da própria população. Quanto ao investimento no turismo em Cabo Verde, privilegia-se o “full-service Resort Hotel, Hotel executivo, Sport Fishing e Diving Hotel”.³⁹ Verifica-se que há um número considerável de investimentos exógenos, por parte de Portugal, Itália, Alemanha, Canárias, Moçambique, Noruega.

Quanto à animação turística “por todo o arquipélago as festas tradicionais evidenciam, na sua maioria, a religiosidade do povo cabo-verdiano. Comemoradas em dias de Santos católicos, incluem no seu programa a tradicional missa e procissão, seguidas de confraternização, onde o aspecto profano também se evidencia, não faltando a música, a gastronomia, os desportos entre outras actividades. De realçar que algumas festividades têm tradição própria e variam de ilha para ilha” (Promex, 2002: 15).

“Com vista à valorização e protecção dos recursos naturais que constituem a base do desenvolvimento turístico do país, as áreas identificadas como possuidoras de

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

³⁹ Ibidem, pp.1.

especial aptidão para o turismo, são declaradas as zonas turísticas especiais que se classificam em: zonas de desenvolvimento turístico integral, abreviadamente designadas por ZDTI; zonas de reserva e protecção turística, abreviadamente designadas por ZRPT”.⁴⁰

“O Plano de Desenvolvimento Turístico aprovado em 1995 delimitou 14 zonas de Desenvolvimento turístico Integral (ZDTI), onde se incluem áreas destinadas a parques naturais, terrestres e marítimos, e zonas viradas para o desenvolvimento turístico integral. As ZDTI distribuem-se pelas ilhas de Santiago (5), S. Vicente (3), Boavista (2), Maio (2) e Sal (2)” (Associação Industrial Portuguesa, 1997: 87). De acordo com o PROMEX, “constituem ZDTI, as áreas que por possuírem excelentes condições geográficas, e valores paisagísticos, têm especial aptidão para o turismo e sejam declaradas como tais pelo Governo”.⁴¹

Constituem as ZRPT “as áreas contíguas às ZDTI e dotadas de alto valor natural e paisagístico e cuja preservação seja necessária para assegurar a competitividade do produto turístico de Cabo Verde, a curto e médio prazo. As outras áreas que, possuindo também alto valor natural e paisagístico, deverão manter-se em reserva para serem posteriormente declaradas ZDTI”.⁴²

Há um novo elemento introduzido no sector do turismo onde se instituiu a lei n.º 40/V/92, que consiste num imposto cobrado a todas as pessoas, nacionais ou estrangeiras, que utilizam os empreendimentos que prestam serviços turísticos no país. Contudo, os nacionais não aceitaram bem essa lei, recusando pagar assim os 3% sobre o consumo, respeitantes ao imposto de turismo instituído, cobrado pelos diferentes empreendimentos de utilidade turística do país.

1.1 As potencialidades turísticas de Cabo Verde

O desenvolvimento do turismo em Cabo Verde aposta nos seguintes factores: a sua insularidade, localização, amenidade do clima, abundância de recursos naturais não explorados, boas potencialidades para a prática de desportos náuticos. (Associação Industrial Portuguesa, 1997:74)

Assim, o produto turístico foi identificado como sendo o turismo balnear, principalmente nas ilhas orientais, devendo-se também, simultaneamente, aproveitar as

⁴⁰ Ibidem, pp.18

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

excelentes condições para a prática de desportos náuticos e explorar os contrastes entre as ilhas através da promoção de circuitos e excursões.⁴³

Cabo Verde “ possui uma grande variedade de produtos turísticos. Cada ilha destaca-se pelos seus encantos e cores. Praias de sonho, vulcões, montanhas imponentes, pequeno oásis, bonitas paisagens lunares e uma grande diversidade cultural”.⁴⁴

Os segmentos em que Cabo-verde oferece maiores possibilidades de desenvolvimento são:

- a) **Turismo de praia/mar e sol:** O turismo cuja principal motivação é o mar, o banho, o clima, e actividades como, por exemplo, mergulho, windsurf, e pesca ao alto mar;
- b) **Turismo de natureza:** O turismo cuja principal motivação é realizar actividades em contacto com a natureza como, por exemplo, caminhadas, escaladas, marchas a cavalo, ecologia...
- c) **Turismo de circuitos:** O turismo cujo objectivo é conhecer ou visitar lugares através de um itinerário estruturado com paragens curtas;
- d) **Turismo histórico e cultural:** O turismo cujo objectivo é estar em contacto com o povo cabo-verdiano de forma a conhecer os seus hábitos e costumes, nomeadamente festas tradicionais, Carnavais, festivais de música e gastronomia;
- e) **Turismo subaquático:** mergulhar no azul-marinho para descontrair a fauna e os mistérios das grutas existentes nas ilhas escarpadas de S. Vicente, Sto Antão e Sta Luzia.⁴⁵

Estão identificados 93 espaços geográficos com interesse turísticos:

- ✓ 54 praias com 136,5 km², 59% dos quais de areia branca, localizadas principalmente na Boa Vista, Maio e Sal;
- ✓ 21 Áreas de interesse natural que coincidem ou não com áreas protegidas (9 de montanha nas ilhas de Fogo, Santiago e Santo Antão, e 12 em zonas não

⁴³ Idem.

⁴⁴ Promex 2002:4

⁴⁵ Ibidem, pp. 6

montanhosas, sobre tudo as ilhas de Sal, Boa vista com uma área total de 354km²)

- ✓ 18 Itinerários pitorescos (426km na ilha do fogo, Santo Antão, São Nicolau e Santiago).⁴⁶

As ilhas podem ser classificadas em função dos valores atractivos naturais:

- a. Ilhas de praia: Boa Vista com 52 % de comprimento total de areia branca do país, Maio com 29,1 % e Sal com 15,56 %,
- b. Ilhas montanhosas: Brava, Fogo e Santo Antão têm ausência quase total de praia e são ilhas de relevo abrupto, contrastando com os vales verdejantes e ribeiras muito profundas;
- c. Ilhas de montanha e praia: são Nicolau, São Vicente e Santiago.⁴⁷

Há cerca de 8200 de terreno nas Zonas de Desenvolvimento Turísticos Integral, as quais estão localizadas nas zonas costeiras e mais de 30 mil hectares de terreno com interesse científico geológico ou biológico, já delimitados.

Cabo Verde “possui uma grande variedade de produtos turísticos. Cada ilha destaca-se pelos seus encantos e cores. Praia de sonho, vulcões, montanhas imponentes, pequeno oásis, bonitas paisagens lunares e uma grande diversidade cultural”.⁴⁸

“As potencialidades turísticas constituem uma das vantagens comparativas de Cabo Verde. O clima, sol 300 dias por ano, a localização, perto dos centros emissores (Europa), onde as condições ímpares para o turismo balnear e a *morabeza*, a hospitalidade do povo cabo-verdiano, são alguns dos factores que conjugados com os fortes investimentos públicos nas infra-estruturas, nos transportes (com abertura de novos aeroportos internacionais e novos portos), e na saúde contribuem para potenciar essas vantagens” (Associação Industrial Portuguesa, 1997: 74).

Para uma ilustração das potencialidades das ilhas segue-se imagens com mapa da cada ilha, (fornecido pelo M.E.C.C. adaptado ao Master Plan) e as respectivas caracterizações resumidamente:

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Ibidem, pp. 4

Imagem1: mapa das ilhas de Cabo Verde



i) Santo Antão, “A Ilha Fantástica”

“A ilha mais ocidental de Cabo Verde, também é das mais imponentes, com montanhas majestosas, vales profundos, contrastando paisagens áridas com espaços de vegetação exuberante.”



ii) São Vicente, “A Ilha Cosmopolita”

“Com a sua majestosa baía e cidade portuária, Mindelo, a cultura fervilha no ar que se respira. “Mindelo é uma cidade universal, onde as culturas e os costumes se cruzam e o calor humano das suas gentes acolhe

aquele que chega fazendo-o sentir em casa.”



iii) São Nicolau, “Berço da Intelectualidade”

“É uma paisagem agreste que cativa pelas constantes montanhas que albergam, entre uma outra, vales mais ou menos verdejantes e onde se encontram as principais povoações.”



iv) Sal, “Ilha Plana”

“Extensas praias e uma extasiante paisagem lunar caracterizam a ilha do Sal, com algum vento a amenizar o calor irradiado pelo sol, convida a banho de mar e repouso.”

ILHA DA BOAVISTA

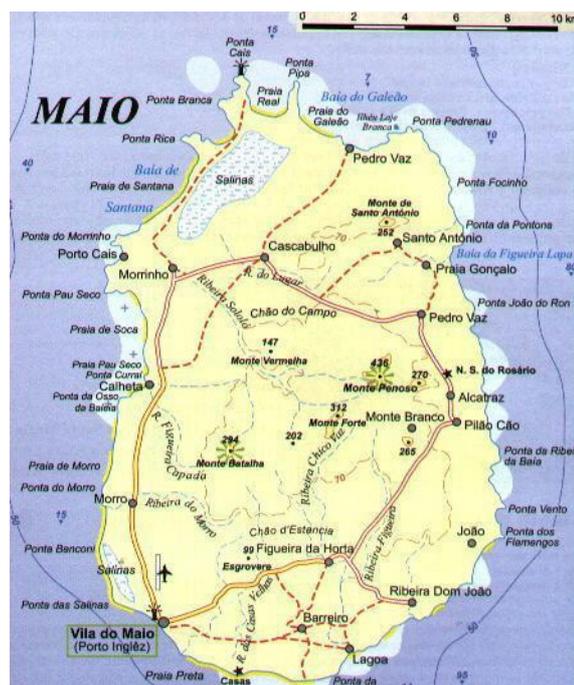


v) Boavista, “A Ilha das Mornas”

“Totalmente plana, Boavista é um canto ao repouso, onde o bater das ondas levanta as pessoas do leito, o peixe fresco e o marisco garantem uma saudável alimentação, o sol fortalece o corpo e a música embala a todos pela noite dentro.”

vi) Maio, “A Ilha Tranquila”

“Procurar a ilha do Maio é refugiar-se num dos sítios mais tranquilos do planeta em que, mesmo a centenas de metros de distância do mar, ouve-se o bater das ondas na areia do amanhecer ao acaso do dia.”

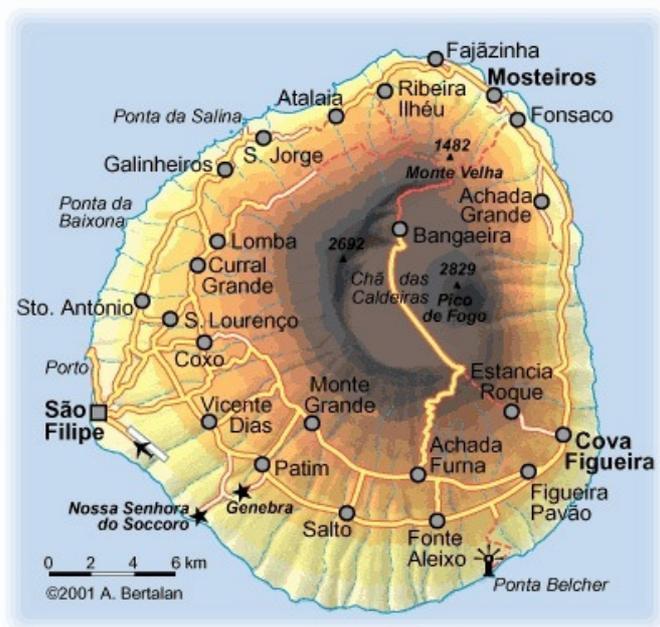


vii) Santiago, “A mais Africana de todas as Ilhas”

“É a mais africana de todas as ilhas, característica marcante nas suas festas tradicionais, nas cores vivas e garridas das roupas dos seus habitantes, na música e na cultura da sua gente simpática.

A multiplicidade de paisagens desperta a atenção do turista que,

entre uma e outra espécie, depara-se frente a uma flora muito particular e profundamente marcada pela natureza agreste e uma fauna, cujas principais expressões são quase todas endémicas e em muitos casos, de excepcional raridade.”



viii) Fogo, “A Ilha do Vulcão”

“O vulcão marca a ilha. O relevo subindo sempre se caracteriza por pedras e, o intenso brilho do sol o ano todo, sendo a ilha mais quente do arquipélago. Mas, marca também a sua gente conhecida por orgulhosas e de forte personalidade, à sua imagem e semelhança.”

ILHA DA BRAVA



ix) Brava, “A Ilha das Flores”

“Conhecida por ilhas das flores e das mulheres bonitas, é a menor do país. Muito acidentada, caracteriza-se por um clima sempre fresco onde o nevoeiro marca a sua presença mesmo no verão, lindas flores e muita música.”

x) Santa Luzia, “A ilha deserta”



“A ilha desabitada. Tida como reserva natural e preservação de algumas plantas endémicas, aves únicas... Frequentada pelos pastores e pescadores, constitui uma forte aposta no ecoturismo.”

2. Evolução do turismo em Cabo Verde

Em Cabo Verde, não há uma data exacta que caracteriza o início da actividade turística. No entanto, a vocação de bem receber e o contacto com populações estrangeiras vem desde os 40. Como exemplo afigura-se o Aeroporto Internacional na ilha do Sal (1947), que recebia aviões de companhias estrangeiras que faziam escala técnica no país. Com isso, de qualquer modo, eram prestados serviços mínimos de passageiros.

Há também o Porto Grande na cidade do Mindelo em que navios estrangeiros que também em escala técnica aportavam-se no porto e os tripulantes, embora a permanência não fosse por razões turísticas, aproveitavam e faziam algumas visitas à ilha.

Contudo, o turismo organizado, receptivo, terá surgido após a independência vagarosamente com a construção do Hotel Morabeza, na ilha do Sal, inicialmente era destinada para o acolhimento dos tripulantes South African Airways. Aos poucos o hotel foi evoluindo para receber pessoas de outras andanças turísticas no verdadeiro sentido da palavra. Entretanto, esses tripulantes já faziam algum turismo.

Pode-se dizer que a partir dos anos 80 o turismo terá começado a desenvolver-se, embora numa fase muito embrionária e terá entrado em velocidade cruzeiro nos anos 90, com a abertura política, abertura aos investimentos estrangeiros e privatizações.

Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento de 1986 – 1990, nesse período o sector turístico já tinha evidenciado um certo desenvolvimento apresentando ritmos de crescimento bastante razoáveis. Mas, contribuía ainda com uma fraca

percentagem para a formação do PIB; em 1978 essa contribuição foi de 0,8% tendo passado para 2% em 1984. Do mesmo modo o valor acrescentado do sector, que era 30 mil contos em 1978, aumentou para 196 mil contos em 1984.

Nessa época, o país dispunha de uma oferta hoteleira constituída por 26 estabelecimentos de alojamento com uma capacidade de 558 quartos, aos quais correspondiam um total de 980 camas.

A capacidade hoteleira de interesse turístico era de apenas 576 camas e localizava-se nas ilhas de maior importância económica, nomeadamente Santiago, Sal e São Vicente.

E ainda, de acordo com o mesmo plano, esta capacidade servia essencialmente aos técnicos cooperantes, comerciantes e delegações governamentais que se deslocavam ao país e ao pessoal de algumas companhias aéreas que escalavam o aeroporto do Sal.

A exploração do sector baseava-se apenas na aposta binómio sol/praias, apresentando uma reduzida diversidade e qualidade de serviços, com custos nada competitivos com a concorrência internacional.

O Plano Nacional de Desenvolvimento de 1997 – 2000 diz que, entre 1992 e 1995 o sector turístico conheceu um crescimento relativamente dinâmico, apesar da manutenção de alguns dos principais constrangimentos estruturais. Em 1995/1996 beneficiou da maior parcela de investimento externo (37%), contribuindo com cerca de 2,2 % do PIB.

Em 1996, a oferta turística registou um aumento de 52,8% em relação ao ano anterior, centrando-se essencialmente nas ilhas do Sal com cerca de 42% das camas, Santiago, com cerca de 27% e São Vicente, com cerca de 15%.

O progresso registado devia-se essencialmente nas melhorias registadas nos transportes aéreos, rodoviário e nas telecomunicações, onde começaram a produzir efeitos significativos no posicionamento do turismo na economia cabo-verdiana.

Quadro n.º 6 O turismo contribuiu para o PIB

1991	1996	1998	1999	2000
1,4%	2,2%	3,4%	3,6%	4%

Fonte: promex

A procura, por seu turno, em 1996 evidenciou um aumento na ordem de 33% em relação ao ano anterior.

Quadro n.º 7: Evolução da entrada de turistas

Ano	Total Anual
1990	21.695
1991	19.009
1992	18.911
1993	26.454
1994	30.808
1995	27.747
1996	37.000
1997	45.000
1998	52.000
1999	67.042
2000	83.259
2001	162.095
2002	125.852
2003	178.379
2004	184.738
2005	233.548

Fonte : INE e Serviços de Emigração e Fronteiras

Considera-se como **entrada** cada chegada à fronteira de um visitante que não reside nesse país.

Em Cabo Verde nota-se que as entradas de turistas no arquipélago vêm aumentando de ano para ano, como vem ilustrado no quadro das entradas, excepto no ano de 1995 em que houve uma quebra significativa nas entradas, isso porque foi o ano em que o país foi assolado por epidemia de cólera.

Segundo o INE, no ano de 1999, entraram 67042 turistas no país, sendo a maioria Portugueses (41,6%), seguido de Italianos (23,1%), Franceses (14,4%), Alemães (13,2%), África do Sul (9%), e outros (5,3%).

Entrada de turista triplicou entre 1990 (data que constitui a delimitação temporal escolhida para o tema) e 1999. Segundo a Promex não há dados sobre o perfil dos

turistas que visitaram Cabo Verde. Estima-se que sejam mais jovens em busca de turismo alternativo (ecológico, rural).

A entrada de turistas em Cabo Verde tem registado um crescimento médio de 20%/ ano. (Plano Nacional de Desenvolvimento, 2002- 2005:103).

Quadro n.º8 : Evolução dos estabelecimentos, capacidade e pessoal ao serviço

	ANO					Tx crescimento (2002/2003)
	1999	2000	2001	2002	2003	
Estabelecimento	79	88	88	93	105	12,9%
Nº de quartos	1.825	2.391	2.489	2.820	3.146	11,6%
Nº de camas	3.165	4.475	4.628	5.159	5.715	10,8%
Capacidade de alojamento	3.874	5.249	5.450	6.062	6.682	10,2%
Pessoal ao serviço	1.56	1.845	2.046	2.043	2.281	11,6%

Fonte : INE

É importante determinar a capacidade hoteleira e a capacidade de alojamento, isto é, o potencial turístico produtivo existente no país ou numa zona, que permite avaliar o número de dormidas que os meios de alojamento oferecem num determinado momento ou período. É um indicador importante para construir a base da oferta turística.

Analisando o quadro 7, sobre a evolução das entradas de turistas em Cabo Verde, nota-se que os principais mercados emissores de turistas continuam a ser os países Europeus com maior destaque para:

Itália com 28.514 entradas no ano 2000, no ano 2001 com 44.661, no ano 2002 com 35.080, em 2003 com 54.278 e por fim em 2004 com 55.200 hóspedes.

Portugal com 32.182 entradas no ano 2000, no ano 2001 com 36.417, no ano 2002 com 34.292, em 2003 houve uma descida para 28.548 e por fim em 2004 com um aumento para 38.129 entradas.

Alemanha com 17.631 no ano 2000, 17617 no ano 2001, 13.796 no ano 2002, 18, 095 no ano 2003 e 14,433 hospedes no ano 2004.

No ano 2002 nota-se uma pequena quebra de hóspedes desses principais mercados emissoras em relação ao ano 2001.

Os estabelecimentos de alojamento preferidos pelos turistas que visitam o País são os Hotéis seguido das residenciais. Com 99.800 no ano 2000 para hotéis e 22.210 no mesmo ano para as residenciais; e no ano 2002 com 114.155 para hotéis e 15.490 para as residenciais.

A evolução do turismo no Arquipélago também está patente na participação do sector no **PIB** nacional ao longo dos anos.

Quadro n.º9 Percentagem do PIB gerado pelo sector turístico

Contribuição para o PIB	ANO										
	1994	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	1,5%	1,3%	2,2%	3,3%	3,4%	3,6%	7,3%	9,5%	10,2%	10,9%	10,4

Fonte: BCV e DGDT

Nota-se que, a colaboração do sector turístico para a formação do **PIB** nacional teve um aumento considerável de 1994, com 1,5%, a 2003 com 10,9%.

Não esquecendo também as receitas geradas pelo sector em que no ano 2000 foi de 4.686, 2001 com 6.529, 2002 com 7.509 e no ano 2003 foram 8.623 milhões de escudos.

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento de 2002 a 2005, o governo de Cabo Verde apostou fortemente no desenvolvimento do turismo como sendo a fonte geradora de receitas para a economia nacional e um meio para o combate à pobreza. Todavia, para desenvolver o turismo de modo estruturado e sustentável torna-se indispensável conduzir as diligências públicas direccionadas á resolução de problemas estruturantes.

Ainda o mesmo plano diz-nos que, para que o sector do turismo possa conhecer um franco crescimento, há ainda intervenções importantes a serem priorizadas entre outras, nomeadamente:

- Revisão da Lei que regula a criação de ZTE;
- Criação de instrumentos jurídicos que facilitam a fiscalização e o controlo financeiro na gestão das zonas turísticas;
- Redefinir a estratégia de promoção do turismo Cabo-verdiano no exterior incidindo sobre nichos de mercado adequados às zonas e projectos turísticos como objectos de promoção; Criação de um quadro legal que permitirá que os serviços prestados pela administração turísticas a terceiros e em benefícios destes sejam objectos de cobrança mediante aplicação de taxas;
- Aperfeiçoamento do Decreto-Lei n.º 69/ 92 que cria e regula a prática de jogos casinos em Cabo Verde;
- É importante ainda garantir o envolvimento da cooperação e de institutos de formação, universidades estrangeiras para o financiamento, concepção e implementação de programas e acções de formação na área do turismo designadamente:

- Cursos de curta duração a nível da restauração e da hotelaria, que já faz parte da agenda dos centros de formações profissionais.
- Criação de uma escola hoteleira e turismo (já em curso, com previsão para o arranque em Julho de 2010).

Deve-se ainda, assegurar o envolvimento de instituições públicas nacionais, com responsabilidade sobre a cultura, o ambiente, a saúde, emprego e a formação profissional na formação de guias turísticos.

Com vista à valorização e protecção dos recursos naturais que constituem a base do desenvolvimento turístico do país, as áreas identificadas como possuidoras de especial aptidão para o turismo, são declaradas as **Zonas de Desenvolvimento Turísticas Especiais** (ZDTE) que se classificam em:

- Zonas de desenvolvimento turístico integral designada por **ZDTI**;
- Zonas de reserva e protecção turísticas, abreviadamente designadas por **ZRPT**.

Constituem **ZDTI**, as áreas que por possuírem excelentes condições geográficas, e valores paisagístico têm especial aptidão para o turismo ou sejam declaradas como tais pelo governo.

Exemplo de alguns ZDTIs, que foram declaradas pelo governo:

Santiago

Norte da cidade da Praia

Achada Baleia

Porto Coqueiro

Porto Achada Lage

Mangue Monte Negro

Sal

Santa Maria

Pedra de Lume

Boa Vista

Chaves

Santa Mónica

Maio

Zona Norte da Vila do Maio

Zona Sul da Vila do Maio

Decreto regulamentar nº 7/94 de 23 de Maio de 1994, BO 20/94 – I Série (*apud* Promex, Cabo Verde, Notas sobre o turismo).

Constituem ZRPT:

As áreas contíguas às ZDTI e dotadas de alto valor natural e paisagístico e cuja preservação seja necessária para assegurar a competitividade do produto turístico de Cabo Verde, a curto prazo; As outras que, possuindo também alto valor natural e paisagístico, deverão manter-se em reservas para serem posteriormente declaradas ZDTI.

Coroa costeira da ilha de São Vicente

Coroa costeira d ilha do Sal

Coroa costeira da ilha da Boa Vista

Chã das Caldeiras da ilha do Fogo

Decreto regulamentar nº7/94, de 23 de maio de 1994, BO 20/94 – Série (*apud* Promex, Cabo Verde sobre o turismo).

3. Empreendimentos turísticos e projectos

A partir de 1990 Cabo Verde ganhou muitos investimentos em vários sectores. O Turismo, por sua vez, não ficou equidistante. Com o levantamento desses investimentos deixa-nos perceber como desenrolou a aposta no Turismo e como as empresas, tanto públicas como privadas, tanto nacionais como estrangeiras, deram conta de que a procura turística faz com que se dê respostas a essas necessidades.

Ligados aos simples investimentos em Hotelarias e Restaurações surgiram outros investimentos de modo a complementar e o sistema turístico. Já foi salientado a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade do Turismo, o que nos obriga a referir que ligados às empresas turísticas surgiram muitas outras.

No ano 2000 foram aprovados nove projectos de investimentos externos no sector de Turismo, sendo, 2 na ilha de Boa Vista, 2 na ilha do Sal e nas ilhas da Brava, São Vicente, Santo Antão, São Nicolau e Fogo 1 empreendimento no referido sector. Estes projectos aprovados têm como países de origem Portugal, Espanha, Holanda, Itália e França. Radicam na área de Hotelaria, Pensões, Residencial, actividade Náuticos, destacando os seguintes nomes: Fogo Adventure, Fishing, Div.”, “Rotchinha Aparthotel”, “Cabo Santa Isabel limita”, “Hotel dunas de sol”, “Sol na Baía”, “Foya Branca”, “Cretcheu dí Mar”, Cabotel, e Sanilisa.

Estes investimentos proporcionaram 423 postos de trabalho, acumulando no total cerca de 5922401 escudos cabo-verdianos (correspondente a 53708 euros). Estes dados mostram a importância que o sector turístico foi ganhando ao longo do tempo.

Já no ano seguinte, (2001), foram aprovados mais 3 projectos de investimentos no sector em destaque. Na ilha de Boa Vista foi aprovado o projecto de investidores da Itália cujo nome é “*Areia de Chaves Club*”; Na ilha do Maio o investimento tem origem em Alemanha em que o nome é “Aldeia Bela Vista” e um terceiro na ilha de Santiago, investimento da Noruega. Todos no ramo da Hotelaria, chegam a oferecer 77 postos de trabalho e o montante do investimento atinge 600944 CVE ou seja 5450 euros.

No ano de 2002 verificou-se 5 investimentos estrangeiros no sector turístico em Cabo Verde. 1 na área de Hotelaria e Imobiliária de nome “Porto Antigo – Turismo e Imobiliária Lda “ na ilha do Sal, investimento italiano; um segundo na ilha de Boa Vista de nome “Boa Vista Resort Hotel - EUROTURISTICA”, também investimento italiano; um terceiro investimento no mesmo ano de nome “Pensão Casa Azul” na ilha de São

Vicente investimento da França; um quarto investimento de origem portuguesa sita na ilha do Sal de nome “Pensão Diogo Gomes”, e por último a “Aldeia Bela Vista” situada na ilha de Maio, de origem alemã.

Estes investimentos mostram como a realidade turística e a vocação que o país tem por excelência, a crescente procura dos turistas, faz com que se dê respostas às necessidades dos que procuram descanso, ócio e lazer.

No total destes projectos de 2002 conta-se com 412 postos de trabalho e uma quantia de 3239747 correspondente a 29380 euros.

Já em 2003 os investimentos estrangeiros no país foi maior, atingindo uma dezena. Dois na ilha de Boa Vista (2 Cabo Padana Lda); 4 investimentos na ilha de São Vicente (Atlântida Imobiliária Lda – Hotelaria Pensão 4*; Hotel Lazareto, Lda – Hotel 3*; Capovento Lda – aldeamento Turístico 2ª categoria e GTI – Gestão Turística e Imobiliária Lda – aldeamento Turístico). Estes investimentos têm como país de origem Espanha, Bélgica, Itália e Portugal respectivamente.

Sendo assim, no total oferecem 283 postos de trabalho, atingindo um investimento de 3582645 CVE referente a 32490€.

No ano seguinte encontramos outros 7 investimentos. Começando pela ilha do Maio temos “Atlântida Imobiliária Lda”, Apart-Hotel de 4* com 23 apartamentos com investidores espanhóis; 2 investimentos na ilha do Sal, o “Sal Tur Lda” – aldeamento turístico de luxo, nascida de uma cooperação portuguesa e cabo-verdiana; e um segundo na ilha do Sal, em Santa Maria denominada “Aqua RPM – projecto de Lazer Náutico” em que consiste nos serviços de aluguer de equipamentos para desporto náuticos proveniente de investimentos portugueses.

Para a ilha de Santiago foi aprovado o projecto de investimento Francês de nome “Pousada de La Française” com 10 a 11 *Bungalows*, com 17 a 19 quartos.

A ilha de São Vicente beneficiou de 2 projectos: 1 na Baía de nome “Hotel Baía” de origem espanhola e um segundo na zona de Calhau de origem Francesa denominado de “Residencial GOA Lda”.

Para fechar os projectos aprovados em 2004, para a ilha do Fogo foi proposto um investimento de origem portuguesa de nome IMOCOM II, que consiste na remodelação e ampliação do Hotel Xaguete de 4*.

Tendo em conta todos esses projectos, verifica-se um benefício de 190 postos de trabalho e atingindo uma quantia de 2406271 CVE que iguala a 21822 €.

Em 2005 verifica-se mais um ano de apresentação e aprovação de 14 projectos abaixo discriminados:

Ilha de Santiago ganhou 2 projectos para Tarrafal; “*King Fisher Cabo Verde, Lda*” – complexo turístico, centro de mergulho & pesca desportiva de origem alemã. Um segundo projecto de origem espanhola de nome “*Tarrafal Bay Corporation*” - 2 Apart-Hotéis com 28 apartamentos; 1 para S. Francisco, o “*Sambala Village*” de origem da Grã Bretânia. Uma vila turística com 382 apartamento, 68 vivendas, 54 lojas supermercados 4 restaurantes, 2 bares, 18 escritórios, jardim infantil e área desportiva. 1 projecto para a cidade da Praia, “*Pousada do Farol*” – unidade hoteleira com 25 suites, investimento de origem portuguesa.

Para a ilha de São Vicente na cidade do Mindelo apresentou-se um projecto para a “*Residencial Café Royal*” de origem espanhola; na mesma ilha, na zona de São Pedro ilustrou-se um projecto de nome “*San Pedro Village*”. Residencial com 38 Suites, 39 espaços comerciais/restaurantes, bares e piscina pública. Este projecto com com a cooperação de Cabo Verde e Bélgica. Ainda na mesma zona, Apart-Hotel Baía de São Pedro, de 3* com 50 quartos e 100 camas, origem alemã. Os espanhóis também apresentaram um projecto cujo nome é: “*Aister – Marinas de Cabo Verde*”. Marina para 500 embarcações, Hotel Náutico 5* com 200 camas, 9 vivendas de luxo, 3 vilas de luxo e um estaleiro.

Na ilha do Sal, em Santa Maria, temos o projecto para a “*Djadsal Moradias e Acquapark*”- residencial de 6 blocos, parque aquático, infra-estruturas desportivas e casino. Tem origem de investimentos italianos. Temos para a mesma ilha o “*Hotel Sabura*” de 5* com 48 quartos na zona de Ponta Preta de origem espanhola.

Mais 1 investimento em Santa Maria, agora de origem portuguesa de nome “*Condomínios do Mar*”. Um Apart-Hotel de 4*, com 135 apartamentos. Para o mesmo lugar surge mais um projecto aprovado, agora de origem italiana com o nome de “*Pensão Porta do Vento*” com 15 quartos.

Para a ilha de Boa Vista, ilha emergente na sua afirmação como destino turístico, na vila de Sal-Rei aparece projecto de origem italiana de nome “*Apart-Hotel Résidence Milagro*”, construção de apartamentos, sendo 18 para vendas e 40 para aluguer. Também os italianos apresentaram um projecto, “*Apart-Hotel Praia Cabral*” para a zona de Praia Cabral, com 82 apartamentos, sendo 42 para aluguer e 40 para venda já equipados.

O ano 2005 foi de apresentação de vários projectos atingindo diversas ilhas, em que cada um apresenta a sua potencialidade na área. Deste modo, tendo em conta todos os projectos temos cerca de 1586 postos de trabalho e 17696920 CVE de investimentos ou seja 160492 €.

A crescente procura de Cabo Verde como destino turístico, aparece ilustrado na correria de investimentos estrangeiros pelas diversas ilhas. Como se pode notar até agora, algumas ilhas se afiguram longe de apresentarem projectos de carácter turístico.

Para o ano 2006 foram aprovados 9 projectos onde se destacam as mesmas ilhas que anteriormente. Para Sal temos a Imobiliária Turística de origem francesa de nome “*Kaoberdi Resort & SPA*”; um segundo de origem espanhol denominado “*Cabonuba*”, uma vila turística; e um terceiro “*Vila Verde Tecnical*”, de origem Cabo Verde e UK. Para a ilha de Santiago temos a “*OCAVEL; SA Vila Atlântica*”, 3 resorts com origem nos EUA; um outro de nome “*Vila Jardins do Oceano*”, projecto da Inglaterra, para uma vila turística.

Para a ilha de São Vicente, o projecto apresentado é de origem francesa, de nome “*Residencial Este Ueste*”, Hotelaria. Os restantes 3 projectos são referentes à ilha de Boa Vista, sendo 1 Vila Turística, “*Caramboa*”, de origem espanhola. Os restantes projectos para a ilha em questão são fusões de cooperação Cabo Verde/Escócia, a “*Sabi Sands*” e a “*Criola Sands*”, ambos hotéis.

O ano 2007 destaca-se com apresentação de 7 projectos aprovados: 2 para Boa Vista, o “*Bucan Lda*”, origem espanhola referente a hotelaria e o “*Baguincho Golf Resort*”, vila turística, projecto nascido de Cabo Verde e Espanha.

Para a ilha do Sal aprovou-se o projecto “*Cabomaxo, Lda*”, hotelaria de origem espanhola; o projecto “*Murdeira Beach Resort*”, aldeamento turístico, irlandês; e ainda para a ilha do Sal temos o projecto “*Cotton Bay Golf Resort*”, complexo turístico de origem italiana.

Para a ilha de Santiago aprovou-se o projecto “*Africatur Marian Gamboa*”, construção de uma marina, de origem espanhola.

Para a ilha de São Vicente, “*Cesária Resort*”, Empreendimento Turístico, de origem de Grã Bretanha.

Somando estes projectos de investimentos para o ano 2007, apresenta-se uma estimativa para 5659 postos de trabalho e 123024645 CVE, 1115718 € a investir.

No total dos projectos aprovados para os anos de 2000 a 2007 temos 55 projectos, atingindo um investimento de 198650468 CVE igualando a 1801564€, o que reporta a 11034 postos de trabalho.

Num período de 7 anos, somente a nível de projectos aprovados, mostra clara as potencialidades turísticas que as ilhas dispõem. Os referidos postos de trabalhos que os projectos anunciam, ilustram a contribuição do Turismo para o combate à pobreza e ao desemprego, casos os projectos venham a ser concretizados. Este ponto voltará a ser considerado quando estivermos no ponto de verificação da concretização dos projectos.

Não foi apresentado os números totais de cama que os supracitados projectos propõem, uma vez que a fonte consultada não traz essa informação.

A importância que o Turismo foi ganhando ao longo dos tempos levou ao surgimento de várias leis que regulamentam esta actividade. Em 2005 surgiu a lei nº 55/VI/2005 de 10 de Janeiro de 2005, que refere à “Utilidade Turística.” Nomeadamente, em 1991 no Artigo 13º da Lei nº 21/IV/91, de 30 de Dezembro radica sobre a atribuição de um estatuto aos estabelecimentos ou empreendimentos turísticos, o que veio a ser retomado em 2005. Este atribui as modalidades da Utilidade Turística de Instalação, Utilidade Turística de Funcionamento e Utilidade Turística de Remodelação.

O Turismo na sua vertente cultural foi ganhando importância em paralelo com as outras. O referido estatuto é atribuído às empresas que visam: Alojamento e/ou Restauração; Organização de excursões internas; Organização de eventos de animação Cultural e desportiva que promovem a entrada e a mobilidade de turistas; Promoção do país no mercado externo como destino turístico; abastecimento do mercado turístico como artesanato nacional.

Ao longo do tempo foi-se descobrindo as potencialidades do país que transformou-se na preocupação de aproveitamento das potencialidades em prol ao desenvolvimento da comunidade cabo-verdiana e do país. Para que isso aconteça o governo atribui incentivos aos investidores reduzindo as cargas fiscais:

No Artigo 7º, nº 2 diz: *O estabelecimento ou empreendimento turístico ao qual for atribuído o estatuto de Utilidade Turística de Funcionamento beneficia de incentivos fiscais relativamente ao Imposto Único sobre Rendimento durante 15 anos, a saber:*

100% de isenção durante os primeiros 5 anos de funcionamento; 50% de isenção durante o segundo e o terceiro quinquénios de funcionamento. (Utilidade Turística, lei nº 55/VI/2005 de 10 de Janeiro de 2005).

O ano de 2006 foram muitas as movimentações no quadro do Turismo. Para expôr a situação baseia-se na análise de um comunicado de imprensa proferida a 13 de Abril de 2007 pela Sede do Instituto Nacional de Estatística na Praia, sobre o tema “*Estatísticas do turismo relativas ao ano 2006 - Análise dos principais resultados*”

4. Comunicado de imprensa - Inventário Anual dos Estabelecimentos de Alojamento Turístico 2006

“Segundo o inventário anual realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, junto dos estabelecimentos hoteleiros, em Setembro de 2006 existiam em Cabo Verde, **142 estabelecimentos hoteleiros**, o que corresponde a um acréscimo de 8% em relação ao ano anterior”.

A **ilha do Sal** possui 34 estabelecimentos de alojamento turístico o que corresponde a 24 % do total existente. Seguem-se as ilhas de Santiago, com 31 estabelecimentos, S. Vicente com 20 e Santo Antão com 19 estabelecimentos, representando 22%, 14% e 13% do total dos estabelecimentos, respectivamente.

A **Ilha de Santiago** foi a ilha onde ocorreu o maior aumento, passou de 27 para 31 estabelecimentos. Seguem-se as ilhas de Santo Antão, Sal e Fogo, com igual acréscimo de 2 estabelecimentos, face ao ano transacto.

As **pensões e as residenciais** continuam sendo os estabelecimentos hoteleiros com maior peso, constituindo cerca de 32% e 28% do total, respectivamente, enquanto que os hotéis representam apenas 25 % do total.

Em relação ao tipo de alojamento, verificou-se, em 2006, um maior aumento nas pensões, com mais 11 estabelecimentos face ao ano 2005, isto, devido à reclassificação dos estabelecimentos hoteleiros. Para o caso dos hotéis e aldeamentos turísticos, ocorreu igual aumento, de 2 estabelecimentos. Esses estabelecimentos hoteleiros oferecem uma **capacidade de alojamento de 4.836 quartos, 8.828 camas e 10.450 hóspedes** traduzindo-se num acréscimo de 10%, 7% e 1% respectivamente, face ao ano anterior.

A ilha do Sal continua a oferecer maior número de camas (59%). Seguem – se as ilhas da Boa Vista com 13%, Santiago com 11% e S. Vicente com 8%, enquanto que as restantes ilhas oferecem cerca de 9% do total das camas disponíveis.

Cerca de 67% das camas estão nos hotéis. Os aldeamentos turísticos, as pensões e as residenciais oferecem 11%, 8% e 7% das camas, respectivamente.

Em termos de capacidade – cama disponível, ocorreram aumentos significativos na ilha do Sal, com um aumento de 619 camas. Segue a ilha de Santiago, com um aumento de 100 camas.

O número de camas cresceu 279% nos aldeamentos turísticos, 34% nos Hoteis-Apartamentos e 33% nas pensões, enquanto que ocorreram reduções nas pousadas de cerca 30% e nas residenciais de 14%.

Os estabelecimentos com **participação maioritária do capital** privado nacional continuam a ser os mais representativos com cerca de 72% do total. Seguem-se-lhes os com participação maioritária estrangeira (20%).

Os estabelecimentos hoteleiros com participação nacional cresceram cerca de 12% em relação ao ano anterior (2005). Nos estabelecimentos com participação maioritariamente estrangeira não se verificou variação, face ao ano transacto.

Em Setembro de 2006, os estabelecimentos hoteleiros inventariados empregavam cerca de 3.290 pessoas, o que corresponde a um decréscimo de 3% em relação ao ano anterior. Os hotéis continuam a empregar o maior número de pessoas, representando cerca de 75% do total do pessoal. Seguem-se-lhes as pensões e os aldeamentos turísticos, representando 9% e 7%, respectivamente. Sal continua a ser a ilha com maioria do pessoal empregado nos estabelecimentos de alojamento turístico. Cerca de 54 em cada 100 empregados dos referidos estabelecimentos estão nessa ilha, sendo 15 em Santiago e 14 na Boa Vista.

O pessoal remunerado representa 98% do total do pessoal empregado. Por outro, a grande maioria (92%) do pessoal empregado é nacional.

No concernente aos serviços oferecidos pelos estabelecimentos de alojamento em 2006, 95% dos quartos ofereciam banhos privados com água quente e fria sendo que os quartos com televisão, ar condicionado e telefone representavam, respectivamente, 88%, 72% e 71%.

Em relação ao ano anterior, verificou-se um aumento nos quartos com ar condicionado, 19%, com televisão 16% e banho privado agua quente 11%.

Os hotéis, são os tipos de estabelecimentos que, apresentam maior percentagem em quaisquer serviços oferecidos, excepto em quartos com banho privado água fria, onde as residenciais e as pensões apresentam maior percentagem 56% e 31%, respectivamente.

A maioria, (98%) dos estabelecimentos inventariados está equipada com telefone, cerca de 77% do total tem fax e 68% tem computador.

O preço médio de bungalows era de 19.918 CVE na época alta e de 15.534 CVE na época baixa. Nas épocas, alta e baixa, os preços médios dos quartos duplos e individuais eram mais elevados nas ilhas do Sal, Boa Vista e Santiago. Preços mais baixos são aplicados nas ilhas de São Nicolau e Brava.

Num segundo momento a comunicação encarregou-se de apresentar os dados referentes à movimentação de hóspedes em 2006. O INE fez um inquérito sobre a **Movimentação de Hóspedes** e expôs o seguinte cenário:

Em 2006, segundo os dados do Inquérito à Movimentação de Hóspedes, **entraram nos estabelecimentos hoteleiros** (hotéis, pensões, pousadas, residenciais e outros), cerca de 280.582 hóspedes, correspondendo a uma **variação positiva de 20,1%**, face ao ano anterior.

Os **hotéis** continuam sendo os estabelecimentos **mais procurados**, representando 73,4% do total das entradas. Seguem-se-lhes as residenciais, com cerca de 11,9% e as pensões 4,8%. A Ilha do Sal foi a ilha de maior acolhimento com cerca de 59,6% do total das entradas, seguido de Santiago com 19,8% e S. Vicente com 7,7% do total das entradas.

Nos estabelecimentos de alojamento turístico hoteleiros foram efectuadas 1.368.018 **dormidas**, o que corresponde a um **crescimento de 46,2%** em relação ao ano anterior.

A **Ilha do Sal** continua a ser a ilha onde se regista **maior acolhimento**, com 69,1% do total das dormidas em 2006. Seguem as ilhas da Boa Vista, com 12,6%, Santiago (10,2%) e São Vicente (5,5%).

No concernente às dormidas, por **países de residência habitual dos hóspedes**, verifica-se que os residentes em Cabo Verde totalizaram somente 7,7%. Os hóspedes provenientes da **Itália, Portugal e Alemanha** foram responsáveis por **34,3%, 20,8% e 12,4%** das dormidas, respectivamente.

Os **Italianos** preferem como destino a ilha do Sal. Das 469.108 dormidas por eles realizadas, 66,6% foram realizadas no Sal e essas dormidas concentraram-se nos hotéis, correspondendo a 94,7%.

As dormidas dos residentes em **Portugal** distribuíram-se principalmente pelas Ilhas do Sal (77,9%), Santiago (14,2%) e São Vicente (6,5%). Os hotéis foram os tipos dos estabelecimentos mais procurados pelos Portugueses, apresentando 89,0%.

As dormidas dos turistas provenientes de **Alemanha** concentraram-se também nos hotéis, 85,2%. Estes preferiram as Ilhas do Sal com 84,6% do total das dormidas por eles realizadas. Seguem-se-lhes as ilhas de Santiago e São Vicente onde totalizaram, respectivamente, 5,8% e 3,9%.

Segundo os dados apurados, em 2006, os visitantes provenientes da Itália foram os que permaneceram em média, mais dias em Cabo Verde (7,1 noites). A seguir estão os provenientes da Alemanha, permanecendo em média, 5,1 noites. Os Cabo-verdianos residentes permaneceram, em média, 2,6 noites nos estabelecimentos hoteleiros.

Durante o ano 2006, em média, a **taxa de ocupação-cama**, a nível geral, foi de 44%. A Ilha do Sal continua a ser a ilha com maior ocupação – cama (55%). Seguem as Ilhas de Santiago e Boa Vista, com uma taxa de ocupação de 38% e 36%, respectivamente.

Os hotéis foram os estabelecimentos hoteleiros com maior taxa de ocupação – cama, 53%. Os Aldeamentos Turísticos e as pousadas representaram uma taxa de ocupação média de 31% e 27%, respectivamente.

5. MASTER PLAN DO TURISMO DE CABO VERDE

Ao analisar as informações recolhidas junto do Ministério de Economia, Crescimento e Competitividade, viu-se obrigado a debruçar sobre o *Master Plan do Turismo de Cabo Verde* que se pretende criar para o melhor planeamento do turismo. o documento inicia-se do seguinte modo:

O crescimento do sector turístico em Cabo Verde, assumido pelo Governo como um dos motores de desenvolvimento do país, pelo seu impacto em termos de geração de emprego, renda e de desenvolvimento de uma forma geral, exige um esforço de planeamento de curto e médio prazo, de forma a maximizar

os efeitos benéficos do turismo e mitigar os potenciais impactos negativos que engendra. (Master Plan: 2009:6)

Como se afirmou desde o início, o Turismo foi dotado como um dos motores do desenvolvimento no arquipélago. O *Master Plan* foi construído como elemento norteador da intervenção dos diversos agentes públicos e privados para a consecução de objectivos que o governo preconiza com o Turismo.

Tudo leva a crer que a criação do Master Plan surgiu devido às consequências negativas e resultados obscuros que os investimentos na área elucidaram no estrangeiro e no próprio território.

O Master Plan refere ao período de 2009 a 2012, mas a sua elaboração data a 2006. A preocupação de transformar o Turismo numa actividade importante para o desenvolvimento económico e social do país, o governo realizou vários estudos, tendo em conta os anseios de vários segmentos no Turismo, juntos, na busca de objectivos comuns., levando em consideração a renda, o emprego, a inclusão social, assim combatendo as assimetrias regionais.

O Master Plan de Turismo surgiu também devido à necessidade de fazer transparecer os investimentos no sector; transparecer a objectividade, as directrizes da política do governo para o sector turístico.

O Master Plan está sendo construído com os seguintes objectivos:

- Facilitar a comunicação dos objectivos estratégicos pretendidos com o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde e o envolvimento dos diversos *players*, neste processo;
- Permitir a alocação de tarefas e de recursos e a responsabilização pela sua boa execução, e
- Estabelecer os mecanismos eficazes de monitorização e avaliação dos resultados da sua implementação.

As acções do Master Plan de Turismo deverão permitir um aumento na entrada de US\$ 1 bilhão em divisas, em 2015, através da conta viagens internacionais. Também haverá um aumento nos recursos do governo provenientes da actividade turística, que serão utilizadas nos programas direccionados ao aumento na competitividade de Cabo Verde como destino turístico internacional (Master Plan 2009:9)

A visão do Master Plan começa por abordar o desenvolvimento de um Turismo Sustentável realçando a necessidade de um **Turismo Participativo**, com envolvimento da comunidade local no processo produtivo das actividades características do Turismo, tendo em conta a tão falada inclusão social. Também pretende-se aumentar o nível de competitividade de Cabo Verde como destino turístico internacional através da melhoria na qualidade de serviços turísticos.

Ainda acrescenta-se a visão de promover Cabo Verde como destino turístico qualificado e diversificado.

No que toca aos conceitos científicos o Master Plan refere à questão do Acesso com um factor importante para o desenvolvimento do turismo. Sendo Cabo Verde insular a questão do acesso torna-se essencial; deste modo o Master Plan aborda esta questão em três perspectivas:

- as condições de acesso dos turistas internacionais ao país;
- as condições de deslocamento dos turistas entre as ilhas e
- as facilidades de acesso aos principais atractivos turísticos dentro de cada ilha.

(Master Plan 2009:11).

A infra-estrutura geral também é chamada como factor importante pelo Master Plan. Começando pelas infra-estruturas locais que desempenham como suporte, expondo a Saúde Pública, fornecimento de energia e água, comunicação e facilidades financeiras e segurança pública.

Salienta-se a “obrigatoriedade” de investimentos do governo nos sectores do turismo e nas outras infra-estruturas que directa ou indirectamente servem o turismo.

A OMT alerta que: *actualmente o turista viaja em busca de novas experiências de vida e exige boas condições de segurança e de bem-estar. Portanto, a competitividade de um destino turístico depende da qualidade dos serviços ligados directamente ao turismo, mas, também da qualidade dos serviços essenciais de utilidade pública.*

Enquadrado nesta dimensão analisamos a saúde pública, a energia e água, comunicação, facilidades financeiras e a segurança pública (Master Plan 2009:12).

Depois de ter abordado as infra-estruturas no geral, convém tocar nas infra-estruturas que fazem parte da própria actividade turística. O Master Plan subdivide este sector em: Serviços e Equipamentos Turísticos e em *Marketing*.

Dentro dos serviços turísticos destaca-se a Hospedagem, a restauração, capacidade do turismo receptivo, a qualificação profissional e a sinalização turística. Estes pontos culminam numa enorme preocupação com a satisfação dos turistas.

Ao *Marketing*, demonstra uma forte aposta nos meios para a persuasão dos potenciais turistas a visitarem o país. O Master Plan afirma que é necessário definir estratégias de *Marketing* para a promoção do país como destino turístico.

Para a Estrutura Institucional o M.P. começa por falar da esfera do governo Central, Regional, Municipal e Internacional. Eleva-se a necessidade de uma coordenação a nível de todas as esferas, mais os sectores privados como forma de maximizar a eficiência e os rendimentos potenciais gerados pelo sector turístico.

Refere-se ainda à contemplação legislativa turística e os incentivos fiscais para as actividades no âmbito do Turismo, a gestão institucional do Turismo, conselhos regionais, grau de cooperação entre as várias instâncias ligadas ao turismo. (Master Plan 2009:13).

Os Recursos Humanos abarcam a actividade turística no seu todo. Começando pelos próprios profissionais até aos turistas consumidores. Os Recursos Humanos devem ser qualificados para uma melhor e maior interacção e integração. Esta preocupação deve abarcar tanto os cursos profissionais como o ensino superior.

A sustentabilidade, que já foi referida é trazida à tona pelo M.P., daí reforçando a sua importância no mundo do turismo e não só.

A questão dos impactos do Turismo a todos os níveis fez com que o M.P. contemplasse a questão da Sustentabilidade afirmando que o planeamento do Turismo racional e eficiente não deve restringir-se aos benefícios económicos, mas também deve visar os seus impactos a nível social, ambiental e cultural (Master Plan 2009:14).

A questão da sustentabilidade, pela importância que possui foi destacada num capítulo II, onde se pode aprofundar melhor este ponto.

No segundo capítulo, o MP fala da Análise situacional da Indústria do Turismo em Cabo Verde.

5.1 Política nacional de turismo (MP)

O Master Plan contempla ainda uma política nacional do Turismo envolvendo os sectores públicos e privados e vários serviços de utilidade pública. Através do *Master Plan* de turismo, são definidas as directrizes do planeamento das actividades turística, destacando a sua relevância na geração de divisas, emprego, renda e inclusão social.

No entanto, a estrutura institucional existente não é suficiente para executar um plano nacional de turismo, segundo a visão do Master Plan, que pretende propor quatro cenários diferentes para a política Nacional do Turismo. Estes cenários são alternativos e vinculam condições conjunturais moderadamente desfavoráveis com as condições estruturais favoráveis e vice-versa. Uma vez que estes cenários estão ainda a serem construídos, não constituem elementos de análises para esta dissertação.

Propõe ainda a criação de regiões turísticas poderá auxiliar e facilitar a execução de uma política nacional de turismo:

Quadro 10: proposta de regiões turísticas

Região Norte	Região Centro Oeste	Região Sul
São Vicente	Sal	Santiago
Santo Antão	Boa Vista	Fogo
S.Nicolau	Maio	Brava
Santa Luzia		

Fonte: Master Plan, MECC

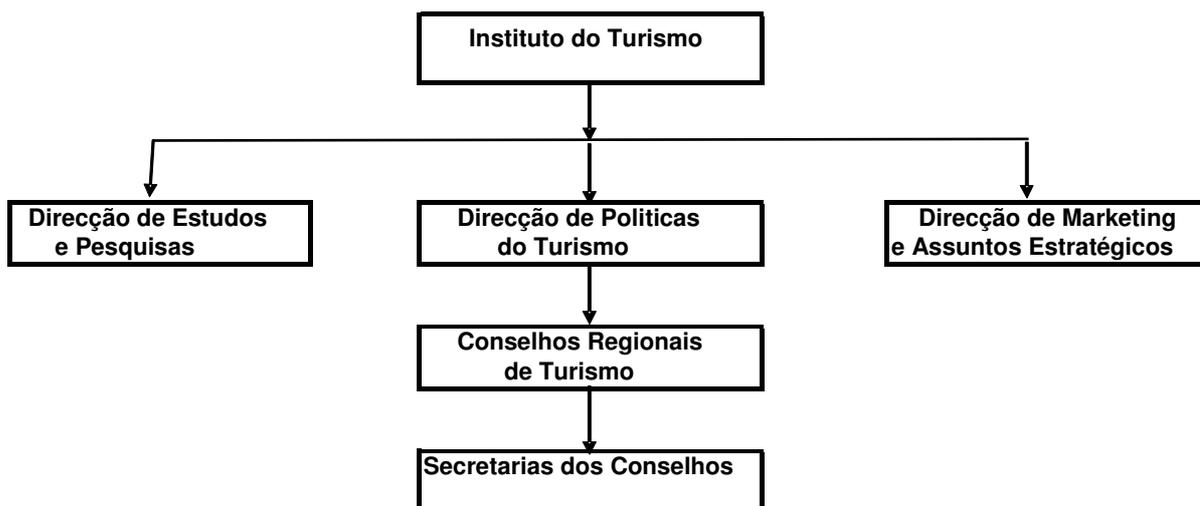
Esta divisão feita pelo Master Plan parece plausível uma vez que mostra certo equilíbrio tendo em conta o desenvolvimento económico que cada grupo aglomera. O quadro seguinte separa os produtos turísticos que cada ilha dispõe, deste modo completando o quadro acima, delineando as ofertas possíveis da particularidade das ilhas.

Quadro 11: Produtos turísticos das ilhas de Cabo Verde

Ilhas	Produtos Turísticos
Santiago	Turismo Histórico (Cidade Velha). Ecoturismo (Montanhas, Ribeiras Turismo Cultural (Música, Dança, etc), Turismo de Eventos e Negócios
S. Antão	Ecoturismo, Turismo Rural, Turismo cultural (Dança, música, etc),
B. Vista	Turismo Sol e Praia, Mergulho, Pesca desportiva
Fogo	Turismo Rural, Vulcão (principal atractivo), Turismo gastronómico, Turismo Cultural
S. Nicolau	Pesca Desportiva, Balneário Tarrafal, Turismo Rural, Turismo Cultural, Turismo Histórico
S. Vicente	Turismo Cultural (Música, cerâmica, Artesanato, etc), animação nocturna, Marina, Passagem para navios de cruzeiro
Sal	Turismo Sol e Praia, Mergulho, desportos náuticos (windsurf, surf)
Brava	Beleza Natural e potencial para desportos do mar
Sta Luzia	Deserta - pode ser explorada a partir de excursões
Maio	Observação de Aves, Dunas e Turismo Cultural

Fonte: MECC, Master Plan

O Master Plan ainda contempla a necessidade da criação de uma Estrutura Institucional do Turismo de Cabo Verde, que sintetiza no seguinte esquema:



6. O PAPEL DA UNOTUR-CTCV NO TURISMO DE CABO VERDE - III EITU UNOTUR

A UNOTUR (União Nacional dos Operadores Turísticos), uma empresa que trabalha directamente ligada ao mundo turístico do arquipélago e rege para o “Bom Turismo” nas ilhas, organizou em Outubro de 2007 o III EITU (Encontro Internacional do Turismo da UNOTUR) na ilha do Sal. Neste encontro participaram instituições públicas e privadas europeias, africanas e americanas dando cada um o seu contributo para o Turismo de Cabo Verde através de exemplos de destinos turísticos consolidados, como o caso de Macau, Canárias, Algarve, de entre outros.

A UNOTUR assumiu como a Câmara de Turismo de Cabo Verde (CTCV) desde a sua existência, daí que tem desempenhado um papel fulminante no desenvolvimento do turismo do país. Através do III EITU e das participações constata-se a função da UNOTUR no processo da actividade turística do país.

A UNOTUR tem como missão de congregar as empresas de Cabo Verde que se dedicam ao Turismo, umas mais directamente outras menos, mas todas perseguindo este desígnio nacional que é o de elevar as expectativas do nosso país através desta vasta actividade transversal que, de perto ou de longe, influencia a vida de todos os cidadãos.

De entre os objectivos, ambiciosos, desta Câmara, o de promover o debate e a reflexão sobre as melhores soluções e práticas para Cabo Verde no âmbito do Turismo é um dos mais importantes e exigentes, pela capacidade de organização que nos exige, pela implicação de todos os sectores da nossa sociedade a que obriga, pela generosidade do tecido produtivo que implica.

Na visão do presidente do conselho directivo da UNOTUR CTCV, Gualberto do Rosário, esta instituição, certamente por ter sido gerada a partir de preocupações chãs, mas nucleares de alguns actores bem conhecidos e há muito embrenhados na lenta construção da indústria do Turismo que em Cabo Verde se tem processado ao longo das duas últimas décadas, tem tido a preocupação de planear antes realizar, e a sua actuação em matéria de eventos, como em outras que fazem parte do projecto associativo, pauta-se por uma preocupação genuína em trazer valor acrescentado ao ambiente-alvo em que actua.

Centrando no III EITU segundo os participantes, Cabo Verde deve ligar o Turismo à Administração tendo em conta o “Povo”, o Património Cultural Humano e Arquitectónico. Na visão do então ministro de economia, crescimento e competitividade

José Brito é necessário trabalhar em *Cluster*, fazendo uma actuação em rede (mundo empresarial, sector público, comunidades locais).

Salienta-se a necessidade da redução do antagonismo entre os sectores público e privado, melhoria na utilização de recursos (tempo e dinheiro), clarificação do bom uso de contrapartidas mútuas e criar uma situação do “*win-win*”, ou seja em que todas as partes saem a ganhar para que o turismo se afigure como potencial meio de sucesso para o país.

No III EITU focou-se que Cabo Verde encontra-se no momento em que outros pólos de atracção turística se encontravam há vinte anos (Canárias). Aí se levantou uma questão que se considere pertinente que se leva em conta nos países que pretendem afirmar-se como destino turístico tentando atrair investimentos: “*Será que vamos atingir os limiares do exponencial turístico dessas áreas sem incorrer os mesmos erros que assolam actualmente esses territórios*”?

Para o arquitecto Luiz de Carvalho, que já trabalhou ligado ao mundo do turismo para Cabo Verde, Portugal, Angola, é necessário e urgente aprender com os erros do passado e avançar com novas propostas de um novo tipo de campo turístico que sal guarde todas as áreas do envolvimento do ser e das terras; relata ainda que é exigência pensar na urbanização turística pensando na geração vindoura para que a actividade turística não seja devastadora principalmente numa economia frágil que é Cabo Verde.

No falar de Carlos Coelho, especialista em Gestão de Marcas, que ganhou o prémio “Personalidade de Marketing do Ano 2005”, atribuído pela Associação Portuguesa dos Profissionais de Marketing, a questão de “Marca Cabo Verde” é inadiável uma vez que o que se vive hoje é praticamente tudo marca. É premente que Cabo Verde acredite em si próprio, nas suas raízes, na sua herança identitária, nas suas músicas, paisagens e singularidades de cada ilha para afigurar a sua marca.

Ainda, para o especialista deve-se investir na preservação, divulgação e construção de marcas identitárias cujos padrões de genuinidade, ambição e afirmação orgulhem o povo cabo-verdiano. A abertura do mercado turístico cabo-verdiano ao mundo não pode representar a perda da identidade nacional. Para isso é necessário competir de forma agressiva em termo de imagem e marca.

No que toca ao Marketing sublinhou-se na reunião a utilização de feiras como meio de promoção turístico e em si, também como gerador de riquezas. É uma forma de manter relações com os clientes (interacção comprador-vendedor); o produto pode ser

experimentado e avaliado nas feiras; pode-se ter informações, questionar, debater e fazer negociações *face-a-face*.

Cabo Verde deve apostar nas feiras internacionais para lançamento de produtos e consolidação de imagens de marca.

Listam-se algumas empresas que participaram no III EITU, assim demonstrando a importância que a UNOTUR CTCV possui no mundo do turismo do país aglutinando diferentes instituições. Estas se encontram ligadas ao Turismo directa ou indirectamente. A multifaceta do turismo faz com que variedades de instituições se cruzem em objectivos ligados inteiramente ao turismo. Assim temos: A Asa, Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea; GDP, SGPS - Gabinete de Desenvolvimento e Projectos, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA; A CESE, Estudos & Consultoria Lda. é uma sociedade de direito cabo-verdiano; A AMB&TUR que é uma empresa de direito cabo-verdiano fundada por privados nacionais e internacionais, cuja área de actuação é a promoção e desenvolvimento de projectos turísticos e imobiliários, com grandes preocupações ambientais; A FM Cabo Verde faz parte do Grupo Internacional FM Developments e foi criada em Abril de 2005 para actuar no ramo da imobiliária turística; Contacto Virtual, design de comunicação, que constituiu-se em Lisboa em 2000; BCA, Banco comercial do Atlântico; A Pricewaterhouse Coopers Cabo Verde mantém uma estreita colaboração com a Pricewaterhouse Coopers Portugal, prestando distintos serviços profissionais em auditoria, fiscalidade e assessoria de gestão orientados para a indústria, de forma a aumentarem a confiança pública e o valor dos seus clientes; A Soltrópico, um dos operadores turísticos estrangeiros mais conhecidos e popularizados em Cabo Verde; A SERMAQ que é uma empresa especializada na venda, aluguer e assistência técnica de equipamentos industriais para Construção Civil e Obras Públicas; A Morabitur foi constituída na Praia em 1996 com o objectivo de desenvolver actividade de operador turístico grossista, nas 3 vertentes de Receptivo, Interno e Emissor; Câmara Municipal da ilha do Sal; A CPL Events que tem vinte anos de actividade no sector de congressos. Oferecem os serviços personalizados dos quais se salientam a concepção, organização e gestão de congressos, conferências, eventos, reuniões de empresas, feiras, programas de incentivos e patrocínios, selecção de destinos e locais, negociação de contratos, soluções tecnológicas inovadoras, serviços de tradução e interpretação, consultadoria e serviços de apoio estratégico às Associações. Entre outras instituições que participaram através de congressos e exposição dos seus serviços na feira.

CAPITULO VI

1. CONCLUSÕES, CONTRIBUTOS, LIMITAÇÕES E INVESTIGAÇÕES FUTURAS

1.1. Conclusões

A presente conclusão resume o geral do trabalho abarcando os resultados obtidos em consonância com os esperados.

Difícil é a tarefa de atribuir a data certa do início do turismo em Cabo Verde. Pode-se verificar a importância que este sector foi ganhando ao longo dos tempos, principalmente a partir de 1990, tendo em conta a movimentação dos turistas, os investimentos estrangeiros no sector em questão. Investimentos estes que começaram a ser vistos a partir de 1993, momento em que o governo já tinha conseguido algumas negociações com a diáspora e criada a ZDTI's.

Inicialmente os “hotéis” eram propriedade do governo, uma vez que os estudos mostram as privatizações dos hotéis que antes serviam de alojamento às visitas oficiais ao então governo e ligações às actividades militares.

O desenvolvimento do turismo em Cabo Verde teve um percurso com altos e baixos. A necessidade de um rápido desenvolvimento de Cabo Verde depois de 1990, em que se apostou nas relações com outros países, nas cooperações públicas e privadas, os intervenientes nacionais aperceberam da importância e exigência que o turismo “reclamou” para o país. Mentalizou-se a necessidade de apostar no sector turístico para ajudar no combate à pobreza, oferecendo empregos, fazendo com que a comunidade beneficie deste sector, embora se possa observar que na prática os beneficiários são em número muito reduzidos.

As vitórias obviamente estão visíveis. Começando pelas construções, pela mão-de-obra, infra-estruturas que o sector turístico exigiu.

A veemente aposta no turismo nem sempre foi acompanhada de um estudo que pudesse detectar os problemas que daí poderiam advir. Não houve planeamentos nenhuns. O que tudo indica o turismo foi acontecendo simplesmente. Apercebeu-se das potencialidades do país e foi-se aproveitando das “sementes” que futuramente germinaria o turismo.

O não planeamento trouxe algumas consequências nefastas para o turismo. Neste caso destaca-se a ilha do Sal, que devido à crise internacional enfrenta sérios problemas.⁴⁹

Segundo as informações, chega-se à conclusão que o turismo participativo é pouco existente em Cabo Verde. Ou, melhor dizendo, não há grandes envolvimentos da comunidade local no processo do turismo, nem na tomada das decisões, nem em consultas prévias da opinião da população antes de decidir e executar os projectos. Consequentemente, no que toca aos benefícios à comunidade são insuficientes e beneficia nos empregos, embora ocupando quase sempre posições ínfimas e pouco mais.

Não há integração da comunidade no processo do desenvolvimento turístico no país. Deste modo a comunidade pode sofrer impactos desde sociais, culturais (...) ao económico. Impactos estes negativos, por não fazer uma preparação dos autóctones afim de integrarem e enquadrarem-se na nova realidade que vai crescendo no país. Quando as unidades hoteleiras praticam os serviços de “tudo incluído” a população é praticamente excluída.

No referente às estratégias dos governos para o país há divergência de opiniões. A rápida velocidade que o turismo desenvolveu, vendo a actual situação da ilha mais vocacionada para o turismo, conclui-se que houve algumas falhas; daí aceitam-se algumas falhas nas estratégias adoptadas.

Quaisquer regiões não devem depender unicamente do turismo. Tomando para a analogia a zona de Albufeira em Portugal em que se verifica a sazonalidade no inverno.

A sustentabilidade é “nova” para Cabo Verde. A sua implementação, a sua prática é quase nula.

A questão da sustentabilidade não refere somente à parte económica, mas também, social, política, cultural, ambiental... para que se atinja o equilíbrio e a tal sustentabilidade. Esta, se for posto em prática, evitará que Cabo Verde venha a cair nos erros que muitos países com vocação turística já caíram. Está em voga a expressão sustentabilidade e nomeadamente no âmbito do turismo, mas na prática não se aplica. Não se sabe ao certo qual é o significado do conceito.

É preciso mostrar mais Cabo Verde ao mundo, apostar na promoção e no marketing que até este momento considera-se ineficaz. É obrigatório criar uma imagem

⁴⁹ Não constituem objecto de análise neste estudo.

de marca e ser agressivo na promoção do país para que se torne competitivo, relacionando com outros destinos turísticos.

Todos os sectores, instituições e individualidades afirmam e sublinham a obrigatoriedade e a necessidade de apostar no relacionamento público-privado para que o sucesso repercuta para todos. É preciso harmonia e pensar num turismo para o país, para a comunidade cabo-verdiana. O público e o privado têm que complementar e não assumir posições antagónicas ou de competições. Torna-se necessário, os diversos sectores, que de uma forma ou outra lidam com o turismo (devido à transversalidade do turismo), se complementem e se harmonizem facilitando os trabalhos, eliminar as burocracias e trabalhar em prol de Cabo Verde.

No momento em que se vive a globalização o “encurtamento do planeta” torna cada vez mais uma relação de aproximação dos países. A parceria especial de Cabo Verde com a UE, no que toca ao sector turístico torna-se interessante na mobilidade dos turistas e dos cabo-verdianos a trabalharem na Europa. Todavia desconhece-se ainda aonde pode chegar esta parceria uma vez que se encontra em fase de negociações e ratificação.

No que se refere à OMC, tendo em conta as perspectivas dos entrevistados, pouco altera o cenário turístico directamente, contudo, prevê-se uma harmonização dos preços dos produtos, favorecendo uma competitividade em pé de igualdade com outros membros da OMC.

Quanto ao País de Desenvolvimento Médio, esta categoria constitui um desafio para o país. Desafio para manter no grupo e desafio para melhorar os índices que favorecem esta categoria.

A Cidade Velha como Património da Humanidade constitui uma oportunidade para uma forte aposta no turismo de modo a fazer com que Cidade Velha, Património da Humanidade, cativa os turistas que procuram os lugares com o referido destaque. É mais um motivo para prevalecer e investir num diferente tipo de turismo de modo a dar alternativas para os turistas que interessem para o turismo Histórico-Cultural, (...).

A questão de segurança é o ponto forte para que o turismo mantenha como um dos motores do desenvolvimento e mais um meio de combate à pobreza. De um modo geral, este ponto não é motivo de muita preocupação para o país, visto que Cabo Verde goza de uma estabilidade política, ausência de conflitos sociais e reina uma paz considerada.

Surgiram algumas ondas de crime, que levantaram algumas preocupações que estão sendo tomadas medidas de modo a garantir o conforto e a segurança tanto aos turistas como à comunidade. É urgente ter em relevância este flagelo antes que se alastre e venha a ser incontrolável.

O profissionalismo é sem margem de dúvida o ponto certo para que o turista se sinta satisfeito. Este ponto constitui uma das lacunas no país. É conveniente apostar nas formações e fazer com que o cabo-verdiano se sinta orgulhoso em servir, em dar informações e os demais serviços que o sector exige. Toda a esperança está debitada na EHTCV.

É comum ouvir falar nas ilhas de “Morabeza”, que significa simpatia, hospitalidade, bem receber (...). Conforme se afirma, já houve tempos melhores, mas, opondo a esta perspectiva, temos afirmações que salvaguardam esta característica dos cabo-verdianos. Resumindo, é necessário aliar a “Morabeza” ao profissionalismo.

Numa visão geral, o planeamento para o turismo é urgente para que Cabo Verde se consolide como destino turístico. Deve-se ordenar o território e planejar o turismo centrando mais nos benefícios para a comunidade cabo-verdiana e não ver as grandes construções de empreendimentos como meio de ilustrar em como o turismo pode ser motor de desenvolvimento e meio de combate à pobreza no arquipélago.

Em geral, no que tange os objectivos e hipóteses traçados, lembrando que o objectivo geral era descrever o processo do desenvolvimento turístico de Cabo Verde a partir da abertura política (1990) à actualidade, julga-se ficar claro um início de turismo antes de 1990, contudo revela-se uma viragem no processo em geral a partir da abertura política.

Foram os investimentos estrangeiros, a abertura às cooperações e as privatizações que vieram dar um novo rumo ao turismo e ao desenvolvimento do arquipélago no seu todo, embora, perante frágeis condições ligadas às infra-estruturas, higiene e os demais serviços que o turismo exige, o país deu provas de ser um futuro destino turístico.

As circunstâncias naturais, a situação geográfica, inicialmente foram os pontos fortes a atraírem os visitantes. Nem todas as ilhas foram afortunadas para o turismo, apesar de, destacar a vocação turística de cada uma das ilhas marcada pela singularidade. Os centros de maiores desenvolvimentos constituíram meios de

desenvolvimento do sector turístico e consequentemente junto com outras infra-estruturas que o turismo foi exigindo.

A ilha do Sal, devido à presença do aeroporto internacional ganhou um dinamismo que as outras não conseguiram até hoje. As suas condições geográficas, por ser uma ilha plana, de águas límpidas e areais brancas foram pontos chaves. A ilha de Santiago, pela concentração das instituições, da maioria das empresas, os Patrimónios da Cidade Velha, os Picos da Serra Malagueta e por possuir a cidade capital, também desenvolveu-se a nível do turismo aproveitando um turismo de carácter histórico-cultural, de montanhismo, praia&sol (...) deram impulso ao turismo.

Por sua vez a ilha de São Vicente verificou-se um dinamismo. A existência do porto de “Porto Grande”, desde sempre constituiu um ponto de desenvolvimento. As ilhas de Boa Vista e Maio constituem as apostas actuais e futuras do turismo, começando por aproveitar as características parecidas à ilha do Sal e outras singularidades que possuem. Em Santo Antão descobre-se a cada dia um turismo voltado para a Natureza (ecoturismo, montanhismo entre outros). A ilha do Fogo, pela existência do Vulcão e suas culturas singulares faz a cada dia uma ilha turística por explorar.

As ilhas de São Nicolau e Brava são as que menos tem desenvolvido desde muitos anos, embora convence-se das suas potencialidades e singularidades. Por último, a ilha de Santa Luzia, desabitada, constitui a esperança do Turismo de Natureza, como um parque natural que será protegido pelas espécies animais e vegetais únicos ali existentes.

Das estratégias levadas em conta desde a altura afirma-se que o país foi-se desenvolvendo sem estratégias e planeamentos. Tudo indica que as condições que Cabo Verde possuía foi sendo aproveitadas, pensando somente no lado positivo sem monitorizar as consequências negativas.

Os impactos que advieram foram marcantes até hoje no desenvolvimento do turismo. Forçou a um desenvolvimento quase sem controlo, embora foram criadas as ZDTI's, mas pensou mais nas construções de hotéis e empreendimentos.

Levando em consideração o objectivo específico que sublinha os impactos do Turismo na comunidade cabo-verdiana na perspectiva das instituições, de início foca-se um descontentamento da maioria dos entrevistados. Alguns revelam-se um não envolvimento da comunidade desde a tomada das decisões até à implementação,

acabam por repercutir na sociedade negativamente. Apresentam os impactos sociais e culturais pouco favorecidos à comunidade, daí a necessidade urgente de planear o turismo com vista a combater a pobreza, tendo como núcleo a comunidade.

Por outro lado alguns mostram-se optimistas e salvaguardam a necessidade de apostar num turismo de massa, embora sabendo a possibilidade de ter um impacto negativo na comunidade, pois é preciso dar a conhecer o destino. Ainda salientam a obrigatoriedade de apostar na formação dos profissionais da área para uma melhor integração e tirar mais benefícios.

Num terceiro momento, o objectivo específico levanta a questão do conhecimento e compreensão do relacionamento público-privado no âmbito do desenvolvimento do turismo no país, a experiência e os resultados desta cooperação ilustram o sucesso. Afirmam os entrevistados a obrigatoriedade de manter e reforçar este protocolo de modo a complementarem um ao outro (sector público e privados).

Desde 1990 Cabo Verde viveu de cooperações, privatizações e relações entre público e privados embora inicialmente com estrangeiros. É necessário agarrar nos sectores privados dos nacionais e fazer esta relação mais intensa e apostar num trabalho único, com o fim voltado para a comunidade.

Numa Era de globalização prevalece o sucesso da união das forças, daí apostar cada vez mais na força que pode resultar dos dois sectores em causa. Ficou claro a necessidade do sector público facilitar algumas transacções do privado. A Lei da Utilidade Pública criada, foi sem dúvida um ponto forte que mostra o entrelaçamento do sector público e privados para o bem do país.

Num remate final, o Turismo foi e continua a ser um dos motores do desenvolvimento de Cabo Verde e um meio de combate à pobreza. Com o turismo surgiram muitas infra-estruturas básicas como vias de comunicação, transportes, aeroportos internacionais, hospitais, pequenas casas comerciais de artesanatos, de gastronomias tradicionais, investimentos em formações, criações de cursos de turismo em instituições superiores e uma forte aposta da comunidade nas formações na área.

Contudo a dissertação deixa claro a necessidade de planear e executar estratégias para o turismo de modo a evitar consequências menos desejadas. Até o presente momento o modo como o turismo tem-se desenvolvido não é o ideal.

1.2. Contributos

O trabalho realizado para a presente dissertação possui um carácter exploratório e descritivo o que permite dar um conhecimento do desenvolvimento do turismo em Cabo Verde na sua perspectiva mais ampla e generalizada do desenvolvimento.

A dissertação desenha o cenário do desenvolvimento do turismo em Cabo Verde a partir da abertura política à actualidade, fazendo realce para a importância da comunidade, realce para a adequação das estratégias à realidade do país, realce para as perspectivas de várias pessoas ligadas ao mundo do turismo em Cabo Verde desde os que vivenciaram antes da década 90 aos actuais actores do sector. Tem maior incidência o novo milénio.

1.3. Limitações

No que toca as limitações faz-se uma divisão em duas partes:

A primeira refere às limitações da investigação desde os primeiros momentos. Nesta fase começa-se por referir aos primeiros momentos da pesquisa no terreno (Cabo Verde) em que se verificou algumas dificuldades do candidato em inteirar-se de algumas realidades do país devido à estadia na diáspora durante praticamente sete anos. Dificuldades nos contactos com as instituições e as demais pessoas consideradas potenciais informantes.

O factor tempo constituiu uma das maiores entraves para a realização do trabalho. Inicialmente perdeu-se algum tempo e as deslocações a lugares distantes não ajudaram. Paralelamente ao tempo se encontra a questão do arquipélago possuir ilhas com certas distâncias, o que dificulta a deslocação para um trabalho de campo, ainda mais quando não se tem patrocínios para a realização das pesquisas, uma vez que os recursos financeiros não favorecem.

As bibliografias foram também uma das limitações para a realização do trabalho. A maioria dos documentos de carácter geral foram possível adquirir em Portugal, o que fazia perder um pouco de tempo até à chegada. Nos de carácter específico do turismo em Cabo Verde a própria sobre-informação constituiu o nevoeiro informacional.

A conciliação do tempo para a investigação e do trabalho que o candidato vinha exercendo tornou-se desgastante. E por último, a orientação à distância possui sempre algumas desvantagens, embora destaca-se a ligação com o orientador sempre que solicitado.

Na segunda parte fala-se das limitações em relação à própria tese. Por ser uma investigação de carácter exploratório possui alguns aspectos que foram poucos aprofundados, embora não constituíram os objectivos da dissertação.

A abrangência do trabalho pode apresentar algumas lacunas pela insularidade do país aglomerado aos escassos recursos financeiros não possibilitaram a deslocação a todas as ilhas.

Os dados referentes a 1990 até 2000 foram as mais escassas devido à não conservação dos documentos e principalmente em suporte digital.

Os vários acontecimentos relacionados com o turismo não foi possível o acompanhamento e em principal a “Expotur 2009” que realizou-se em São Vicente nos finais de Setembro.

1.4. Investigações futuras

Referente às investigações futuras ficam muitos campos em aberto para um estudo mais aprofundado, visto a obrigatoriedade da presente dissertação focar a parte exploratória a fim de familiarizar primeiramente com o tema.

Assim, propõe-se alguns pontos para um trabalho futuro, mas deixando subentendido vários outros pontos de estudo:

- Os impactos do Turismo na Comunidade Cabo-verdiana;
- O Turismo em Cabo Verde – o caso da ilha do Sal;
- A satisfação dos turistas em Cabo Verde;
- Ecoturismo e Turismo Étnico em Cabo Verde.

Referências e Bibliografias

BELL, Judith, (2004) *Como Realizar um Projecto de Investigação*, 3ª ed. Lisboa: edição Gradiva.

CABO VERDE, (2007/2008) *Empresas Marcas & Instituições*, in “Anuário 2007/2008”, Praia, ed. MGF – Investimentos, Estudos e Gestão, S.A.

CABRAL, José Carlos (2005), *Papel do Turismo no Desenvolvimento de Cabo Verde. Turismo e Combate à Pobreza:”Nu djunta-mô”*, Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Técnica de Lisboa.

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro, (1998) *Metodologia da Investigação, Guia para Auto-Aprendizagem*, Lisboa: ed. Universidade Aberta.

CHEFIA DO GOVERNO, (2002) *As grandes opções do plano*, “Participação do Governo no debate parlamentar”, Praia: ed. Chefia do Governo.

CUNHA, Licínio (2003), *Introdução ao Estudo do Turismo*, Lisboa – São Paulo: Ed. Verbo.

_____ (2006), *Economia e Política do Turismo*, Lisboa: editorial Verbo.

DIAS, Reinaldo (2003), *Sociologia do Turismo*, São Paulo: editora Atlas S.A.

ECO, Umberto (2007), *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*, 13ª ed Lisboa: Editorial Presença.

ÉVORA, Roselma (2001), *Abertura Política e o processo de transição democrática em Cabo Verde*, Mestrado em Ciência Política, Universidade de Brasília.

GUIA TURÍSTICO (2009), Cabo Verde: ed. Cabo Verde Investimentos (C.I.).

LEIPER, Neil (1990), *The Tourism System*, Massey University Press.

MAANEN, John Van, (1979), *Qualitative Methodology*, E.U.A.: Sage publications.

MAIA, Rui Leandro (Coord). (2002), *Dicionário de Sociologia*, “Dicionários Temáticos”, Porto: ed. Porto editora.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria (2008), *Metodologia do Trabalho Científico*, 7ª São Paulo: ed. Atlas S.A.

MARUJO, Maria Noémi (2008) *Turismo & Comunicação*, Castelo Branco: RVJ Editores.

_____, (2005), *Revista Turismo*, Turismo e Desenvolvimento, vol. II, nº 2, Ed./Impressão:2005, Associação de Gestão e Planeamento em Turismo na Universidade de Aveiro.

MARUJO, Mª Noemi, RAMOS F. Martins e CALIXTO José (2008), *Actas do Encontro Transfronteiriço, Turismo Rural/Cultural e Desenvolvimento Sustentável*, Publicações Reguengos de Monsaraz: Município.

MOREIRA, Carlos Diogo (2007), *Teorias e Práticas de Investigação*, Lisboa: ed. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

NICOLAU, Isabel (2001), *O Conceito de Estratégia*, Lisboa: ISCTE.

NOGUEIRA, Oracy (1969) *Pesquisa Social – Introdução às suas técnicas*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

PITÉ, Jorge, *Dicionário breve de Sociologia* (s/d).

RAMOS, F. Martins e SILVA, Carlos (org.) (2002/2005), *Sociologia em Diálogo*, Publicação Évora, Departamento de Sociologia, Universidade de Évora.

RAYMOND, Quivy e CAMPENHOUDT, Luc Von, (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.

SANTANA, Agustín (1997), *Antropologia y turismo*, Barcelona: Editorial Ariel.

SARMENTO FERREIRA, Eduardo M.M.M. (2008), *O Turismo Sustentável – “como factor de desenvolvimento das pequenas economias insulares: o caso de Cabo Verde”*, Lisboa: edições Universitárias Lusófonas.

SOLÁ, Eduardo Favos e GEE, Chuck, (2003), *Turismo Internacional, Uma Perspectiva Global*, Brasil: Editora Bookman.

SIERRA BRAVO, R.(1999), *Tesis Doctorales y trabajos de Investigación Científica*, Madrid: editorial Paraninfo.

VAIA DOS REIS, Vítor Manuel; (2000), *Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a Independência*, Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão, Lisboa.

VIEIRA, João Martins (2007), *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo, uma perspectiva estratégica*, Lisboa-São Paulo: Ed. Verbo.

SITIOS

<http://www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?cod=8602613&indice=20&canal=156>

17/08/09 12:35mn

http://www.alfandegas.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=71 17/08/09
13:05mn

Camara de Comércio, Industria e Turismo de Portugal e Cabo Verde,
<http://www.google.com/search?hl=pt-PT&q=parceria+cabo+verde-uniao+europeia&lr=&aq=o&oq=> em 17/08/09 às 11:50mn- Cabo Verde.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Pa%C3%ADs_em_desenvolvimento

Anexos

Anexo 1: Guião de entrevista

1. A partir de 1990 (abertura política) Cabo Verde abre-se aos investimentos estrangeiros, às cooperações e às privatizações, nisto o sector turístico não ficou equidistante.
 - a. Faça um apanhado geral do desenvolvimento do Turismo a partir da abertura política a actualidade, focalizando os pontos negativos e positivos desse desenvolvimento.
2. Como vê a participação e o envolvimento da comunidade cabo-verdiana no mundo do Turismo no país? Beneficiam deste sector? Em que medida?
3. Considera que as estratégias adoptadas pelos governos desde a data em questão enquadram-se na realidade do país?
 - a. Na sua opinião, os governos preocuparam com a integração da comunidade no processo do desenvolvimento turístico do país? E quais são os impactos do Turismo na comunidade cabo-verdiana?
4. O turismo e a sustentabilidade em Cabo Verde. Comente.
5. A promoção e o Marketing para o país são suficientemente eficazes? Se não, o que falta?
6. Elucide sobre o relacionamento público-privado no âmbito do Turismo.
 - a. Considera a necessidade desta relação para o sucesso do Turismo no país?
7. Cabo Verde tem conquistado ultimamente alguns privilégios entre os quais a entrada para a Organização Mundial do Comércio (OMC), parceria especial com a União Europeia (UE), entrada para o grupo dos Países do Desenvolvimento Médio (PDM) e por último como Património da Humanidade.
 - a. Comente estes factores fazendo referência à importância que têm para o desenvolvimento do turismo no arquipélago e em relação ao estrangeiro.
8. A segurança é essencial para que um destino turístico se consolide. Em que medida este factor está afectando o Turismo no país?
9. Considera necessário maior profissionalismo dos trabalhadores da área no país para o sucesso do Turismo? Fale sobre a situação actual no que refere à formação.
10. E a hospitalidade dos cabo-verdianos?

11. Que sugestões deixa para o sucesso do Turismo em Cabo Verde a médio e longo prazo?
12. Existe mais algum assunto que queira fazer referência em relação ao Turismo no país?

Muito obrigado pela sua disponibilidade.

Anexo 2 – Entrevista do jornal “A Nação” ao Director da DGD

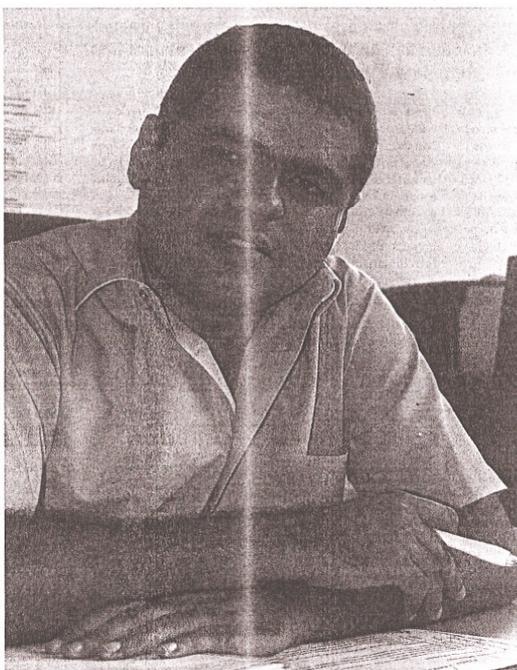
Desenvolvimento**Articulação entre agentes do Turismo pode ser chave para o sucesso**

Esta é a impressão deixada pelo novo director-geral do Desenvolvimento Turístico (DGD), Carlos Pires Ferreira, em entrevista ao Jornal A NAÇÃO, que acredita numa maior articulação e engajamento dos diferentes agentes do sector como caminho para a concretização do projecto global de um Turismo integrado e sustentável para Cabo Verde. A par desta interactividade, Carlos Pires Ferreira dá conta da revisão da legislação aplicável ao Turismo e traça as novas medidas do Governo para este sector, como o "Master Plan", (que deve estar pronto em dois meses), assim como o Plano Nacional de "Marketing" do Turismo e o mesmo Observatório. Pires Ferreira defende, ainda, a necessidade de se criar uma imagem de marca de Cabo Verde, enquanto destino turístico de Qualidade e Diferenciado, evitando assim que cada um "comercialize" o destino Cabo Verde conforme quiser, sem obedecer a "critérios" pré-estabelecidos.

Gisela Coelho

A NAÇÃO - Quais as linhas estratégicas da nova Direcção-Geral do Desenvolvimento Turístico?

Carlos Pires Ferreira - Os desafios neste sector são inúmeros. O Turismo é um sector de inegável importância estratégica para Cabo Verde. Não é um sector fácil, dada a sua transversalidade e ligações estratégicas com outros sectores da economia. O Governo irá concluir brevemente o processo de revisão das leis relativamente ao Turismo, de modo a dotar o país de um quadro jurídico e regulamentar claro, forte e moderno, sem que o mesmo ponha em causa a competitividade do sector, nem tão pouco a qualidade dos



serviços e produtos que são prestados e oferecidos aos turistas, quer os nacionais, quer os estrangeiros. Neste particular, destacamos, entre outros, o decreto-lei que regula as actividades das Agências de Viagens e Turismo, a revisão do decreto-lei sobre o Estatuto da Indústria Hoteleira e Similar, o que regula a actividade dos prestadores de serviços, bem como o diploma que define e regula o Turismo no Espaço Rural. Por outro lado, iniciará-se uma discussão interna no sentido de se começar a pensar na criação de novos diplomas que permitam uma maior monitorização e controlo da actividade turística, nomeadamente no que toca à certificação dos prestadores de serviço. O Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade está a iniciar o processo de elaboração do Documento de Política Nacional do Turismo, instrumento fun-

damental e orientador de toda a actuação no sector. Depois temos também o Master Plan do Turismo e o Código de Conduta do Turismo, que constituem, igualmente, prioridades da política nacional para o sector. Outrossim, é fundamental darmos passos decisivos no sentido de se criar uma imagem de marca de Cabo Verde enquanto destino turístico de Qualidade e Diferenciado, evitando assim que cada um "comercialize" o destino Cabo Verde conforme quiser, sem obedecer a "critérios" pré-estabelecidos. Vai ser levado a cabo todo um trabalho de marketing, que será consubstanciado num Plano Nacional de Marketing do Turismo, valorizando não só as potencialidades de Cabo Verde, no seu todo, mas também ressaltando a riqueza e oferta de cada ilha do arquipélago. Precisamos diversificar a nossa oferta de produtos

turísticos, fazendo apelo à inovação, de modo a explorarmos todo o potencial de riqueza que o nosso país encerra.

E como diversificar?

A acção do Governo será no sentido de se dinamizar o turismo doméstico, numa lógica de "ir lá fora cá dentro". Por outro lado, precisamos consolidar os nossos mercados emissores tradicionais bem como estimular e explorar novos mercados, para que, em momentos de crise, o país não fique demasiadamente exposto aos efeitos da crise nos mercados tradicionalmente emissores de fluxo turístico. E, para tal, uma das apostas terá que ser, inequivocamente, na qualidade e na diversificação. Não poderemos oferecer ao turista apenas sol e praia. Temos que fazer apelo à criatividade, inovação e oferecer Cabo Verde, no seu todo. Nesta ordem de ideias, o nosso Ministério irá promover a realização de vários estudos de mercado e Planos Estratégicos nas áreas do Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo Cultural, Desportivo, de Cruzeiros, de Saúde, MICE (Meetings, Incentives, Congresses and Events), Turismo Doméstico e VFR (Visiting Friends and Relatives), entre outros. É preciso que maximizemos os efeitos positivos e multiplicadores da actividade turística, não só de forma a contribuir para o crescimento da nossa economia, mas também de modo a contribuir significativamente para a luta contra a pobreza. Uma outra questão a que daremos igualmente muita importância é a operacionalização do Observatório do Turismo, de modo a permitir um seguimento mais periódico da evolução do sector e, em conformidade, actuarmos sempre que necessário, quando por exemplo, se detectam desvios relativamente aos resultados pretendidos. Por último, mas igualmente fundamental, precisamos recenter e consolidar parcerias existentes bem como estabelecer novas parcerias, pois só assim poderemos vencer os desafios.

"Turismo sustentável deve ser visto como projecto político e não partidário"

Quais as competências e obrigações da DGD, neste processo de desenvolvimento turístico que o país atravessa?

Estamos cientes dos desafios que temos pela frente e que se está a mobilizar esforços com vista a enfrentá-los e a vencê-los. Sabemos que encontraremos obstáculos. Caberá a nós, DGD, parceiros e agen-

Desenvolvimento

tes do sector, contornamos estes obstáculos. O projecto de construção de um desenvolvimento sustentável do turismo é tarefa de todos, e o mesmo deverá ser visto como um projecto político e não partidário. Todos nós devemos nos unir, abraçando esta causa. A DGGT, enquanto entidade responsável pelas actividades ligadas ao turismo, por um lado, e pela concepção, execução e avaliação da política de turismo do Governo, por outro, tem por obrigação desenvolver sinergias positivas no sector, de modo a nos posicionarmos para ganhar as oportunidades, numa altura em que o Mundo atravessa uma crise.

Cabe ou não à DGGT ter em conta as questões sociais como a problemática do bairro "Barraca" - na Boa Vista -, para evitar que os trabalhadores deslocados para a construção dos empreendimentos turísticos, comecem a construir novos bairros similares à "Barraca", como pode vir acontecer em Lacação, onde já estão em curso as obras do segundo "Rua" - na ilha da Boa Vista?

A situação do bairro da "Barraca" não é de todo desejável, além de dar uma má-imagem para o turista que nos visita. O Governo tudo fará para, em articulação com as autoridades com competências na matéria, encontrar uma solução para este problema e, sobretudo, evitar que este fenómeno se replique em outras zonas de desenvolvimento turístico, com a aprovação e implementação de novos projectos turísticos, não só na Ilha da Boa Vista, mas também em outras ilhas e regiões do país.

Fala-se muito em turismo integrado e sustentável para Cabo Verde, mas na prática, ainda se está longe de concretizar esse objectivo. Qual a sua posição neste campo?

Já se esteve mais longe de concretizar este objectivo. O desenvolvimento sustentável é um processo que leva o seu tempo, sobretudo num país onde os recursos são limitados e as prioridades inúmeras. A preocupação para um turismo sustentável está sendo abordada de uma forma mais séria e o Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade de tudo fará para que, ao mesmo tempo que se promove o investimento privado no turismo, nomeadamente os grandes empreendimentos turísticos e hoteleiros, se invista fortemente na diversificação da oferta e produtos turísticos. Isto passa por uma aposta nas potencialidades das outras ilhas, nomeadamente as voltadas para um turismo rural, gerando assim os tais desejados efeitos multiplicadores, possibilitando não só uma maior contribuição para o Produto Interno Bruto, mas também fazer com que as popula-

ções mais desfavorecidas beneficiem dos efeitos positivos do turismo. A nossa postura será a de promover esse tal desenvolvimento integrado e sustentável do país, pela via do desenvolvimento de acções em matéria de turismo.

INTEGRAÇÃO DA POPULAÇÃO PASSA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUALIDADE

Como se pretende integrar as populações locais no processo de desenvolvimento do turismo, principalmente, em ilhas como Maio e Boa Vista, a fim de se evitarem erros como o do Sal?

A articulação com todos os actores do sistema é fundamental, para que se maximizem os efeitos positivos do turismo, por um lado, e se minimizem os efeitos negativos, por outro lado. É também necessário criar infra-estruturas de

maior integração relativamente ao processo de desenvolvimento do turismo.

Já que falamos do Sal: há planos para combater ou minimizar a crise turística que assola a ilha?

Há um conjunto de medidas urgentes que o Governo irá tomar, nomeadamente no Sal. Existe uma lista de prioridades, identificada e elaborada em conjunto com as partes interessadas, a qual, de acordo com as prioridades e possibilidades imediatas, serão implementadas. Em linhas gerais, os problemas identificados giram à volta da questão da segurança, saneamento, saúde, iluminação pública e acesso aos hotéis, sobretudo em Santa Maria. Contudo, deve-se alertar para o facto de os problemas na ilha do Sal não se resumirem somente a estes aspectos. Há muito



questões caras ao desenvolvimento turístico. Muitos outros se seguirão, concretamente.

Como vai ser a vossa relação/cooperação com entidades da área, como a UNOTUR, a APTCV e a PROMITUR?

A DGGT, para implementar o Programa de Governo em matéria do Turismo, corta estabelecer uma forte parceria estratégica com várias instituições, quer sejam públicas ou privadas, ou público-privadas. Ao longo dos meses de Julho, e, talvez, Agosto, a DGGT irá estabelecer os primeiros contactos com estas entidades, mas também com a CI, Sociedade de Desenvolvimento Turístico Integrado da Boa Vista e Maio, do Instituto Marítimo Portuário, a Associação de Agências de Viagens e Turismo de Cabo Verde, o Instituto Nacional de Estatísticas, o Banco de Cabo Verde, o Serviço de Emigração e Fronteiras, a Rádio Televisão Caboverdeana, as Transportadoras Aéreas, a Associação Nacional dos Municípios e Pelouros das Câmaras Municipais "responsáveis" pela área do Turismo, as Universidades Públicas e Privadas, a Plataforma das ONG's, o PNLB, o Ministério do Ambiente, entre muitos outros. Por outro lado, e porque desenvolver o sector demanda um orçamento reforçado, iremos mobilizar recursos junto dos nossos parceiros de desenvolvimento, apresentando projectos e programas concretos, com impacto directo na melhoria da qualidade do turismo que é praticado em Cabo Verde. Aliás, o sucesso do sector passará, não somente pela implementação da política do Governo para o Turismo, mas também, e em grande medida, pela articulação que se venha a fazer com todos os sectores da sociedade civil, dado ao carácter transversal do sector.

"O Governo irá concluir, brevemente, o processo de revisão das leis relativamente ao Turismo, de modo a dotar o país de um quadro jurídico e regulamentar claro, forte e moderno, sem que o mesmo ponha em causa a competitividade do sector"

apoio ao turismo, de modo a fazer com que, por um lado, o turista tenha a possibilidade de usufruir de lazer nos "centros urbanos". Por outro lado, é preciso cuidar de aspectos relacionados com a segurança, as acessibilidades, a prestação de cuidados de saúde, a capacidade instalada em termos de fornecimento de energia e água, entre outros. Ademais, a população dessas ilhas terá que estar preparada para não só receber bem o turista, quer seja ele nacional ou estrangeiro, mas também oferecer um serviço de qualidade e diferenciado. Neste mundo cada vez mais global e menos local, onde a competitividade é um dos pilares do desenvolvimento, não restam dúvidas de que Cabo Verde só ganhará se oferecer qualidade nos serviços prestados e diversidade na oferta e produtos turísticos. A população local deverá sentir-se como parte integrante deste desenvolvimento turístico. Para tal, o Governo pretende levar a cabo um conjunto de acções no sentido de estimular o desenvolvimento de parcerias com associações locais, em estreita articulação com outras instituições, de modo a promover actividades que fomentem a criatividade da população local, com vista a uma

trabalho a ser feito em matéria de sensibilização, inovação e pro-actividade, bem como de melhoria das estruturas e de aumento da qualidade dos serviços prestados. Mas reiteramos aqui que o Governo está engajado no sentido de ultrapassar os problemas identificados na Ilha do Sal, e isso em estreita articulação com os demais agentes do sector.

PARCERIA COM A CABO VERDE INVESTIMENTOS É CRUCIAL

Até onde vai o vosso poder em questões relacionadas com a construção de grandes empreendimentos e "resorts" turísticos no arquipélago?

É fundamental uma relação, diria simbiótica, com a Cabo Verde Investimentos (CI), desde que é apresentado um projecto pelo promotor, até à sua aprovação. Estamos convictos de que as relações entre esta Direcção Geral e o Conselho de Administração da CI serão as melhores possíveis. Pelo menos, esta será a nossa postura e penso que a da CI, também. Tivemos há já alguns dias um pequeno encontro, de cortesia é certo, contudo aproveitou-se o momento para se falar de

APÊNDICES

Quadro 0

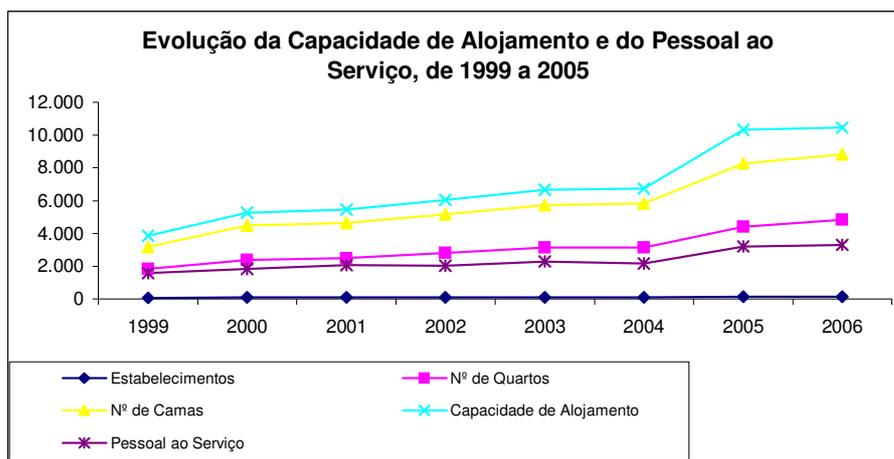
EVOLUÇÃO DO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS, CAPACIDADE E PESSOAL AO SERVIÇO

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Estabelecimentos	79	88	88	93	105	108	132	142
Nº de Quartos	1.825	2.391	2.489	2.820	3.146	3.150	4.406	4.836
Nº de Camas	3.165	4.475	4.628	5.159	5.715	5.804	8.278	8.828
Capacidade de Alojamento	3.874	5.249	5.450	6.062	6.682	6.749	10.342	10.450
Pessoal ao Serviço	1.561	1.845	2.046	2.043	2.281	2.165	3.199	3.290

Fonte: INE

EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DA CAPACIDADE DE ALOJAMENTO E DO PESSOAL AO SERVIÇO

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Estabelecimentos	-	11,4	0,0	5,7	12,9	2,9	22,2	7,6
Nº de Quartos	-	31,0	4,1	13,3	11,6	0,1	39,9	9,8
Nº de Camas	-	41,4	3,4	11,5	10,8	1,6	42,6	6,6
Capacidade de Alojamento	-	35,5	3,8	11,2	10,2	1,0	53,2	1,0
Pessoal ao Serviço	-	18,2	10,9	-0,1	11,6	-5,1	47,8	2,8



Fonte: INE

Quadro 1 : Estabelecimentos de alojamento disponíveis segundo o tipo, por Ilha

<i>Ilha</i>	<i>Tipo de Estabelecimento</i>													
	Hotéis		Pensões		Pousadas		Hotéis-apartamentos		Aldeamentos Turísticos		Residenciais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
S. Antao	2	6	9	20	0	0	0	0	0	0	8	20	19	13
S.Vicente	3	9	7	15	0	0	1	11	0	0	9	23	20	14
S. Nicolau	0	0	3	7	1	14	0	0	0	0	2	5	6	4
Sal	14	40	6	13	2	29	4	44	1	20	7	18	34	24
Boavista	4	11	2	4	0	0	1	11	2	40	5	13	14	10
Maio	1	3	1	2	0	0	0	0	1	20	0	0	3	2
Santiago	10	29	9	20	2	29	2	22	1	20	7	18	31	22
Fogo	1	3	6	13	1	14	1	11	0	0	1	3	10	7
Brava	0	0	3	7	1	14	0	0	0	0	1	3	5	4
TOTAL	35	100	46	100	7	100	9	100	5	100	40	100	142	100
%	25		32		5		6		4		28		100	

Fonte: INE

Quadro 2 : Quartos disponíveis segundo o tipo de estabelecimento por Ilha

<i>Ilha</i>	<i>Tipo de Estabelecimento</i>													
	Hotéis		Pensões		Pousadas		Hotéis-apartamentos		Aldeamentos Turísticos		Residenciais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
S. Antao	46	2	105	21		0		0		0	64	15	215	4
S.Vicente	194	6	106	21		0	20	9		0	103	25	423	9
S. Nicolau		0	38	8	6	7		0		0	13	3	57	1
Sal	1995	65	61	12	49	55	140	63	338	60	90	22	2673	55
Boavista	408	13	23	5		0	24	11	118	21	41	10	614	13
Maio	12	0	14	3		0		0	42	7		0	68	1
Santiago	355	12	82	16	15	17	23	10	63	11	84	20	622	13
Fogo	39	1	54	11	11	12	15	7		0	8	2	127	3
Brava		0	17	3	8	9		0		0	12	3	37	1
TOTAL	3.049	100	500	100	89	100	222	100	561	100	415	100	4.836	100
%	63		10		2		5		12		9		100	

Fonte: INE

Quadro 3 : Camas disponíveis segundo o tipo de estabelecimento0 por Ilha

<i>Ilha</i>	<i>Tipo de Estabelecimento</i>													
	Hotéis		Pensões		Pousadas		Hotéis-apartamentos		Aldeamentos Turísticos		Residenciais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
S. Antao	78	1	145	20		0		0		0	87	14	310	4
S. Vicente	384	6	149	21		0	31	9		0	147	23	711	8
S. Nicolau		0	54	8	6	4		0		0	19	3	79	1
Sal	4059	68	93	13	96	63	229	63	584	58	158	25	5219	59
Boavista	772	13	42	6		0	48	13	246	24	60	9	1168	13
Maio	24	0	25	4		0		0	84	8		0	133	2
Santiago	580	10	102	14	27	18	35	10	95	9	134	21	973	11
Fogo	56	1	83	12	16	10	20	6		0	13	2	188	2
Brava		0	19	3	8	5		0		0	20	3	47	1
TOTAL	5.953	100	712	100	153	100	363	100	1.009	100	638	100	8.828	100
%	67		8		2		4		11		7		100	

Fonte: INE

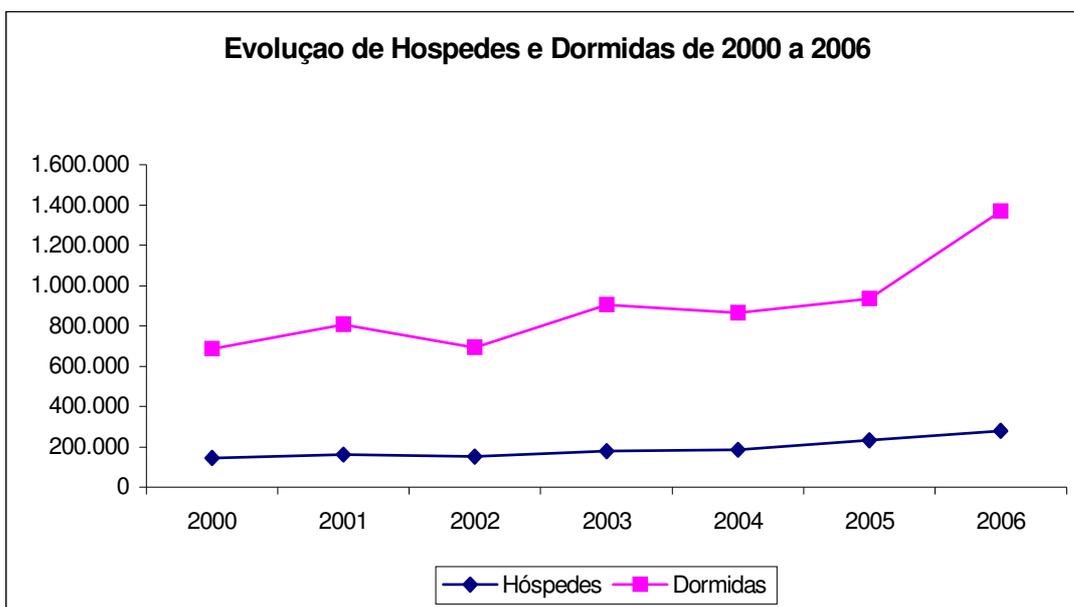
Quadro 4 : Capacidade de alojamento disponível segundo o tipo de estabelecimento por Ilha

<i>Ilha</i>	<i>Tipo de Estabelecimento</i>													
	Hotéis		Pensões		Pousadas		Hotéis-apartamentos		Aldeamentos Turísticos		Residenciais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
S. Antao	100	1	206	21		0		0		0	120	15	426	4
S. Vicente	426	6	205	21		0	40	8		0	207	25	878	8
S. Nicolau		0	68	7	10	4		0		0	26	3	104	1
Sal	4336	64	124	13	169	70	365	69	676	59	184	22	5854	56
Boavista	1064	16	46	5		0	48	9	246	22	75	9	1479	14
Maio	24	0	28	3		0		0	84	7		0	136	1
Santiago	716	11	158	16	30	12	44	8	134	12	170	21	1252	12
Fogo	81	1	104	11	22	9	30	6		0	16	2	253	2
Brava		0	34	3	10	4		0		0	24	3	68	1
TOTAL	6.747	100	973	100	241	100	527	100	1.140	100	822	100	10.450	100
%	65		9		2		5		11		8		100	

Fonte: INE

Evolução de Hospedes e Dormidas de 2000 a 2006

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Hóspedes	145.076	162.095	152.032	178.379	184.738	233.548	280.582
Dormidas	684.733	805.924	693.658	902.873	865.125	935.505	1.368.018



Fonte: INE

Total ANO 2006**Hóspedes/Entradas nos Estabelecimentos Hoteleiros segundo a Ilha, por país de residência habitual dos hóspedes**

País de residência habitual	Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal	Bao Vista	Maio	Santiago	Fogo	Brava	Total	%
Cabo Verde											
Cabo-verdianos	2.360	5.028	606	12.360	1.719	189	14.341	838	67	37.508	13,4
Estrangeiros	30	224	169	246	123	14	451	75	0	1.332	0,5
Estrangeiros											
Africa do Sul	12	56	0	4.386	5	3	195	2	0	4.659	1,7
Alemanha	1.770	2.681	109	19.371	507	45	5.007	961	34	30.485	10,9
Austria	78	219	14	479	56	8	437	35	0	1.326	0,5
Belgica+Holanda	442	867	161	6.638	77	15	2.323	139	13	10.675	3,8
Espanha	281	980	52	3.690	174	17	2.438	164	4	7.800	2,8
Estados Unidos	77	595	52	3.285	24	14	1.857	41	4	5.949	2,1
França	2.314	2.715	239	12.292	628	109	5.739	1.091	18	25.145	9,0
Reino Unido	176	561	8	2.538	364	30	1.373	56	0	5.106	1,8
Italia	434	1.103	80	45.275	16.083	77	1.916	138	3	65.109	23,2
Portugal	346	4.467	39	41.632	582	46	12.575	186	8	59.881	21,3
Suíça	182	339	24	900	231	22	629	108	2	2.437	0,9
Outros Países	297	1.739	20	14.130	395	13	6.367	204	5	23.170	8,3
Total	8.799	21.574	1.573	167.222	20.968	602	55.648	4.038	158	280.582	100,0
%	3,1	7,7	0,6	59,6	7,5	0,2	19,8	1,4	0,1	100,0	

Fonte INE

Quadro7**Total ANO 2006****Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o tipo de estabelecimento, por país de residência habitual dos hóspedes**

País de residência habitual	Hotéis	Pensões	Pousadas	Hotéis- apartamentos	Aldeamentos turísticos	Residenciais	Total	%
Cabo Verde								
Cabo-verdianos	28.623	19.254	9.139	1.468	16.071	28.660	103.215	7,5
Estrangeiros	652	1.401	112	44	505	592	3.306	0,2
Estrangeiros								
Africa do Sul	5.873	102	7	0	18	196	6.196	0,5
Alemanha	144.362	4.102	4.782	1.839	3.667	10.705	169.457	12,4
Austria	3.578	334	148	110	286	832	5.288	0,4
Belgica+Holanda	46.412	1.623	1.105	738	2.088	2.819	54.785	4,0
Espanha	27.157	2.338	755	599	462	2.471	33.782	2,5
Estados Unidos	13.571	416	179	273	839	1.196	16.474	1,2
França	72.725	5.005	4.612	361	1.603	16.150	100.456	7,3
Reino Unido	16.149	1.159	1.114	300	1.859	879	21.460	1,6
Italia	444.125	2.887	5.003	5.488	6.231	5.374	469.108	34,3
Portugal	253.056	2.461	1.487	1.186	16.564	9.440	284.194	20,8
Suíça	6.378	893	682	385	751	2.540	11.629	0,9
Outros Países	71.644	2.198	3.487	1.913	3.618	5.808	88.668	6,5
Total	1.134.305	44.173	32.612	14.704	54.562	87.662	1.368.018	100,0
%	82,9	3,2	2,4	1,1	4,0	6,4	100,0	

Fonte INE